

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 - Série VII - N.º 405
15 de Outubro de 1981

Preço: 15\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



(Pág. 3)

Álvaro Cunhal e Gustáv Husák, Secretário-Geral do Partido Comunista da Checoslováquia

Comício de Amizade PCP-PSUA

Visitará o nosso país no decorrer da próxima semana uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, chefiada pelo camarada Hermann Axen, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSUA, e que integra também os camaradas

Johannes Chemnitz, do CC e Primeiro-Secretário da Direcção Distrital de Neubrandenburg, Alfred Marter, vice-chefe do Departamento de Relações Exteriores do CC, e Karl-Heinz Ehlers, funcionário do referido Departamento.

Integrado no programa

da visita, realizada a convite do CC do PCP, efectua-se um Comício de Amizade PCP-PSUA, às 21 horas de quarta-feira, dia 21, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro, no decorrer do qual discursarão os camaradas Hermann Axen e Álvaro Cunhal.

GRANDE VITÓRIA DA APU EM LOURES

- Profunda derrota da «AD»
- Estrondoso fracasso da política de alianças do PS com a direita



(Págs. 6/7)

A alta finança contra as leis

(Pág. 5)

Reforça-se a amizade PCP-PC Búlgaro

Já regressou ao seu país a delegação do Partido Comunista Búlgaro cuja visita a Portugal, a convite do CC do PCP, constituiu um importante contributo para o reforço dos apertados laços de amizade entre os dois partidos.

(Págs. 8/9)



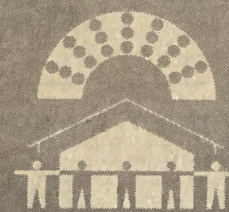
A mesa que presidiu ao Comício de Amizade PCP-PC Búlgaro, em Queluz. À esquerda de Álvaro Cunhal, o camarada A. Lilov

Abertura do ano escolar - uma montanha de problemas

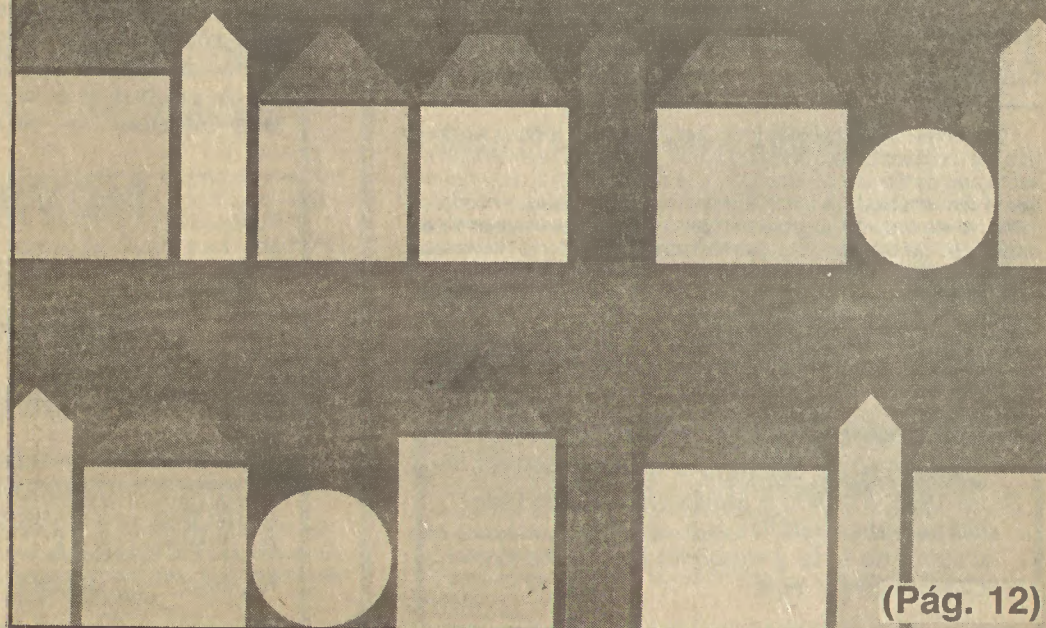
(Pág. 10)

CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

Almada, 18 de Outubro, 1981



resolver
os problemas do povo
defender a democracia



(Pág. 12)

SEMANA Nacional

7 Quarta-feira

A convite do CC do PCP, chega ao nosso país uma delegação do Partido Comunista Búlgaro chefiada por Alexander Liov, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCB. Por flagrante incúria e abandono, «cai» a Junta de Freguesia de Santo Ildeonso (Porto), inteiramente composta por elementos da «AD»; aguarda-se a marcação de eleições intercalares pela Câmara Municipal do Porto. ■ A ANOP informa que a Secretaria de Estado do Orçamento está a implementar um plano global de fiscalidade com o objectivo de diminuir a fuga aos impostos: o combate à fuga fiscal dirige-se aos cidadãos empregados por comitê de outrem, às empresas e também às profissões liberais sem excepção.

8 Quinta-feira



Pescadores em terraço... do Paço

Centenas de pescadores dos portos de Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Vila do Conde e Viana do Castelo concentram-se no Terreiro do Paço, em Lisboa, frente ao Ministério da Agricultura e Pescas, exigindo condições de segurança para a pesca artesanal longínqua, principalmente nos mares do Noroeste Africano (onde há semanas foi metralhado um barco português, de que resultou um morto), segurança que só é possível com a celebração de acordos de pesca com os governos dos países daquela região. ■ Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, regressa de uma visita de uma semana à Hungria e à Checoslováquia.

9 Sexta-feira

Dois agentes da ex-PIDE-DGS são detidos em Lisboa por uma brigada da PSP, em flagrante delito de venda de «whisky» de contrabando no valor total de 7 000 contos. ■ A organização do PCP na Madeira considera em comunicado que o Governo Regional não hesita em entregar Porto Santo à NATO, criando na região um ponto de agressão imperialista, mostrando ainda preocupação com a situação criada com as obras da base aeronaval, consequência da política de enfundamento do país ao belicismo agressivo do imperialismo norte-americano. ■ A Comissão Permanente do Partido Socialista decide requerer ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Governo a divulgação imediata do chamado «Inquérito sobre a descolonização de Timor», considerar «inadmissível» que a opinião pública tenha conhecimento da existência desse relatório e não do seu conteúdo; a questão surge na sequência de um programa da RTP transmitido na passada quarta-feira em «Grande Reportagem» onde, segundo o comunicado do PS, se fez uma abordagem sobre o processo de descolonização de Timor «lançando mão de deturpações, distorções e mentiras, no quadro de todo um processo de intoxicação pública»; o PS afirma ainda ir participar criminalmente, directamente e através dos seus dirigentes pessoalmente ofendidos, contra os responsáveis do referido programa.

10 Sábado

A Comissão Política do PS acaba definitivamente com a «Frente Republicana e Socialista» (FRS) através da aprovação de uma moção apresentada por Mário Soares, na qual se afirma não só a saída do PS como a proibição da utilização deste sigla; a UEDS respondeu a esta decisão do PS classificando-a de «precipitada» e inserindo-a no quadro de uma aproximação do PS com o PSD, a nível eleitoral, e de negociação PS/AD em matéria de revisão constitucional. ■ Comentando a parte do programa do VIII Governo dedicada à Educação, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) afirma que este «é pobre, profundamente incongruente e impreciso», reflectindo o «desconhecimento demonstrado por muitos dos responsáveis do MEU pela realidade concreta do nosso sistema escolar». ■ Em comunicado à imprensa a CGTP-IN denuncia que o aumento das pensões de reforma anunciadas pelo Governo «AD»/Balsemão são fruto da luta dos trabalhadores, dos reformados e do povo em geral, revelando por outro lado um claro desprezo pela situação das camadas mais desfavorecidas da população pois nem sequer cobrem a subida já verificada no custo de vida.

11 Domingo



Loures mais APU

A Aliança Povo Unido ganha as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Loures, obtendo a sua votação maior de sempre (45,3% dos votos expressos), ganhando em todas as freguesias do concelho e só não alcançando a maioria absoluta por escassas centenas de votos; a APU, obtivera em 1979, 36,7% dos votos, sendo nestas eleições a única força política a subir a sua votação, tendo o PS descido de 33,1% obtidos em 1979 para 26,6% e a «AD» de 25,1% para 23,5%. ■ Em comunicado, treze Câmaras Municipais do Distrito de Évora acusam o Governo de não ter tomado, em devido tempo, medidas eficazes contra a seca, limitando-se a «criar um grupo interministerial» e a destinar para aquele fim uma verba de 10 000 contos, quando as autarquias já gastaram 500 000 contos em obras urgentes.

12 Segunda-feira



Pescas do arrasto em greve

Inicia-se em Lisboa e prolongar-se-á até à próxima sexta-feira o II Seminário sobre a Construção em Regiões Sísmicas, iniciativa promovida pela Comissão Económica para a Europa da ONU e que reúne dos melhores técnicos mundiais de construções em regiões sensíveis aos tremores de terra. ■ Tem uma adesão de 100% a greve de 48 horas hoje iniciada pelos cerca de 1 600 pescadores do arrasto costeiro de todo o país, decretada para pressionar as associações de armadores a aceitarem as propostas de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) que lhes foram apresentadas pela comissão negociadora sindical; os pescadores só retornarão a faína às duas horas da próxima quarta-feira.

13 Terça-feira

Dirigentes da Federação dos Sindicatos das Indústrias têxteis, de lanifícios e vestuário reafirmam, após uma reunião com o secretário de Estado do Trabalho, que não aceitam a chantagem que o Governo está a fazer a propósito da revisão do contrato colectivo de trabalho único e vertical (CCTUV); este pretende a publicação de uma portaria de extensão do acordo já celebrado por um sindicato paralelo, que representa uma flagrantíssima traição aos interesses dos trabalhadores. ■ O Movimento dos Agricultores por uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) apela a todas as organizações da lavoura que reclamam um maior aumento para as pensões e que o mesmo entre em vigor a partir de 1 de Outubro.

Efeméride da Semana — A 7 de Outubro de 1945 é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) que encabeça a luta unitária de toda a oposição ao regime fascista no plano legal.

Editorial

A LIÇÃO DE LOURES

No terceiro mais populoso concelho do País, Loures, onde a par de grandes manchas industriais se situam importantes freguesias rurais da chamada região saloia de Lisboa, o PCP e a APU — na qual se integram também o MDP/CDE e democratas independentes — alcançaram no último domingo uma extraordinária vitória eleitoral.

Relativamente às últimas eleições autárquicas, realizadas em 1979, a APU passou de 49 567 votos (36,7%) para 56 752 (45,3%) ao passo que o PS, segunda força mais votada, passou de 44 784 votos (33,1%) para 33 268 (26,6%), a AD de 33 882 (25,1%) para 29 393 (23,5%) e a UDP de 2 130 (1,6%) para 812 (0,6%).

Também o número de freguesias APU passou de 11 em 1979 para 17 — a totalidade — em 1981.

Estas votações e deslocções de voto de milhares de cidadãos têm naturalmente uma expressão numérica significativa mas é sobretudo no plano político que as eleições de Loures assumem o seu significado maior.

Numericamente, apesar da lei de Hondt ter favorecido a coligação da direita permitindo-lhe um terceiro mandato pelo simples agrupamento dos restos — substanciais — do PSD e do CDS nas eleições de 1979, a que concorreram separados, a AD perdeu mesmo assim, cerca de 4 500 votos em relação ao total obtido pelos dois partidos em 1979.

A APU, a única força cuja votação cresceu, obteve mais 7 185 votos, quase conseguiu obter o sexto mandato que lhe daria a maioria absoluta, objectivo que por escasso número de votos não foi alcançado.

Em termos numéricos, a AD que nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980 fora a 1.ª força votada com 52 400 votos (44% do total) passou para o terceiro lugar apenas com 29 393 votos (25,5%).

Quer isto dizer que quase 75% dos eleitores do terceiro maior concelho do País, votaram no domingo contra a Aliança Reaccionária governante. O balão de vento da AD que já nas eleições presidenciais de 80 começara a esvaziar-se, esvaziou-se ainda mais no último domingo. E, pelos rombos, vai saindo implacável do balão da AD a legitimidade de governar.

É evidente que os resultados finais de uma qualquer luta vitoriosa por uma causa justa — em geral amassada sobre sucessos e insucessos parciais — encerraram sempre lições de incalculável valor para vencedores e vencidos.

A lição de Loures é rica de experiências e de ensinamentos. Extrair umas e aplicar outros, sistematizar tudo isso, é de enorme importância para todos os democratas e patriotas, para todos os portugueses deste País de Abril que tem diante de si tarefas essenciais de defesa da Democracia, da Liberdade, das conquistas fundamentais da Revolução.

É de facto no plano político que a lição de Loures assume a sua expressão mais significativa. De passagem, não deixa, em primeiro lugar, de ser altamente divertido ver o afã com que os vencidos de domingo — a AD e o PS — reivindicam para si os «terrenos baldios» da abstenção eleitoral.

Cada um deles se atribui a própria derrota às abstenções; cada um diz que se a massa dos abstencionistas tivesse votado em si deles seria a vitória...

O número das abstenções entre 1979 e 1981 subiu de 45 000 (25%) para 66 260 (34,4%) com mais 12 390 novos eleitores inscritos, presumivelmente oriundos na sua maioria da juventude do concelho.

O que nem a AD nem o PS querem confessar, embora a realidade se meta pelos olhos adentro, é que as abstenções no seu eleitorado tradicional é uma das formas elementares de rejeição popular dos seus projectos, uma clara desafeção política que significa inequivocamente uma sensível redução da sua base de apoio social e político aferida no plano eleitoral.

É também evidente que o «argumento» da abstenção outra coisa não é senão a tentativa de ocultar as causas profundas da vitória da APU e da derrota e da falência política dos que quiseram usar em Loures táticas, ensaios e expedientes antidemocráticos de baixo estof, dos que quiseram passar ao Povo do concelho de Loures um atestado de estupidéz, recebendo em troca uma lição de inteligência — dos que quiseram por meio da batota obter a vitória e colheram a derrota.

A vitória da APU em Loures é a consagração de todo um labor pleno de competência e de devotamento ao Povo do concelho de uma gestão municipal democrática que foi apeada pelas ambições e o baixo manobrismo do PS/Riço Calado, sob a direcção pessoal de Mário Soares — o verdadeiro estratega da derrota — em conluio com a direita.

A barca do PS, sob a bússola anticomunista de Soares, vai colhendo derrota sobre derrota, vai deixando infectar um grande partido democrático com um síndrome de direita, vai aumentando os custos de uma necessária rectificação não só ao próprio PS como ao Povo português.

A lição de Loures é clara: o povo do concelho julgou os gestores que por lá passaram; pôde comprovar como, enfrentando o esbulho financeiro pelos sucessivos governos de direita, uma Câmara APU, com homens da envergadura moral de Severiano Falcão, meteu mãos ao trabalho, auscultou e avançou na resolução dos agudos problemas que afectam as populações do concelho, deixando atrás de si, quando, ao fim de 15 meses foi inviabilizada pelas manobras do PS/Riço Calado/Soares aliados à direita, um activo superior às realizações de 3 anos da vereação PS até 1979.

A Câmara de gestão APU não fez concessões aos «candongueiros da habitação» no concelho de Loures; resolveu problemas infra-estruturais que se arrastavam há longos anos; atacou graves carências de saneamento básico; estabeleceu a moralização dos serviços e dignificou a função dos trabalhadores municipais.

Quando Riço Calado passa na Póvoa de Santo Adrião agachado no carro de som da sua propaganda e agarrado ao microfone a gritar: «Não votem APU porque foi a APU que roubou o dinheiro para o vosso mercado!» o povo da freguesia dá-lhe nas urnas a resposta condigna: 2 000 votos para o PS, 3 280 para a APU.

E quando, agora, mais uma vez o povo do concelho foi chamado a escolher a sua Câmara, a recta justiça popular afirmou-se com cristalina limpidez, respondeu exemplarmente às mentiras, às calúnias, às manobras mafiosas de gente a quem os «fumos da corrupção» enferrujaram e que em número maior ainda veio depor o seu imperativo mandato: «a APU deve continuar a gerir o concelho de Loures!»

Os resultados de domingo representam a fragilidade, a impopularidade e a falência dos projectos da direita e das concepções e manobras de Mário Soares para criar o chamado «bloco central».

Loures foi um ensaio — um mau ensaio de uma má peça, de uma falhada tentativa contranatura de materializar uma desmedida ambição política.

O «bloco central», apoiado numa hipotética coligação PS/PSD implicava a dissolução da FRS (a que Mário Soares chamou um mau negócio) implicava a ruptura entre o PSD e o CDS (que triunfalmente proclamou agora ter ganho um mandato ao PS na Câmara de Loures).

A FRS parece ter terminado os seus dias e os apelos «anónimos» do grupo Riço Calado/Mário Soares em dois papeluchos lançados em profusão no próprio dia das eleições — um ao «eleitor comunista» outro ao «amigo da AD» — para o voto no PS tiveram a acolhida popular que se sabe.

A «lição de Loures», confirma os avisos e as denúncias do PCP, isto é, de que o chamado «bloco central» entre o PS e os partidos da direita seria um serviço prestado à reacção e um incalculável prejuízo à democracia e ao 25 de Abril.

O manobrismo «pró-bloco central» conduziu afinal ao reforço consequente da APU e do PCP, à perda de um vereador do PS a favor da AD, a uma relumbante derrota da direita e da política de conciliação e de conluio com a direita.

A lição de Loures aproveitará a todos os que se propõem defender Portugal de Abril. Comunistas, democratas, independentes ou comprometidos entre eles, um grande número de socialistas viram triunfar os seus esforços de unidade, puderam reforçar os seus laços democráticos e unitários em torno dos interesses comuns do povo.

Aproveitará aqueles que se dispõem a desalojar a AD do Governo, do País, que julgam chegada a hora de um largo entendimento e de uma necessária convergência na acção para opor ao Governo AD/Balsemão/Freitas e à sua política uma alternativa democrática de Governo e de política.

O PCP hoje como ontem estará inteiramente aberto para essa acção comum ou convergente com todos os democratas e patriotas.

Nas novas exigências que a defesa da Constituição põe na ordem do dia é imperiosa a concordância de socialistas, comunistas e dos democratas dos pequenos partidos representados na Assembleia da República, dentro e fora do Parlamento, para travar a batalha da Constituição, fazer frente à ofensiva antidemocrática da AD para opor ao famigerado «projecto AD» um outro projecto virado para a defesa dos interesses vitais do povo português, da democracia, do Portugal de Abril.

Galileu contribuiu decisivamente para um melhor conhecimento do Mundo em que vivemos

No entanto muito há ainda por descobrir.

REVISTA INTERNACIONAL

A revista indispensável para se saber como vai o Mundo

Um mundo de informação, à venda todos os meses

Avante!

Devido ao aumento verificado nas tarifas do correio, fomos obrigados a aumentar também o preço das assinaturas, facto que, obviamente, lamentamos, ainda que com a antecipada certeza de encontrar a maior compreensão por parte dos leitores.

Nova tabela de assinaturas

50 números

CONTINENTE — 700\$00 • REGIÕES AUTÓNOMAS — 1 000\$00 • ESPANHA — 1 050\$00 • EUROPA — 1 850\$00 • PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA — 2 400\$00 • RESTO DO MUNDO — 3 000\$00

DOSSIER COMUNICAÇÃO SOCIAL

JOÃO PAULO GUERRA

Um livro que é uma útil e importante contribuição para o combate por uma informação democrática e livre

Um conjunto de dados incontestáveis sobre o assalto reaccionário à Comunicação Social

edições **Avante!**

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

UMA NOVA EDIÇÃO DE

Estelios

Soeiro Pereira Gomes

Os seus heróis são crianças-homens de «caras tismadas, olhos assombrados, corpos angulosos e alquebrados por fadigas mal vencidas à espera também da sua alvorada» libertadora.

5ª edição

com os desenhos feitos em 1941 por Álvaro Cunhal para a 1.ª Edição.

edições **Avante!**

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779528/779525/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 683908.

Propriedade: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779528.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 52 413

PCP

Conversações entre G. Husák e A. Cunhal à frente de delegações do PCCh e do PCP

Uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral, e integrando os camaradas Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, e Francisco Lopes, membro do CC e da Direcção Regional de Lisboa, visitou, conforme referimos na semana passada, a República Socialista da Checoslováquia, de 4 a 8 de Outubro, a convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia.

Esta visita, que se inseriu nas tradicionais relações de amizade que unem os dois partidos, reforçaria os laços de fraternidade, camaradagem e solidariedade internacionalista que caracterizam essas relações, conforme se destaca no Comunicado Comum entretanto divulgado.

A par das conversações — amplas e abertas, abordando os diversos problemas internacionais que hoje se colocam no mundo e outras questões de interesse comum — a delegação do PCP visitaria Bratislava e aí, na Fábrica de Cilindros Hidráulicos, complexo industrial de alta tecnologia e com grandes tradições operárias, realizar-se-ia um encontro de forma entusiástica, sublinhando bem o interesse, conhecimento e solidariedade dos trabalhadores checoslovacos pela luta travada pelos comunistas, os trabalhadores, o Povo português.

social checoslovacos — Rádio, TV, jornais — patenteando o grande interesse que suscitou a visita da delegação do Partido Comunista Português.

Comunicado Conjunto

No termo da visita, foi divulgado o Comunicado Conjunto seguinte:

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia visitou a República Socialista da Checoslováquia, de 4 a 8 de Outubro, uma delegação do Partido Comunista Português composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Albano Nunes,

PCCh os camaradas Vasil Bilak, membro da Presidência e Secretário do CC do Partido Comunista da Checoslováquia, Jan Fojtik, Secretário do CC do Partido Comunista da Checoslováquia, Michal Stefaňák, Suplente do Comité Central e vice-responsável do Departamento Internacional.

A delegação do PCP visitou Bratislava onde se encontrou com o camarada Josef Lenárt, membro da Presidência do CC do Partido Comunista da Checoslováquia e 1.º Secretário do Partido Comunista da Eslováquia.

As conversações decorreram na atmosfera de amizade, camaradagem e solidariedade internacionalista tradicional nas relações entre os dois partidos.

As duas delegações procederam a uma troca de informações sobre a situação nos respectivos países e sobre a actividade dos seus partidos. A delegação do Partido Comunista da Checoslováquia expressou a solidariedade internacionalista dos comunistas e do povo da República Socialista da

ras, a sua política orientada pelos princípios do internacionalismo proletário. O Partido Comunista da Checoslováquia considera as experiências do PCP como um importante contributo para o património do movimento comunista internacional.

A delegação do Partido Comunista Português expressou o grande apreço dos comunistas portugueses pelas realizações e êxitos alcançados pelos povos da Checoslováquia na edificação do socialismo sob a direcção do PCCh. Reafirmou a firme solidariedade do PCP à acção dos comunistas checoslovacos, orientada para o bem-estar do povo trabalhador e a defesa da paz. Transmitiu o reconhecimento dos comunistas portugueses pela activa solidariedade internacionalista do Partido Comunista e do povo da Checoslováquia para com o PCP e o povo português.

As duas delegações dedicaram uma grande atenção às questões da actualidade do movimento comunista e operário internacional. Consideraram que a complexa situação mundial exige o reforço da unidade e coesão dos Partidos Comunistas e operários na luta comum pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

As duas delegações, ao mesmo tempo que destacaram as vitórias históricas alcançadas pela luta dos trabalhadores dos dois povos, expressaram a sua preocupação pelos graves perigos que pesam sobre a paz, a liberdade e a independência dos povos em resultado da política agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reacçãoários da NATO.

As duas partes consideram como tarefa importante e urgente a acção comum de todas as forças progressistas, democráticas e amantes da paz na luta em defesa do desarmamento, pela limitação dos armamentos, pelo desarmamento, para afastar o perigo de guerra nuclear, para derrotar os planos do imperialismo, nomeadamente dos EUA que, com a política de corrida aos armamentos, de posições de força, de intervenção e de agressão contra outros países, tenta deter e fazer retroceder o processo revolucionário mundial.

O PCCh e o PCP conside-

ram que os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e todas as forças da paz e do progresso social apresentam uma base sólida para deter a política agressiva do imperialismo.

As duas delegações pronunciaram-se pela realização urgente de negociações sérias e construtivas visando parar a corrida aos armamentos, limitar os armamentos e alcançar o desarmamento, liquidar os mais perigosos focos de tensão e de guerra no mundo. A este respeito puseram em relevo a grande importância das propostas de paz da URSS e da comunidade dos países socialistas.

As duas delegações condenam firmemente os planos do imperialismo norte-americano de instalação na Europa dos novos mísseis nucleares, a produção pelos EUA da bomba de neutrões, os projectos para a entrada da Espanha na NATO e para o alargamento geográfico desta aliança agressiva. Saudaram a luta crescente dos trabalhadores e largas camadas da população de numerosos países europeus contra tais projectos, pela paz, a segurança e a cooperação na Europa.

As delegações do PCP e

do PCCh expressaram a sua solidariedade internacionalista aos trabalhadores e povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o fascismo e o racismo. Expressaram em particular a sua solidariedade para com os povos de Angola, da Namíbia e demais povos da África Austral que lutam contra a política de "apartheid" e de agressão do regime racista sul-africano; para com a luta libertadora do povo palestino e demais povos árabes; para com os povos do Vietnã, Laos, Kampuchea e Afeganistão contra os ataques do imperialismo norte-americano e dos hegemónistas chineses; para com os povos de Angola, Moçambique, Etiópia, Iémen do Sul e outros povos que escolheram o rumo do socialismo, apontando assim a outros povos que se libertaram do jugo colonial o caminho da verdadeira emancipação nacional e social.

As duas delegações expressaram a sua solidariedade para com o POUP, o povo polaco e todas as forças que se esforçam por defender e consolidar o socialismo, contra a escalada subversiva das forças contra-revolucionárias internas que contam com o activo apoio do imperialismo.



A defesa e consolidação do socialismo na Polónia é do interesse não só do povo polaco, mas dos trabalhadores e dos povos de todos os países e da defesa da paz.

As duas partes constatarem que, apesar de todos os perigos provocados pela política aventureira da administração Reagan e dos seus aliados mais reacçãoários da NATO, o avanço das forças da democracia, da paz, do progresso social e do socialismo permanece como o factor principal da evolução mundial. Expressaram a sua confiança em que essas forças,

cas, unidas, são capazes de defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

Ao finalizar a visita da delegação do PCP à República Socialista da Checoslováquia foi assinado o Protocolo de Cooperação entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia para os anos de 1982-83.

A delegação do PCP transmitiu o convite para a visita a Portugal de uma delegação do Comité Central do PCCh, convite que foi aceite com satisfação.



A delegação do PCP recebida calorosamente à entrada da Fábrica de Cilindros Hidráulicos de Bratislava

Realizar-se-ia igualmente um encontro com estudantes portugueses na Checoslováquia e uma visita ao magnífico Palácio da Cultura; a delegação do PCP participaria ainda num debate na Escola Superior do Partido, que decorreria num grande vivacidade, evidenciada nas inúmeras questões colocadas pelos presentes.

Refira-se também as numerosas entrevistas dadas aos órgãos de comunicação

membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional e Francisco Lopes, membro do Comité Central e da Direcção Regional de Lisboa.

As conversações com a delegação do Partido Comunista Português foram conduzidas da parte checoslovaca pelo camarada Gustáv Husák, Secretário-Geral do Partido Comunista da Checoslováquia. Faziam também parte da delegação do

Checoslováquia para com a luta do Partido Comunista Português pelos direitos dos trabalhadores, pela defesa das conquistas da revolução de Abril, pela consolidação do regime democrático consagrado na Constituição. O Partido Comunista da Checoslováquia tem em alto apreço a política de princípios, marxista-leninista, criativa do PCP, a sua estreita ligação com a classe operária e as massas trabalhado-

Reuniram os quadros comunistas da Reforma Agrária de Montemor

A realidade das UCP's e Cooperativas na zona, a luta pela sua defesa e desenvolvimento, aspectos diversificados dos problemas técnicos, económicos e sociais que integram a vida da

quelas unidades e o reforço da organização do Partido foram, entre outros, temas debatidos na reunião de quadros do PCP da Reforma Agrária do concelho de Montemor, realizado no pas-

sado dia 10, na Casa do Povo daquela vila alentejana.

Participaram nos trabalhos 102 delegados. Presentes também os camaradas António Ger-vásio, membro da Comissão Política do Comité Central, e Rogério Arraiolos, do CC.

Em relação ao reforço da organização do Partido nas UCP's e Cooperativas do concelho, a reunião decidiu, entre outras tarefas:

1 — Que se ponham a funcionar todas as células e respectivos secretariados com um funcionamento regular e que os mesmos estejam representados nas Comissões de Freguesia e Locais;

2 — Que se tenha em conta na composição dos diversos secretariados de célula o enquadramento de camaradas dos órgãos sociais das UCP's para que desta forma possa haver um melhor conhecimento dos problemas existentes em cada Cooperativa;

3 — Que as células das UCP's e Cooperativas dinamizem o trabalho junto de todos os trabalhadores no sentido de encontrarem as melhores formas de mobilização para a luta em defesa da Reforma Agrária e combata ao desemprego, e para exigirem e tomarem medidas concretas nos casos de sabotagem económica e naqueles em que o Supremo Tribunal Administrativo tenha dado razão aos trabalhadores;

4 — Que se desenvolva um amplo trabalho de esclarecimento dentro das UCP's/Coop-

rativas no sentido de ganharmos a organização do Partido para discutir os problemas internos dentro das UCP's assim como os planos de produção e toda a situação económica e financeira das Cooperativas;

5 — Que se estruture o organismo da Reforma Agrária tendo em conta os camaradas responsáveis pelas diversas células mais um ou dois camaradas dos órgãos sociais das Cooperativas, para que haja uma maior coordenação e troca de experiências a nível concelhio;

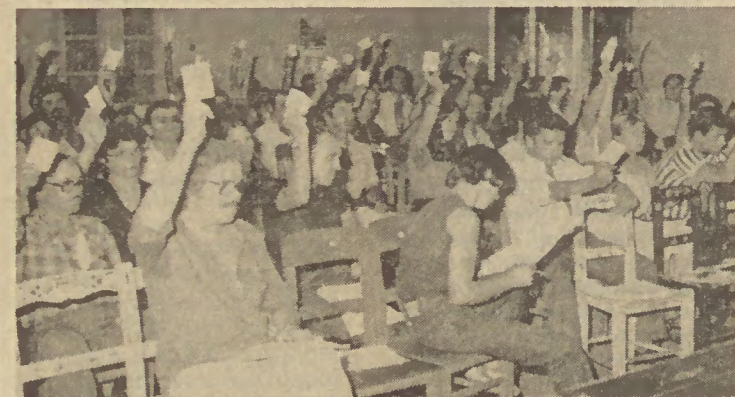
6 — Que o organismo concelhio das autarquias, em conjunto com os camaradas da Câmara, analise e apresente uma proposta concreta aos organismos de direcção locais do Partido, tendo em conta as sugestões feitas na reunião, sobre a ajuda que as autarquias deviam dar tanto às UCP's como aos pequenos e médios agricultores.

Festa em Bela Mandil

Vai realizar-se no próximo dia 24 de Outubro a tradicional Festa de Bela Mandil, localidade do concelho de Olhão, com significativa influência da APU.

A iniciativa constará de almoço para o qual estão já abertas as inscrições, baile, canto livre e os indispensáveis e animados leilões.

O camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC fará uma intervenção política.



Montemor: os comunistas intimamente ligados à luta pela defesa da Reforma Agrária

Reunião em Olhão

Realizou-se no passado dia 10, no Centro de Trabalho do PCP, em Olhão, uma reunião de quadros para discutir problemas da situação política e as questões de organização.

Analisando as conclusões da reunião do Comité Central e os reflexos da política do Governo AD na região algarvia e no próprio concelho de Olhão, os camaradas presentes concluíram que para fazer face ao agravamento das condições de vida é necessário desenvolver um amplo e profundo trabalho de massas, para o qual é indispensável reforçar as estruturas unitárias existentes, bem como a organização do Partido.

No que se refere aos problemas de organização foram discutidas as questões de estruturação, dirigida sobretudo para a formação de células nas principais empresas e de organismos de sector profissional. Um superior empenhamento das organizações de freguesia e o reforço da intervenção dos comunistas na APU e no trabalho autárquico foram também apontados, assim como o reforço do recrutamento e dos contactos com os camaradas desligados.

As questões de fundos, base de toda a actividade partidária, e a divulgação da imprensa do

Partido mereceram também cuidada atenção dos militantes presentes.

Partindo do princípio estatutário de que todo o militante deve ter uma tarefa, foram definidas responsabilidades individuais para o desenvolvimento do trabalho partidário.

Os presentes reafirmaram a decisão anteriormente tomada de realizar no início de 1982 a 1.ª Assembleia de Organização de Olhão.

Lisboa Encontro de quadros do PCP e da JCP

No próximo dia 24 decorrerá no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, um encontro distrital de quadros do PCP e da JCP.

O objectivo principal da reunião conjunta aponta para uma reflexão sobre problemas e aspirações da jovem geração e para a definição de iniciativas que proporcionem o reforço do movimento da juventude, na base dum trabalho conjunto entre o PCP e a JCP.

O encontro é promovido pela DORL do PCP e pelas organizações da JCP do distrito de Lisboa.

Plenário em Queijas

A análise da situação política actual e as tarefas que se colocam à organização é o principal tema do plenário de militantes comunistas de Queijas, iniciativa a realizar no próximo sábado, a partir das 21 e 30.

Estará presente o camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central, e um elemento da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP.

O plenário é promovido pela Comissão Local de Queijas.

Reunião na Brandoa

Os militantes comunistas da Brandoa que trabalham no sector da construção civil têm uma reunião marcada para o próximo dia 23 (sexta-feira), no CT do Partido da localidade.

O encontro tem início previsto para as 21 e 30. Não faltar!

Encontro sindical no Entroncamento

No próximo dia 24 (sábado) vai realizar-se no Entroncamento um encontro distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP.

A situação do movimento sindical no distrito e as tarefas no momento actual e a análise da situação política e da luta de massas — estes os pontos da ordem de trabalhos prevista. Participará no encontro o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

CT de Malpica do Tejo

No domingo dia 12 de Outubro deu-se início em Malpica do Tejo às obras de melhoramento na casa recentemente adquirida pela organização local, para futuro Centro de Trabalho.

Diversos camaradas agricultores que participaram nesta jornada de trabalho, nesse dia, começaram mais cedo os trabalhos do campo e o tratamento dos animais, para que, às 8 horas da manhã, pudessem — ter lugar o início das obras.



As tarefas para o reforço do PCP na região do Minho foram tema de animado debate no decurso da reunião promovida pela DORM

Durante todo o dia trabalhou-se com entusiasmo, tendo-se reparado o telhado e desmanchado as divisões interiores.

Os materiais necessários foram oferecidos, assim como o almoço a todos os camaradas que participaram na jornada de trabalho.

Outras tarefas estão em vista para angariar fundos para pagamento do novo Centro de Trabalho.

Sorteio de Carnaxide

O sorteio realizado pela Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP, no âmbito das comemorações do 60.º aniversário do Partido, apurou os seguintes números:

1.º Televisor a cores — 0064; 2.º Alfinete em ouro — 7909; 3.º Relógio de pulso — 5477; 4.º Aquecedor — 0063; 5.º Pacote surpresa em livros — 0065.

Os prémios devem ser levantados no Centro de Trabalho de Algués até ao próximo dia 31.

Parabéns aos contemplados.

Pesca e convívio em Alhandra

A Comissão de Freguesia do PCP de Alhandra realiza já no próximo domingo, dia 18, uma jornada de pesca e convívio, entre as 8 e 30 e as 13 horas, no Vale das Silveiras, na lezíria de Vila Franca de Xira. A partida ocorrerá às 7 horas, do CT de Alhandra. Há prémios diversos para entrega.

Alcácer do Sal

Em nota divulgada pela respectiva Comissão Concelhia, os comunistas de Alcácer do Sal (distrito de Setúbal) agradecem o apoio prestado à organização por mais de 40 comerciantes da zona, a maior parte dos quais com casa aberta na vila, que ofereceram ao Partido variados artigos, com os quais a Comissão Concelhia conseguiu reforçar a sua presença na Feira de Alcácer, que decorreu recentemente.

Essas ofertas foram transformadas em prémios para a quermesse.

Assembleia da República

Falar de política enquanto a «AD» tenta impor a lei da rolha

A sessão suplementar da AR — colada afinal à sessão que vai ter início hoje —, começou não pela discussão do projecto de alterações ao regimento, nem pelas impugnações à mesma proposta. Começou, e não podia deixar de ser, por Loures. Era segunda-feira, a vitória fresca da APU, a derrota do projecto Rigo Calado apoiado na «AD» para «expulsar os comunistas e os seus aliados» da Câmara de Loures, era do que se falava no País todo. E também na Assembleia da República, contrariando os que gostariam que lhes não recordassem mais a realidade, se falou de Loures.

O camarada Octávio Pato, deputado e membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido Comunista Português, faria a primeira intervenção da tarde de segunda-feira. Intervenção que seguia de perto, naturalmente, o documento publicado na véspera pela CP do Comité Central e que publicamos noutra local — intervenção que teve o mérito de colocar no seu devido lugar a importância da vitória APU numa altura em que todas as outras forças políticas procuravam minimizá-la.

Também no plenário algumas tentativas foram feitas nesse sentido. Poucas. Pobres: O orador seguinte, do PSD, falou do comboio de

Arganil. Tema espantoso quando algo de politicamente significativo se passara no terceiro concelho do País. Almeida Santos, outro orador da tarde, passaria sobre Loures esvoaçando, mordendo o anzol de Timor lançado por Balsemão. Apenas Herberto Goulart, do MDP — da APU, portanto —, salientou na sua declaração política a importância e o significado da vitória democrática em Loures.

Reacções à declaração de Octávio Pato: no grupo parlamentar do PS, um silêncio pesado. Tão pesado que deixou sem aplausos a intervenção do socialista Eddardo Pereira, que tentou justificar as posições do PS nas

eleições. O inefável Silva Marques, que parece agora destronado pelo agressivo afor Santana Lopes, ambos do PSD, insistiria, como que a desculpar-se, em que os resultados de Loures não tinham significado nacional. Que o PCP não tinha legitimidade para pôr em causa a maioria «AD». Claro que estava de acordo em defender que o PS e a «AD» tinham legitimidade para derrubar uma Câmara à frente da qual se encontravam comunistas...

Sadat, Timor, e outras cortinas

O luto — que luto? — pareceu durante alguns momentos encher o hemiciclo quando o Presidente da AR, Leonardo Ribeiro de Almeida, ao abrir os trabalhos, falou da morte de Sadat, em tom que parecia fabricado para morigerar os entusiasmos de Loures e fazer esquecer as amarguras de Loures. Fez largas e elogiosas considerações sobre o ditador egípcio, disse inter-

pretar os sentimentos da Assembleia. Tanto bastou para que o presidente do grupo parlamentar comunista, Carlos Brito, vencesse que o PCP se não podia associar a essas considerações. «Bem lamentamos nós», —disse— «que nunca se tenha lamentado aqui a memória das suas vítimas». «O presidente do Irão» — referiu mais adiante — «morreu recentemente, e não houve aqui vontade de lamentar o atentado de que foi vítima»...

A intervenção de Almeida Santos — que fez acender as luzes da televisão — debruçou-se sobre a questão de Timor, levantada pela mesma televisão.

«Estava o Governo não fazendo nada quando rebentou o síndrome de Timor», disse, revelando que afinal sabia bem que se trata de uma operação de diversão. «Quando se trata de desconverter, de desviar atenções recorrendo à sua fixação numa notícia de choque, quanto mais insólita esta for melhor», afirmou. E mais adiante: «Enquanto se desconverter sobre Timor, não

se conversará sobre as nossas lutas amarguras. Quem, tendo para ler o folhetim da convivência de três dirigentes do PS, cuidará de ler os últimos indicadores do comércio externo, que nos vieram revelar que a situação económica do país é muito mais grave do que apesar de tudo se supunha?».

Apesar de toda essa lucidez, Almeida Santos não deixou de se emaranhar na explicação do seu caso pessoal, de longamente improvisar sobre a história de um testemunho que passou a fornecer mais lenha para a fomalha acesa para a TV de Prolença.

Anunciou por fim que o PS vai propor que a AR aprove uma resolução para que sejam publicados os resultados dos inquéritos que existem sobre o assunto, não excluindo que o PS venha a querer também a divulgação dos arquivos de Salazar, Cagatano, Tomás. E da PIDE.

O PCP, através de Carlos Brito, e Lopes Cardoso, pela UEDS, solidarizaram-se com os visados no programa da RTP, pronunciando-se fa-

voravelmente à divulgação da verdade.

Desta vez é que é?

Ainda à margem do debate da impugnação do projecto «AD» e da discussão das alterações contidas no mesmo projecto ao Regimento da Assembleia da República, surgiu, na passada sexta-feira, um voto de pesar do PCP, propondo à AR que o exprimissem à família do pescador Celestino Custódio.

O voto, que recomenda a entrega à família daquele falecido membro da embarcação «Porto Céu» de uma indemnização capaz de minorar a situação da família enlutada, recomendando ainda uma resolução urgente que garanta a segurança dos pescadores em embarcações de pesca na zona da costa noroeste de África, tal voto não foi votado. A «AD» estava mais empenhada em impor, através de um novo regimento, a lei da rolha. Começou assim.

Mas antes que tal lei impere, sempre se vai falando de temas importantes. Publicamente. Assim foi o caso da intervenção do deputado comunista Armando Teixeira da Silva, que é também destacado dirigente da CGTP/Intersindical Nacional.

Visando lembrar as comemorações do 11.º aniversário da Central Sindical, o deputado do PCP, ao mesmo tempo que afirmou «o alcance social de todas as iniciativas e de toda a luta que a CGTP tem vindo a desenvolver de há cinco anos a esta parte contra a política de direita seguida pelos sucessivos governos», não deixou de se referir à atitude dos trabalhadores quanto à actuação dos últimos governos «AD».

«A demissão do 2.º Governo «AD», que se afirmava forte e coeso para quatro anos», disse Teixeira da Silva, «demonstrou que as forças que defendem o regime democrático estão em condições de se oporem com êxito às tentativas revan-chistas da «AD».

«O terceiro Governo «AD» mantém as mesmas carac-

terísticas de classe que o governo anterior, isto é, está ao serviço exclusivo do grande patronato e das multinacionais, não apresentando qualquer solução para os graves problemas do país que não seja na base da maior exploração de quem trabalha. E de tal forma isso é explícito que o Governo erigiu a revisão reaccionária da legislação do trabalho como um dos seus objectivos prioritários.

«Diz a CIP do grande capital: desta vez é que tem de ser. Atento e venerando responde o Governo: desta vez é que vai ser. Só que por esta conversa em família entre a CIP e o Governo perpassa um grande receio: e os trabalhadores, o que vão dizer e fazer?

«Por esse receio, pela certeza de que as alterações reaccionárias da legislação de trabalho não serão aceites pelos trabalhadores portugueses, pela certeza de que estes usarão todos os meios constitucionais e legais para impedir a sua aplicação, se explicam afinal as hesitações, os avanços e recuos, as declarações contraditórias, as críticas públicas, as demissões».

Por nós, que vimos o que se passou nestes dois primeiros dias de trabalho da AR, asseguramos também que foram visíveis as hesitações «AD», as ameaças, a voz grossa, alternando com o tom conciliatório de alguns dos seus oradores. Dificuldades.

Armas para os racistas? Quem autorizou?

Quem autorizou a liberação do carregamento de armas para a África do Sul? — é uma das perguntas formuladas ao Governo num requerimento assinado pelo deputado António Mota, do Partido Comunista Português.

O requerimento, que historia o facto de em Agosto deste ano terem sido apreendidos em Leixões 3 contentores com material de guerra diverso, aparentemente dirigidos ao Lesoto, mas presumivelmente destinados à África do Sul, pergunta ao Governo se tomou conhecimento das violações às leis em vigor, indagando ainda sobre os resultados das diligências efectuadas sobre o caso pela Polícia Judiciária.

Desmente o Governo — pergunta-se a finalizar — **formalmente a existência de acordos entre as autoridades portuguesas e a África do Sul no sentido da libe-**

ração do arsenal em questão?

Crianças a proteger dos acidentes rodoviários

Outro requerimento dirigido ao Governo pelo PCP — assinam-no Jorge Lemos, Zita Seabra e Eríclia Talhadas — manifesta preocupação, agora que se inicia novo ano lectivo, sobre os números globais de acidentes de viação envolvendo crianças e jovens. E requer informações ao executivo sobre o número de acções organizadas pela Prevenção Rodoviária Portuguesa nos estabelecimentos de ensino nos anos lectivos de 79/80 e 80/81, e sobre o número de acções previstas para o ano lectivo em curso.

O requerimento pergunta ainda se estão previstas medidas para reforçar a segurança das crianças e jovens nas imediações dos estabelecimentos de ensino.

Nacional

Carlos Brito no Porto: Revisão «AD» é plano de destruição das transformações democráticas

O projecto da 'AD' é um plano de destruição de todas as transformações democráticas, afirmou o camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar do PCP, na sessão-debate sobre a revisão constitucional que se realizou no passado dia 9 no Porto, e em que participaram também os camaradas José Manuel Mendes e Lino Lima, deputados à AR.

A revisão constitucional apesar de não ser um tema simples, atraiu alguns milhares de participantes ao pavil-

hão do Académico.

A propósito o camarada Carlos Brito observou no início da sua intervenção: **Não sei em que outra cidade, em que outro país, seja possível reunir tantos como os que hoje nos reunimos aqui para debater um tema árduo como é a questão da revisão constitucional.** Carlos Brito atribuiu aos sentimentos democráticos dos portugueses tal entusiasmo e massiva participação.

O facto de os trabalhos da comissão para a revisão

constitucional estarem adiantados, mas de, ao mesmo tempo, a opinião pública pouco saber sobre eles, foi denunciado por Carlos Brito que responsabilizou por tal falta de informação os partidos da AD e da FRS que não quiseram que a comunicação social pudesse assistir.

Depois de ter esclarecido que a revisão constitucional não é em si mesma um perigo para a democracia, Carlos Brito afirmou que para os partidos da 'AD' a revisão constitucional foi sempre um aspecto importante no plano

subversivo contra o regime democrático.

A Constituição estabelece umas 15 normas que têm de ser respeitadas em matéria de revisão constitucional; o projecto da 'AD' viola descaradamente essas normas, afirmou, dando a seguir alguns exemplos dos aspectos mais subversivos do projecto 'AD' como a violação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, direito à greve, direito das comissões de trabalhadores ao controlo de gestão.

O projecto 'AD' a concretizar-se não só liquidaria as nacionalizações, como admitiria a reconstituição dos monopólios; não só liquidaria a Reforma Agrária, como admitiria a reconstituição dos latifúndios.

Para além de desaparecer da Constituição o controlo da constitucionalidade das leis, o camarada denunciou no projecto 'AD' a submissão de todos os órgãos de soberania ao governo, em matéria de organização do poder político.

Este projecto foi classificado como «plano de destruição de todas as transformações democráticas e de restauração do poder económico e político do grande capital.»

Sobre a possibilidade de concretização deste plano Carlos Brito lembrou que a 'AD' não tinha os dois terços de votos necessários à sua aprovação, mas esclareceu que se o projecto da FRS era muito diferente do da 'AD', alguns aspectos de organização política eram comuns e conduziam a uma aproximação dos dois projectos em áreas particularmente perigosas.

A extinção do CR e a redução de poderes do PR, a transferência de poderes determinantes que hoje são do CR ou do PR no que respeita às Forças Armadas, para o Governo, a nomeação do

CEMGFA, regulamentação, administração e gestão das FFAA, foram aspectos comuns dos dois projectos apontados.

A partir das cedências que o PS faça à 'AD' em matéria de organização do poder político, por exemplo em relação às FFAA, em relação ao Governo, em relação à constitucionalidade das leis, põem todo o poder nas mãos da 'AD'.

A 'AD' procura fazer com o PS a revisão constitucional, para amanhã seguir o seu trabalho de liquidação do regime democrático sem já precisar do PS, disse Carlos Brito a propósito da porta que o PS poderá abrir à concretização do plano subversivo da 'AD', que aliás foi a preocupação dominante da sua intervenção.

As relações luso-soviéticas e as palavras de Gonçalves Pereira

A propósto das recentes declarações públicas do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, sobre as relações luso-soviéticas, a Associação Portugal-URSS divulgou um breve comunicado em que salienta logo no início:

«A Associação Portugal-URSS orienta a sua actividade para o estreitamento das relações entre o nosso povo e os povos da União Soviética, para o conhecimento mútuo de cada uma das realidades e, através desta acção, para a compreensão entre todos os povos. Por isso haverá que não deixar de reter e sublinhar o compromisso que representam as declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo português sobre a ampliação das relações culturais e

comerciais entre os dois países, após o encontro com o seu homólogo soviético, no dia 29 de Setembro último em Nova Iorque e divulgadas pelas agências noticiosas e imprensa».

Prossegue o documento: «Quando em Janeiro de 1980 o Governo português decidiu unilateralmente denunciar o convénio luso-soviético de cooperação cultural e científica e não assinar o acordo luso-soviético sobre relações mútuas de pesca esta Associação — tal como diversos sectores de opinião pública nacional — manifestou a sua discordância e protesto e exigiu a anulação de tais medidas.

«A partir das recentes palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros português não se pode deixar de espe-

rar uma breve e total revisão das medidas unilaterais de Janeiro de 1980, correspondendo aos interesses do povo português, nomeadamente de meios intelectuais, culturais, científicos, desportivos e de sectores económicos, bem como à causa da paz, da compreensão e da amizade entre os povos do Mundo».

Conclui a direcção da «Portugal-URSS».

«Com expectativa, esta Associação aguarda, pois, a revisão das medidas tomadas em Janeiro de 1980 e um acolhimento oficial favorável às iniciativas que, cumprindo os seus objectivos estatutários, a Associação Portugal-URSS promove para o melhor conhecimento mútuo e incremento das relações de amizade e cooperação entre os povos de Portugal e da União Soviética».

Porto Seminário sobre a CEE começa a 6 de Novembro

Vai realizar-se no Porto entre os dias 6 de Novembro e 12 de Dezembro um seminário subordinado ao tema «Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto?», promovido pelo sector de actividades económicas da ORP do PCP.

Esta iniciativa tem em conta o apelo do Comité Central para a necessidade de «todos os democratas e patriotas exigirem uma urgente rectificação da política relati-

va ao Mercado Comum» e visa aprofundar, do ponto de vista regional, a análise do Partido relativa às consequências da eventual adesão do país à CEE, desenvolver a tomada de consciência dos trabalhadores e outras camadas laboriosas em relação ao significado e consequências dessa adesão e combater a campanha de mistificação política e ideológica a respeito do problema.

O seminário decorrerá em várias sessões que aborda-

rão, na base do tema geral, sucessivamente vários sectores económicos e problemas sociais que uma eventual adesão acarretará para a região e as suas populações, designadamente as envolvidas em sectores de actividade como as indústrias têxteis e de calçado, as indústrias de metalúrgica, de material eléctrico e electrónico, de construção civil e obras públicas, do comércio e turismo e agricultura e pescas.

tador pela paz. Assim, entre outras iniciativas que terão lugar durante a exposição-venda, realiza-se no dia 24, às 21.30 horas, um colóquio subordinado ao tema «Picasso e a sua Obra» em que intervém o pintor Fernando Azevedo, presidente da direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes e Rui Mário Gonçalves, crítico de arte e membro da direcção da SNBA.

A exposição-venda está aberta ao público todos os dias das 16 às 20 horas.

Quinzena da Cultura e da Paz

Integrada nas comemorações da semana de desarmamento das Nações Unidas, a Comissão de Desarmamento do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), realiza mais uma «Quinzena da Cultura e da Paz», que consta de uma exposição-venda de obras plásticas de artistas portugueses e livros de escritores contemporâneos oferecidos pelos autores a esta comissão.

Responderam ao apelo 75 artistas plásticos com cerca de

120 obras e várias dezenas de escritores.

A «2.ª Quinzena da Cultura e da Paz» que decorre na sociedade Nacional de Belas Artes de 16 a 31 deste mês será inaugurada amanhã, às 18.30 horas, com uma intervenção de Luís Francisco Rebello, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores.

Celebrando-se este ano o centenário de Picasso, a Comissão de Desarmamento do CPPC associa-se à homenagem a esse grande artista e lu-

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições **Avante!**



Trabalhadores

CGTP-IN mantém desafio

O autoritarismo banal do ministro do Trabalho, que recusou sem qualquer argumento válido o desafio da CGTP-IN para um debate televisivo sobre a anunciada revisão das leis do trabalho, obrigou a Central a divulgar um comunicado no qual mantém o seu desafio, lembrando que foi a «única organização social que se manifestou claramente contra a posição do Governo».

Contratos retidos

O Acordo Colectivo (ACT) da EPAL, com um aumento de 24 por cento sobre os salários e outras remunerações globais que vigoravam desde Fevereiro de 1980, só ainda não começou a ser aplicado porque o Governo retém a sua publicação, não se sabe a que pretexto. O ACT foi negociado directamente sem intervenção do Ministério do Trabalho.

Nos últimos dias da semana passada, continuavam retidas outras convenções colectivas e portarias de extensão. O Ministério responsável ou departamento apenso não deram qualquer explicação para o facto. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços acusa o Governo de retenção voluntária das convenções.

Médicos protestam

Médicos dos Serviços Médico-Sociais da região sul, filiados no respectivo Sindicato, movimentam-se contra o decreto 496/80, de 20 de Outubro, em consequência do qual perderam este ano várias regalias como os subsídios de férias e de Natal. Aqueles clínicos dos SMS arriscam-se ainda a ter de devolver o 13.º mês que receberam no ano passado. O referido decreto, segundo o Sindicato, deve ser considerado inconstitucional.

Encontro em França

Problemas centrados sobre os emigrantes, com reuniões e encontros em empresas, localidades e locais de residência de vários departamentos com trabalhadores portugueses, ocuparam a parte principal da visita que uma delegação da CGTP-IN acaba de fazer a França a convite da CGT, entre 27 de Setembro e 3 do corrente. As duas centrais trocaram elementos sobre as situações nos respectivos países. A nova situação em França já modificou «profundamente a política anti-imigrante, racista e xenófoba do anterior regime». Já-se num comunicado conjunto que inclui o convite à CGTP-IN para o Encontro Nacional dos Responsáveis pela Imigração.



Dentro do sector, o vestuário é dos mais ameaçados

Determinação no têxtil

A maioria dos trabalhadores do têxtil e indústrias afins, designadamente o vestuário, continuam a recusar o acordo fictício Sindetex/UGT e prosseguem com o calendário das paralisações que devem prolongar-se até ao dia 22. Se entretanto o patronato não se dispuser a aceitar a negociação de um contrato digno e a pôr de parte por uma vez as tentativas de fazer publicar uma alegada portaria de extensão de um contrato forjado nas costas dos trabalhadores, sem a assinatura dos seus representantes legítimos, as formas de luta continuarão.

As paralisações, parciais nuns casos, noutros totais, têm abrangido, segundo o calendário de luta aprovado em 6 do corrente praticamente todas as regiões onde se concentra o essencial do sector. Esse calendário, aprovado num plenário nacional que reuniu no Porto 400 dirigentes, delegados e activistas sindicais, é fruto de uma proposta apresentada pela comissão negociadora sindical e pela Federação dos Sindicatos Têxteis que representa praticamente a totalidade dos 300 mil trabalhadores, sobretudo trabalhadores, de um sector cheio de problemas graves que a AD só sabe agravar.

Apesar da ofensiva patronal contar com o apoio da política governamental e com os jeitos dos divisionistas, designadamente na Empresa Fabril do Norte (Efanor) com cerca de 300 trabalhadores, é precisamente em empresas como esta onde «os trabalhadores estão dispostos a lutar até à saída do contrato» como ainda recentemente reafirmava José de Castro, delegado sindical da Efanor, ao intervir na concentração do dia 1 no Porto.

No Grupo Mondego

O «Avante!» ouviu recentemente algumas trabalhadoras das mais de 2 mil que trabalham no Grupo Mondego, nome por que é designado um conjunto de duas fábricas de confecções e uma têxtil (Cálcex, Ritex e Mondex), respectivamente, que foram parar às mãos dos Mellos, ou do grupo financeiro de que fazem parte.

Segundo opinião generalizada, a posição patronal era de intimidar, procurando coagir as trabalhadoras a furar a greve. Para desmobilizar, mentira e chantagem também serviam. Dissearam-nos: «o patrão fez correr que o pré-aviso de greve não tinha cá chegado a tempo e que portanto a greve era ilegal. Mas é só para meter medo».

Ouvimos a várias operárias: «dizem que, com a greve, está a haver muito prejuízo: que não vai haver dinheiro para pagar no fim do mês. É só para intimidar. Se não têm dinheiro para nos pagar que deixem de pôr anúncios na televisão que já poupam muito».

Os níveis de adesão, aí como noutras empresas e regiões têm sido de facto elevados. Está em jogo muita coisa incluindo salários dignos, direito ao trabalho, segurança de emprego para centenas de milhares de trabalhadores.

Contra as Leis do País
Alta finança recompõe-se

● Mellos, Quinas, Cupertino & Ca. reconstroem monopólios proibidos pela Constituição

Os Mellos nos têxteis do Norte e na Lisnave, o grupo Quina na Icesa, os gestores AD na banca nacionalizada às ordens dos Espíritos Santos, Cupertino de Miranda a comprar participações do Estado e o BPA a vendê-las, a Fábrica de Louça de Sacavém a ser destruída pelos próprios administradores, as decisões ilegais do conselho de gerência da Portucel, algumas empresas de transportes ameaçadas e outros escândalos controversos ou menores preocupam pelo menos parte da cena política nacional, pois constituem ameaça próxima e perigosa contra o regime democrático e a economia do País. Apesar disso, a televisão, a rádio e outros meios de comunicação estatizados fazem de conta que essas atitudes e processos não são notícia, não merecem uma palavra, uma imagem, como se não interessassem a ninguém.

O grupo financeiro dos Mellos, ou Mello-Deutsche-Morgan, ao qual ainda no número do «Avante!» de 1 do corrente fizemos larga referência a propósito das empresas-fantasma que sugam a Lisnave, encaminha-se novamente para a formação de grandes monopólios de capital industrial ligado ao bancário, formação essa que, como se sabe, é proibida expressamente pela Constituição.

Ultimamente, aquele grupo que funciona às claras como tal, depois de adquirir várias empresas têxteis entre as quais a Mondex e outras firmas do grupo Mondego, comprou a têxtil Sampaio & Ferreira, de Vila Nova de Famalicão, de que o BPA (Banco Português do Atlântico) era o maior credor.

Esse banco nacionalizado detinha grande parte das dívidas (era o maior credor) da Sampaio & Ferreira, firma que devia à banca nacionalizada um milhão

e duzentos mil contos e foi entregue pelos gestores AD do BPA aos Mellos pela módica quantia de 125 mil contos paga em títulos de indemnização mediante os quais a «família» já tinha adquirido as outras empresas do sector têxtil na região centro.

É a gente desta, decidida a reconstruir base económica do fascismo, nas barbas de uma Constituição democrática e dos poderes competentes para a proteger, que a UGT, insistindo em considerar-se uma união sindical, faz todos os fretes, indo ao ponto de autorizar certo patronato a angariar filiados para o Sindetex/UGT, sem entretanto fazer ouvir uma palavra de protesto contra a repressão que simultaneamente se exerce em empresas contra direitos e liberdades sindicais, atingindo trabalhadores prestigiados, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Por outro lado, recorde-se que segundo a Constituição da República, incumbe prioritariamente ao Estado (artigo 81.º, alínea g.), «Eliminar e impedir a formação de monopólios privados, através de nacionalizações ou de outras formas, bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral; sem por isso deixar de assegurar a equidade concorrencial entre as empresas, fixando a lei a protecção às pequenas e médias empresas económicas e socialmente viáveis», segundo dispõe a alínea j) da mesma norma constitucional não cumprida, nem pela banca nem pelos grupos interessados no reaparelhamento dos monopólios em Portugal.

Os Quinas «salvadores» da Icesa

«Passo importante para a reconstituição do conhecido ex-

grupo dos Quinas», que por obra da política AD apareceram como «salvadores» da Icesa, é como os trabalhadores desta empresa do ramo da construção consideram a operação bancária entre o Banco Borges & Irmão, o Governo e os acionistas, que terminou pela devolução da empresa aquele grupo financeiro.

A Icesa devia ao BBI mais de dois milhões e 200 mil contos. Mas os Quinas não pagam para já um tostão. A dívida — afirmam os trabalhadores citados pelo boletim do respectivo Sindicato de Lisboa — «é consolidada por um empréstimo com uma duração de 20 anos» com uma «bonificação máxima de juros a suportar pelo próprio banco» que, como se sabe, faz parte das instituições de crédito nacionalizadas.

Segundo o comunicado transcrito pelo referido boletim sindical de Setembro, as medidas que os trabalhadores da Icesa exigiam do Governo para viabilização da empresa, pagamento de salários em atraso e outras remunerações em dívida, acabaram por ser concedidas. Mas com uma diferença de peso: os trabalhadores exigiam a aplicação dessas medidas dentro do quadro constitucional, em defesa da economia do País e dos postos de trabalho; o que o Governo e os gestores AD do BBI concederam à Icesa foi, pelo contrário, em prejuízo das nacionali-

zações e em favor do grande capital privado, da reconstituição dos grupos monopolistas e da insegurança do emprego.

As benesses e as facilidades são tantas neste caso que o próprio Ministério das Finanças vai diligenciar junto da Caixa Geral de Depósitos «para que seja proporcionado à Icesa o acesso ao crédito hipotecário» e a «própria Secretaria de Estado do Tesouro fará um empréstimo de 70 mil contos» aos Quinas com uma taxa de juro quase simbólica de 6 por cento ao ano.

Em contrapartida, o acordo que tudo concede ao grande capital privado nem sequer garante os actuais postos de trabalho.

Quanto aos transportes nacionalizados (RN, Metro, TAP, entre outros) são drásticos os cortes nos investimentos, chegando a atingir em alguns casos os 63 por cento. A RN só poderá dispor de 76 por cento do investimento previsto e o Metro de 73 por cento.

Outros casos são também esclarecedores sobre o âmbito do ataque às nacionalizações. Segundo a Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector de Transportes, que temos vindo a citar, os investimentos serão ainda reduzidos a 78 % nos STCP (Porto), a 70 % na Socar, a 69 por cento na CTM (Companhia de Transportes Marítimos), a 52 % na ANA (abastecimento de aeronaves), a 48 % na Transtejo, a 76 % na CNN (Companhia Nacional de Navegação) e a 37 % na Dragapor.

Ao mesmo tempo, os preços dos transportes foram aumentados (de 16 a 40 % na CP; 16,5 a

30 % na RN; 16,5 a 33,3 % na Carris; 20 a 25 % no Metro; 16,5 a 30,7 % na Transtejo; 16 a 28 % nos STCP).

Ilegalidades na Portucel

A Portucel é uma empresa pública e tem um conselho de gerência. De acordo com a lei, os trabalhadores estão organizados dentro da empresa. Entre outras organizações têm uma comissão de trabalhadores. Dos seus direitos faz parte o exercício do controlo de gestão. Nada há de estranho, portanto, que exercendo esse controlo, a comissão recuse publicamente a tentativa de restauração de privilégios por parte dos gestores que criaram um «grupo social de choque e apoio ao conselho e gerência». Mas este órgão servidor da AD fica «ofendido» e suspende as reuniões com a comissão de trabalhadores.

O conselho de gerência sabe que essa decisão é «ilegal e punível», segundo a lei das CTS. Mas actua como se essa e outras leis já não existissem, como se a AD já tivesse posto em vigor todo o seu projecto laboral, tivesse revisto a Constituição, a seu modo, e continuasse no poder.

Antecipa-se o conselho de gerência da Portucel. Segue o exemplo dos gestores da banca. Embora noutro campo, a sua atitude legal destina-se a instalar na empresa a política repressiva da AD com a qual se pretende prejudicar por todos os meios as nacionalizações em proveito exclusivo do grande capital financeiro ligado à banca estrangeira e a um conjunto de interesses antinacionais.

Eco de vários protestos na voz do movimento sindical

Várias tomadas de posição recentes do movimento sindical unitário, interessando a grandes grupos sociais como os reformados, as empregadas domésticas, os trabalhadores rurais e às vítimas dos tribunais de trabalho, tiveram naturalmente o seu eco público através do apoio da CGTP-IN, designadamente no que respeita às pensões e aos salários mínimos nacionais impostos pelo Governo AD.

«Tal como aconteceu com os salários mínimos e com o subsídio de desemprego, o Governo da AD mostra mais uma vez de forma clara o desprezo que lhe merece a situação quase trágica de 1 500 000 pensionistas», afirma a CGTP-IN que desmascarou num comunicado a afirmação do Governo segundo a qual o aumento-base das pensões teria sido fixado de acordo com a taxa de inflação de 1980.

Depois de, por outro lado, ter seguido «com muita atenção a polémica surgida entre o ministro da Justiça e os juizes dos tribunais de trabalho», a CGTP-IN afirma nomeadamente que essa polémica «mais não é que uma forma de encapotar a realidade».

Demagogia

O aumento das pensões anunciado pelo Governo em 8 do corrente não incide sobre valores pagos durante todo o ano de 1980, como o Governo pretende fazer crer.

A CGTP-IN recorda que as anteriores pensões dos rurais e dos beneficiários da pensão social começaram a vigorar em 1 de Outubro de 1980 e as pensões do regime geral de 1 de Dezembro do mesmo ano. Mentira e manipulação são os termos que a CGTP-IN utiliza para caracterizar a tentativa governamental de esconder factos e números indesejáveis.

A anualidade das pensões — uma das promessas AD — não é respeitada. Informações já divulgadas indicam que as novas pensões dos rurais e a pensão social só começaram a ser pagas, sem retroactivos, a partir de 1 de Dezembro de 1981. Isso significa que as anteriores vão manter-se em vigor durante 14 meses.

Por outro lado, quando fala em inflação o Governo «larga» sempre os seus 16 por cento,

sem nunca chegar sequer aos 17. Assim, volta a mentir, quando afirma no seu comunicado sobre os novos valores das pensões, que estes últimos foram fixados «de modo a manter o poder de compra dos beneficiários».

Os aumentos — a verdade é essa — não cobrem sequer a subida do custo de vida já verificada; quanto mais o poder de compra já perdido e a perder!

Afirma a CGTP-IN: se calcularmos o aumento previsível dos preços, com base em dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, entre 1 de Outubro de 1980 e 1 de Dezembro de 1981 (para as pensões dos rurais e para a pensão social) ou entre 1 de Dezembro de 1980 e 1 de Janeiro de 1981 (para as pensões do regime geral), chegaremos a valores

que rondarão os 28% e e os 24%, respectivamente.

«A situação dos pensionistas, na altura em que entrarem em vigor os novos valores — acrescenta a CGTP-IN — será muito pior do que a que tinham quando começaram a vigorar os valores anteriores».

A Central unitária, apelando novamente à intensificação da luta para derrubar o 3.º Governo AD «o mais rapidamente possível», recorda por último os aumentos que propusera ao Governo e os que este fixou: pensão mínima do regime geral, 5600 escudos; fixada em 5247 escudos — pensão mínima dos rurais e pensão social, 4800 escudos; fixadas respectivamente em 3 mil e 2800 escudos.

Processos enterrados

Há anos que a CGTP-IN é a única organização que debate e apresenta soluções para o funcionamento dos tribunais do trabalho. Além dessa actividade ainda recentemente apoiou uma

campanha contra a paralisação dessas instituições, cuja inoperância é conhecida, juntamente com a Inspeção do Trabalho. Essa campanha deu resultados. Por isso, em face dos muitos milhares de processos enterrados há anos naqueles tribunais (sempre em benefício do patronato) para a CGTP-IN e para todo o movimento sindical não chega a polémica agora surgida entre o ministro da Justiça e os juizes visados.

O secretário nacional da CGTP-IN, ao insistir no convite ao ministro da Justiça para discutir publicamente a situação da justiça do trabalho no nosso país, reafirma a sua posição segundo a qual «o patronato entrega as mãos de conteúdo pela impunidade que os tribunais de trabalho lhe garantem face à infracção sistemática da lei e da Constituição da República, por um lado, e a inércia e a abstenção da Inspeção do Trabalho perante a prevenção e fiscalização da legalidade», por outro.

Quando os trabalhadores «pretendem fazer valer judicialmente os seus direitos» depa-

ram com uma «autêntica vergonha nacional», acrescenta a CGTP-IN. Acusando o ministro de «sacudir a água do capote», ao pretender que a acumulação dos processos se deve à «indolência dos juizes», a Central sublinha que os sucessivos governos da coligação AD «nada fizeram para combater a caótica vergonha por que passam os trabalhadores que se socorrem dos tribunais de trabalho».

Impunidade

A CGTP-IN, depois de sublinhar que o desprezo pela legalidade instituída tem o seu motor no próprio Governo e não nos juizes dos tribunais de trabalho, faz notar que as principais causas da impunidade de se resumem no «compadrio do Governo AD com o patronato» não formando juizes, não instalando «os tribunais de trabalho criados pelos Decretos-Lei 269/78, de 1 de Setembro (por exemplo em Loures, Vila Franca de Xira, Oeiras, etc., etc.)», não fornecendo os «meios materiais e técnicos para os tribunais funcionarem», não incentivando os «juizes para o foro do trabalho»,

não nomeando os juizes, não elaborando uma «reforma profunda do processo do trabalho».

O ministro da Justiça sabe perfeitamente o que se passa. Há juizes que não cumprem, há juizes que têm uma «conduta conservadora e até mesmo reaccionária» perante a Constituição, há situações inconcebíveis dentro dos próprios tribunais que afectam internamente os seus trabalhadores. Mas esses juizes com esse procedimento têm sido fiéis executores da política da AD e do patronato e, em consequência, fizeram com que os trabalhadores perdessem toda a confiança na administração da justiça do trabalho.

No entanto, observa a CGTP-IN, embora alguns magistrados, não todos, justifiquem pelo seu comportamento as declarações do ministro Meneses Pimentel, é estranho que só agora reajam «e mesmo assim por razões estritamente pessoais e não, como seria seu dever, com a preocupação de dignificar a sua função, os órgãos de soberania e o Estado democrático».

Contratação
Empresas em greve
● Atingidos vários sectores

Mocar, Spirel, Vaessen, Riopelle, Fábrica de Louça de Sacavém são alguns pontos assinaláveis nas várias formas de luta adoptadas pelos trabalhadores em defesa da contratação colectiva e da solidariedade para com um delegado sindical atingido pela repressão (Riopelle).

Além dessas empresas, quase todas conhecidas e empregando centenas de trabalhadores (são 700 só na Mocar, que em 10 deste mês cumpriam o seu 21.º dia de greve), sectores inteiros, como a Indústria Química, os enfermos do Sul e os ajudantes de farmácia, a nível nacional, vêem-se obrigados a defender revisões contra-

tuais através da greve, se os negociadores do patronato ou a conciliação do Ministério não resultarem em contrapropostas viáveis.

Só na química são 40 mil os trabalhadores que esperam pelo fim do boicote patronal às negociações. Para hoje estava prevista uma reunião de dirigentes e delegados sindicais do sector donde é provável que saia uma proposta de greve.

Nas farmácias, além da revisão salarial (aumentos de 20 por cento exigidos pelos trabalhadores) há problemas de outra ordem que, com o apoio de muitos farmacêuticos, os trabalhadores querem ver resolvidos, no âmbito da dignificação profissio-

nal e sobretudo no campo da «qualidade do serviço público prestado pelas empresas».

Assim, a par da luta salarial surgem, como é habitual entre trabalhadores organizados que defendem a unidade, formas solidárias de apoio e de responsabilidade sectorial envolvendo protestos negociáveis, firmeza na luta, boa participação dos trabalhadores, que também se conseguem como é o recente caso dos mineiros, que após lutas ao longo de cinco meses, conseguiram ver consagrados nos seus cadernos reivindicativos, entre outras regalias, aumentos salariais, subsídios de alimentação, de turno, de renda de casa (no Pejão), de compensação social (Panasqueira) e diuturnidades.

AD na banca é falência

«O corte radical do crédito imposto à banca nacionalizada e ao País pelo Fundo Monetário Internacional, através dos seus homens de mão Freitas do Amaral/Balsemão/João Salgueiro, está a provocar a diminuição da produção lançando milhares de pequenas e médias empresas no caminho da falência, ao mesmo tempo que inviabiliza grande número de explorações agrícolas, especialmente as de menor dimensão», afirma a célula do PCP no Banco Borges & Irmão.

«Por que não esclarece o Governo o corte de crédito» — pergunta a célula em comunicado de 1 do corrente. «Será só para criar condições para o aparecimento da banca privada com o falso argumento de que a actual banca nacionalizada não possui a dinâmica necessária ao desenvolvimento?»

Depois de salientarem que o corte de crédito tem posto pequenos e médios empresários em verdadeiras situações desesperadas, os trabalhadores comunistas do BBI recusam-se a admitir que «a tração praticada pelo Governo AD contribua para denegrir a imagem» con-

quistada «junto dos clientes da banca».

Os gestores, servindo «a política deste Governo de tração nacional», aceitarão depois «o estatuto de incompetência», passado por esse mesmo Governo, «dado que os resultados negativos» serão imputados a alguns responsáveis, se assim se pode chamar a quem, na senda do 1.º Ministro, só vê culpas nos trabalhadores?

Saneamento e defesa do emprego

O Banco Borges & Irmão é, «dentro da banca nacionalizada, um dos seus elos mais débeis».

A célula preocupa-se naturalmente com a defesa dos postos de trabalho: Os trabalhadores comunistas do BBI exigem medidas de efectivo saneamento económico do Banco como seja a solução urgente e adequada dos créditos devidos pelas associadas e pela famigerada Finangeste.

A célula reclama ainda a adopção de outras medidas justas) que evitem designadamente «uma carteira de depósitos das mais onerosas da banca; uma percentagem gravosa de crédito mal parado; a imobilização forçada de vários milhões de contos em aplicações a taxas que não cobrem sequer as taxas médias pagas aos depositantes» do BBI.

«Este novo e brutal corte de crédito», imposto pelo FMI, «trazirá a persistir, a rápida inviabilidade económica do BBI consequentemente porá em sérios riscos os nossos postos de trabalho», adverte a célula do BBI.

FECHO

Um delegado sindical suspenso foi reintegrado. O sector, neste caso o têxtil, nem era o ideal para tanto. Pelo contrário. Solicitados por outra luta — a revisão salarial em unidade — os trabalhadores da Riopelle, de Braga, pois é dessa firma que se trata, poderiam não ter desviado as suas forças para a convocação de uma greve contra uma medida repressiva e ilegal que atingira com uma suspensão, sem perda de vencimentos, um seu representante eleito. Poderiam, mas não o fizeram. Convocaram a greve, marcaram-lhe a data e venceram, sem necessidade de concretizar essa forma de luta, que não iria, inicialmente, além das duas horas. Mas nem essas horas necessárias. A administração negociou e cedeu.

Nun momento em que o sector têxtil está sob uma autêntica vaga de ameaças, nas quais os divisionistas do Sindetex/UGT têm parte de leão, interessados nos objectivos do patronato a ponto de esquecerem qualquer sombra de ética sindical; nun momento em que a revisão AD da legislação laboral pretende atingir sem remédio a legalidade da greve solidária; nun momento em que a revisão constitucional ameaça também pelo seu lado direitos dos trabalhadores — bom é recordar essa outra ameaça justíssima da greve de solidariedade, para que conste como mais um exemplo da atenção que os trabalhadores dedicam aos seus direitos e como sabem defendê-los.



Pensionistas, pessoas idosas, reformados protestam contra os aumentos AD

Luta dos pescadores por contrato e segurança

Estava prevista para as 2 horas da madrugada de ontem, quarta-feira, 14, o regresso ao mar dos cerca de 1600 pescadores do arrasto costeiro que, por todo o País aderiram a 100 por cento à greve de 48 horas pela revisão do Contrato (CCT).

Entretanto, o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal emita um comunicado sobre o incidente com o pesqueiro «Porto Céu». Afirmando nomeadamente que «o Governo sabe arrancar altos juros nos empréstimos e grandes impostos sobre o pescado, mas vira as costas para a segurança de quem trabalha», o Sindicato repudiava «o acto criminoso de que foi vítima o pescador Celestino Custódio». Dias depois, numa concentração em frente ao Ministério da Agricultura e Pescas, na Praça do Comércio em Lisboa, largas centenas

de pescadores de Viana do Castelo, Vila do Conde, Sines, Setúbal, Peniche e Sesimbra, apoiados pelos do Algarve, exigiam do Governo «segurança nos mares do Noroeste Africano».

Para isso, «é necessário firmar acordos de pesca» com os governos dos países dessa região, afirma a comissão de pesca artesanal longinqua criada na sequência do incidente com os tripulantes do «Porto Céu».

Uma moção aprovada durante a concentração na Praça do Comércio reclama do Governo medidas de apoio à família do pescador que perdeu a vida no incidente. O documento, aprovado por unanimidade e enviado a todos os órgãos de soberania, exige entre outras medidas que «seja apurada a responsabilidade de quem atacou o navio «Porto Céu», assassinando e ferin-

do elementos da sua tripulação».

Novas paralisações para os dias 19 e 20 do corrente eram entretanto marcadas pela comissão negociadora sindical do contrato colectivo de trabalho do arrasto costeiro, se as associações de armadores não aceitarem retomar as negociações que interromperam unilateralmente.

As paralisações, a que os pescadores se vêem obrigados, destinam-se a satisfazer reivindicações da ordem das obtidas por outros trabalhadores, sem nada de irrealista, nem de impossível de satisfazer. De resto, a reivindicação máxima é, por enquanto, a possibilidade de negociar directamente com o patronato, que não só recusa isso como pretende ainda retirar aos pescadores regalias já alcançadas no contrato anterior.

Poder local

A grande vitória de Loures

Extraordinária vitória da APU, profunda derrota da AD, estrondoso fracasso da política de alianças do PS com a direita: eis três traços essenciais sublinhados pela Comissão Política do CC do PCP, em comunicado que nesta página transcrevemos, e que definem com meridiana clareza o significado político das eleições de domingo em Loures. Sobre esse significado político — que mais não é senão uma confirmação das tendências já manifestadas, recentemente, nas eleições de Miragaia —, falamos não só no documento citado mas também no Editorial (pág. 2).

Mas sobre os resultados, há ainda mais dois aspectos que nos pareceu indispensável abordar nesta edição. Em primeiro lugar, o tipo de campanha desenvolvida pelo PS, baseada, lamentavelmente, num tosco anticomunismo, que mal encobriu o desejo explícito do PS local, sob a protecção de Mário Soares, de se aliar com a direita. As incoerências. Os namoros. E, depois, a prova provada de que, chegando-se à direita, o PS perde sempre mais do que ganha: a tática anticomunista, seja quem for que a utilize, acaba mais tarde ou mais cedo por se voltar contra os seus autores.

Outro aspecto que não poderia faltar: o relato, através da foto e da palavra, do que foram as entusiásticas manifestações de alegria dos democratas de Loures, assim que os primeiros resultados começaram a ser conhecidos.



O camarada Álvaro Cunha (na foto entre Severiano Faído e Octávio Pato) foi um dos presentes no inesquecível convívio popular que encheu as ruas do concelho de Loures logo após serem conhecidos os primeiros resultados das eleições.

O povo saiu à rua para festejar a vitória do povo

Domingo, dia 11. São 19 horas e 30. Estamos no Centro de Trabalho do PCP em Sacavém. Num movimento cruzado e contínuo, enchendo completamente as salas, as pessoas prolongam o clima de expectativa até às ruas circundantes.

O ambiente, embora de confiança geral, não consegue esconder um certo nervosismo. Aguardam-se ansiosamente os primeiros resultados.

Um carro pára à porta do Centro. Do seu interior, apressado, sai um camarada. É portador dos

primeiros resultados que se conhecem referentes a duas mesas na freguesia. Anunciados com uma

margem que distanciava largamente a APU do PS e da AD, dá-se então a primeira explosão de alegria, igual às muitas que assistiríamos no decorrer da noite de domingo. Depois é outro, e mais outro carro, um a um, chegando ao pequeno «quartel geral» instalado em Sacavém, trazendo dados frescos das mesas de voto das 17 freguesias do concelho. Cerca das 20 horas, os

resultados recolhidos esboçavam já claramente uma tendência de voto: tudo apontava para uma grande vitória da APU. A partir de então e até às primeiras horas da madrugada um novo colorido e animação enche as ruas de várias localidades do concelho. Aos milhares, largos milhares, em cima de automóveis e camionetas, empunhando bandeiras, entoando canções,

dançando nas ruas, o povo do concelho saía à rua e começava a dar largas à sua alegria.

É então anunciada para o largo do coreto, onde dois dias antes se realizara o comício de encerramento da campanha, a presença do camarada Álvaro Cunha. Uma massa humana desloca-se para o local e aí perante o entusiasmo dos milhares de presentes, o secretário-geral do Partido anuncia a já certa «extraordinária vitória da APU». Referindo-se aos grandes derrotados destas eleições — a AD bem como Mário Soares e Rigo Calado — o nosso camarada referiu que «o povo vota nos verdadeiros democratas e não naqueles que servem os interesses dos grandes capitalistas, os especuladores e os parasitas». Antecipando-se à previsível inversão de valores, qual golpe de rins a que o PS e a AD já nos habituaram sempre que necessitam de justificar um desaire eleitoral, o camarada Álvaro Cunha sublinhou que «a reacção e o PS anunciaram que as eleições de Loures eram um teste e um balão de ensaio. Aí têm o teste e o balão de ensaio. Se quiserem tirar conclusões que as tirem». Considerou ainda os resultados como «uma grande derrota da política colaboracionista de Mário Soares» e finalizou a sua intervenção saudando



Em Sacavém, no Largo do Coreto, o camarada Álvaro Cunha anuncia à multidão que aí se concentrou a vitória da APU.

os comunistas, os activistas do MDP/CDE e os democratas, entre os quais muitos socialistas, que trabalharam na campanha. Em camionetas de caixa aberta, de carro ou de motorizada largos milhares de pessoas confluíram depois para Loures onde se registou uma enorme concentração e onde estiveram presentes Álvaro Cunha, José Manuel Tengarrinha e Severiano Falcão. A incontida alegria dos presentes, que aos milhares não paravam de chegar, fazia lembrar outras belas jornadas, vivas na memória de todos,

que se têm vivido desde Abril. Choros e abraços misturavam-se com as danças e as canções. A emoção estampava-se nos rostos. Num pequeno palanque montado no largo junto ao C. T. do Partido os três oradores perante a enorme multidão concentrada proferiram breves intervenções onde sublinharam a importância e o significado da vitória nas eleições intercalares e a derrota dos planos de Rigo Calado/PS. «Não foi a abstenção que derrotou o PS em Loures, mas sim a aliança da candidatura de Rigo Calado com a coligação de

direita», acentuou Álvaro Cunha, primeiro orador. Para José Manuel Tengarrinha, «a espectacular vitória da APU mostra que o povo de Loures reconheceu a competência e a honestidade com que o presidente da Câmara e vereadores da APU se tinham dedicado à resolução dos graves problemas do concelho. Mostra também que para uma vez, como aconteceu em Évora, falhou a manobra conjugada do PSD e do PS para derrotar a Câmara APU, como sempre fracassaram todas as alianças do PS com a direita. Os resultados



Largos milhares de pessoas confluíram para Loures no domingo à noite e assistiram ao comício que então se realizou.

Vamos sorrir... com o PS/Rigo Calado

Rigo Calado ao «Tempo», nas vésperas das eleições:

«Com uma abstenção inferior a 35 por cento, o PS tem fortes possibilidades de ganhar».

Rigo Calado depois das eleições, nas quais as abstenções não chegaram aos 35 por cento:

«Reconheço o revés sofrido no acto eleitoral como consequência da elevada abstenção».

Vê-se que, como estratégia, Rigo Calado é um bocado bronco.

E quanto a coerência consigo próprio, é o que se vê.

Cambada de inconscientes?

«Penso que, sendo o eleitorado de Loures consciente, não duvidará de que acima de preferências e interesses partidários, importa evitar que o PC continue à frente dos destinos da Câmara».

A autoria desta falação, proferida mais de quinze dias antes das eleições, poderia perfeitamente pertencer ao Capucho da AD ou a outro falante do género. Mas pertence — o que vai dar ao mesmo — a Rigo Calado. O qual, hoje, conhecidos os resultados, deveria concluir que o concelho de Loures é habitado por uma cambada de inconscientes. Ou será que Rigo Calado vai voltar com a palavra atrás?

Um facto «grave»?

Na frase acima citada está patente um dos aspectos mais lamentáveis da acção do PS em Loures (nos últimos tempos principalmente), qual seja a sua busca desesperada de alianças com a direita e dos votos da direita.

Dizia Mário Soares ao «Tempo», quatro dias antes das eleições: «Estou convencido de que uma boa parte do

eleitorado da AD vai votar PS nas eleições de Loures, o que será, naturalmente, positivo». Noutro passo:

«Gostaria que os eleitores da AD compreendessem que devem votar no PS».

Namoro mais descarado não podia haver. E, mais grave ainda, namoro este feito à custa, como se sabe, de vergonhosos apelos ao mais primário anticomunismo. Por exemplo, naquela mesma entrevista, Mário Soares considera que seria «grave» se a APU ganhasse as eleições, ainda que sem explicar o porquê dessa afirmação. E foi pena que o não tivesse feito. Onde estará a gravidade de a APU ganhar as eleições de Loures? Ou quereria dizer Mário Soares que o facto de a APU ganhar seria grave — mas para o PS? Ou seria grave pessoalmente para si próprio, Mário Soares?

«Factor decisivo», mas em que sentido?

Por falar em Mário Soares: ao que parece, a sua presença assídua nas iniciativas integradas na campanha levantaram alguma polémica dentro do PS. Havia quem pensasse que, caso o PS não ganhasse, isso contribuiria para «desgastar» o secretário-geral. A

este respeito, Rigo Calado diria: «Discordo profundamente que o meu camarada Mário Soares não devesse envolver-se pessoalmente na campanha eleitoral para a Câmara de Loures. Em primeiro lugar, porque não acredito que o PS saia derrotado; em segundo lugar, porque o nosso partido tem que se empenhar a fundo nestas eleições». E acentuou: «Mário Soares é um factor decisivo nestas eleições». Terá sido, sem dúvida. Mas não seguramente no sentido em que Rigo Calado estava a pensar...

Calado, o melhor?

Dá um certo gozo verificar o modo como dirigentes da AD e do PS e imprensa afecta se referem às abstenções, fazendo delas as culpadas de tudo. Mas gozado, gozado, é registar aqui esta poderosa afirmação de Rigo Calado, nas vésperas das eleições: «Com uma abstenção inferior a 35 por cento, o PS tem fortes possibilidades de ganhar». As abstenções, com efeito, foram inferiores aos tais 35 por cento. Só que o PS... Quem disse que o Calado era o melhor?

Como é que é?

Aliás, em boa parte dos comentários posteriores às eleições as abstenções têm sido o grande argumento para tentar justificar as descidas da AD e do PS. Verdade se diga que, mais do que um argumento, se trata de um alibi. Ocultam-se deliberadamente dados essenciais, como seja por exemplo o facto de em 1976, quando o PS ganhou em Loures, as abstenções terem sido em maior número; e de nas eleições deste ano na Nazaré e em Valpaços, ganhas respectivamente pelo PS e pela AD, as abstenções terem sido muito maiores: 56,5 e 49,4 por cento!

Fundamentalmente, porém, este alarido das abstenções procura distrair do facto decisivo que é o aumento do número absoluto de votos na APU — e o significado político que isso tem. Deste aspecto não falam os comentaristas de certos jornais. O que se compreende: como haveriam eles de justificar tudo o que vêm dizendo sobre o «isolamento» do PCP, a sua «desadaptação à democracia», etc.? Como é que é, então, se os «terríveis» comunistas, que desenvolvem nas Câmaras uma «gestão antidemocrática», são «sectários» e nada fazem para defender os interesses das populações, como é que se, depois, quando se vai a votos, são eles que sobem e os outros que descem?

Se Nuno Rocha morasse em Loures, em quem votaria?

Num dos raciocínios com um mínimo de lucidez que, por vezes, o acometem, Nuno Rocha, director do «Tempo», desde há algumas semanas que vinha manifestando o seu cepticismo acerca das possibilidades da AD nas eleições de Loures.

No editorial perpetrado três dias antes do acto eleitoral, o ex-futuro secretário de Estado do Turismo alude a um certo «plano de emergência» (sic) da AD para a última semana da campanha, plano esse que, segundo Rocha, incluiria «grandes comícios, a organização de caravanas automóveis e a edição de 100 mil panfletos para distribuir até ao encerramento da campanha». Nem por isso, porém, Rocha se sente animado, e não hesita em afirmar: «Mas as perspectivas são sombrias, o que quase leva a aconselhar os adeptos da AD a votar útil, ou seja, a votar pelo PS». Curiosa e significativa — mas não inesperada — coincidência de pontos de vista entre Mário Soares e o «Tempo».



stram ainda que o povo
da descontente com o
verno AD, que tem
gado o País na maior
se econômica e social
de o 25 de Abril». A
grande vitória da APU
mostra também — salientou
da o presidente do
OP/CDE — que qualquer
lucção política estável
m de contar com as
ças de esquerda que
ais consequentemente
em defendido a
mocracia. Só uma ampla

cooperação no campo
democrático das forças
identificadas com o 25 de
Abril poderá permitir uma
solução eficaz para os
graves problemas do
País». Vivamente saudado,
interviu a finalizar o
reconfirmado presidente
da Câmara de Loures,
camarada Severiano
Falcão. Depois de
sublinhar a sua convicção
de que o PS e o PSD
seriam colocados perante

surpresas politicamente
desagradáveis referiu a
sua inabalável «confiança
de espírito de justiça do
povo do concelho» que
soube avaliar não apenas
«o comportamento
incorrecto do PS e do PSD,
mas sobretudo reconhecer
o nosso grande esforço de
realização, apesar de toda
a campanha de mentiras e
calúnias». Depois... Bem e depois foi
o continuar da festa pela
noite dentro. Ainda o

estalar de foguetes, na
madrugada, gente a
dançar e cantar, gente a
regressar a suas casas de
carro ou a pé, levando
consigo, por certo, a
acompanhar o regozijo, a
vontade colectiva dos
democratas do concelho,
que o recém eleito
presidente, camarada
Severiano Falcão tão bem
expressou: «tudo continuar
a fazer para resolver os
problemas mais prementes
do município».

No trabalho e na festa a participação da juventude

abes, a gente tinha
uita confiança nos
sultados. Por exemplo,
em Mosca, não
uve tarefas onde nós
o estivéssemos
esentes e isto, ao que
i, passou-se em todo o
ncelho». Quem assim
s falou foi o Filipe
andro, 18 anos,
tudante, referindo-se ao
pel da juventude na
mpanha. A verdade, falar dos
sultados, da
portância e do
nificado das eleições
ra a Câmara Municipal
Loures e da
traordinária vitória
ançada pela Aliança
vo Unido é falar,
mbém e
rigatoriamente, da
juventude. Dos jovens
e às centenas, das
ais diversas idades,
abalhadores e
studantes,
sempenharam um
pel activo no decorrer
campanha. Falar de entusiasmo e
gria, de
mpenhamento e
nerosidade,
nsformados em acção.
ção que esteve
esente em cada dia, em
da momento, em cada
ciativa. Nas festas e
iles, nos concertos de
úsica «rock» e popular,

nos contactos porta-a-
porta, nas distribuições
de documentos, nas
colagens, nos murais, no
esclarecimento directo.
Quanto aos resultados,
esses estão à vista e
resumem-se assim: o
esforço valeu a pena. É
que acreditar no futuro e
por ele lutar é
característica da
juventude e foi isso que
fizeram, lado a lado com
o povo do concelho os
jovens de Loures.

Não admira, pois, as
grandiosas
manifestações de alegria
juvenil que tiveram lugar,
um pouco por todo o
concelho, ao princípio da
noite de domingo, logo
que começaram a ser
conhecidos os primeiros
resultados. Alegria
contagante que
transbordou em cantos e
danças, no agitar de
bandeiras, nas palavras
de ordem, nos foguetes,
enfim na festa.

«É muita alegria para a
minha cabeça», dizia-nos
a propósito o Fernando
Pinto, 16 anos, mecânico.
Percebemo-lo tão bem. É
que em Loures, no
passado domingo, a
vitória sendo da APU, da
honestidade e da
competência, ou melhor,
como disse Severiano
Falcão, «dos democratas
e do povo do concelho»,
foi ainda, e sobretudo,
uma grande vitória da (e
de) juventude.



Foi assim antes e depois das eleições: a presença viva e contagiante da juventude

Palavras lançadas ao chão

desespero dos que
queriam a todo o custo —
mesmo que isso lhes
custasse a dignidade —
empurrar a APU para fora
da Câmara de Loures.
Chegou até à boca das
mas. Com efeito,
campanha eleitoral
cerrada e ainda eram
distribuídos à socapa
aquele concelho alguns
peis anónimos. Que
tiam?

m deles nem sequer se
ria aos problemas da
estão autárquica. Falava
Afeganistão e da União
viética que,
venhamos, estão bem
santes do concelho.
ava da Polónia, que
também não é perto.

Falava de questões
internas do PCP, um
partido que não tem por
costume imiscuir-se nas
desavenças e crises de
outros partidos ou
frentes. Apelava,
finalmente, ao eleitor
comunista, para que não
votasse APU. E, como já
dissemos, não punha
assinatura por baixo das
rasteiras palavras.
Mas foram palavras
lançadas ao vento. Ou ao
chão. O outro «documento»
apelava ao «Amigo da
AD» para que votasse
útil, votasse PS.
Disfarçava-se assim:
«Infelizmente a
campanha da «AD» não
teve nenhum dinamismo

e a lista para a Câmara
não tem qualquer
possibilidade de ganhar.
Em Loures, na realidade,
há duas listas: a da APU
e a do PS. Quanto à APU,
nem é preciso falar — o
nosso objectivo é fazer
com que perca a Câmara
onde só fez mal». E o disfarce continuava
mais adiante:
«Não estraguemos o
nosso voto. Um voto
estragado é um voto na
APU. O voto útil é no PS e
em Rico Calado». «Vota
no único Partido que
pode tirar a Câmara à
APU. Vota útil, vota PS». Palavras inúteis. Palavras
lançadas ao chão onde
ficaram até serem

levadas como lixo que
eram, para as
montureiras da autarquia.
O povo do concelho votou
útil, votou para defender
os seus interesses e os
da democracia. Pôs no
seu lugar os que
defendem alianças com a
direita, pôs no fundo da
escala os que fazem a
política dos
especuladores. Não quis
pôr Rico Calado à frente
da Câmara. Ele já lá
estivera e a população de
Loures não quis repetir a
experiência. Foram palavras inúteis.
Ou talvez não: serviram
para revelar melhor o
carácter e os métodos de
quem, presumivelmente,
as encomendou.

O significado das eleições

A Comissão Política do CC tira conclusões dos resultados e desmascara tentativas para os iludir

1. Os resultados das eleições de Loures traduzem de forma indiscutível uma extraordinária vitória da APU, uma profunda derrota da «AD» e um estrondoso fracasso da política de alianças do PS com a direita.

2. Sem prejuízo de uma ulterior e mais desenvolvida análise dos resultados e do significado das eleições de Loures, o PCP, tendo em conta as tentativas em curso para obscurecer o real significado dos resultados destas eleições, entende necessário sublinhar desde já alguns aspectos essenciais:

• A APU não só mantém a presidência e os vereadores de que já dispunha, como aumenta a sua votação em mais de 7 mil votos, atingindo a percentagem de 45,3 por cento, (mais 10 pontos do que em 1979). A APU regista um crescimento eleitoral real de 14,5 por cento. Ganha em todas as freguesias do concelho. Passa de terceira força mais votada nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980 para primeira, agora a larguíssima distância tanto do PS como da «AD». Não obtém a maioria absoluta de vereadores por uma escassa margem de votos.

• A «AD» perde 4500 votos (13 por cento do seu eleitorado) em relação às autárquicas de 1979, obtendo agora menos votos do que a soma dos votos do PSD e do CDS nessa altura. Perde mais de 23 000 votos em relação às últimas eleições legislativas, isto é, 44 por cento do seu eleitorado. A «AD» passa de força mais votada em Outubro de 1980 para terceira força, estando agora reduzida a pouco mais de metade dos votos da APU. O novo vereador alcançado pela «AD» não tem qualquer significado, na medida em que já o teria assegurado em 1979 por mera junção dos votos então obtidos pelo PSD e CDS.

• O PS perde 11 500 votos em relação a 1979, baixando 8 pontos na sua percentagem. Perde mais de 16 000 votos em relação às últimas legislativas, ou seja 33 por cento do seu eleitorado.

• A UDP perde 57 por cento do seu eleitorado em 1979.

3. É manifestamente ridículo e pouco honesto o empolamento que está a ser feito das abstenções e a pretensão de explicar a vitória da APU, a derrota da «AD» e o fracasso do PS através do nível de abstenções. Em primeiro lugar, porque as abstenções não podem ser apropriadas a favor de nenhuma força concorrente. Em segundo lugar, porque nas eleições gerais autárquicas de 1976, o PS conquistou em Loures a presidência da Câmara com uma abstenção de 36,6 por cento, e já este ano o PSD e o PS conquistaram as presidências das câmaras de Valpaços e Nazaré em eleições com um nível de abstenção (49,4 por cento e 56,5 por cento) muito superior aos 34,4 por cento verificados ontem em Loures. Em terceiro lugar, porque mesmo que a abstenção tivesse ontem atingido apenas o valor de 1979, ou seja de 25,3 por cento, ainda assim a vitória da APU estaria em qualquer caso sempre assegurada, porque a sua diferença de votos quer em



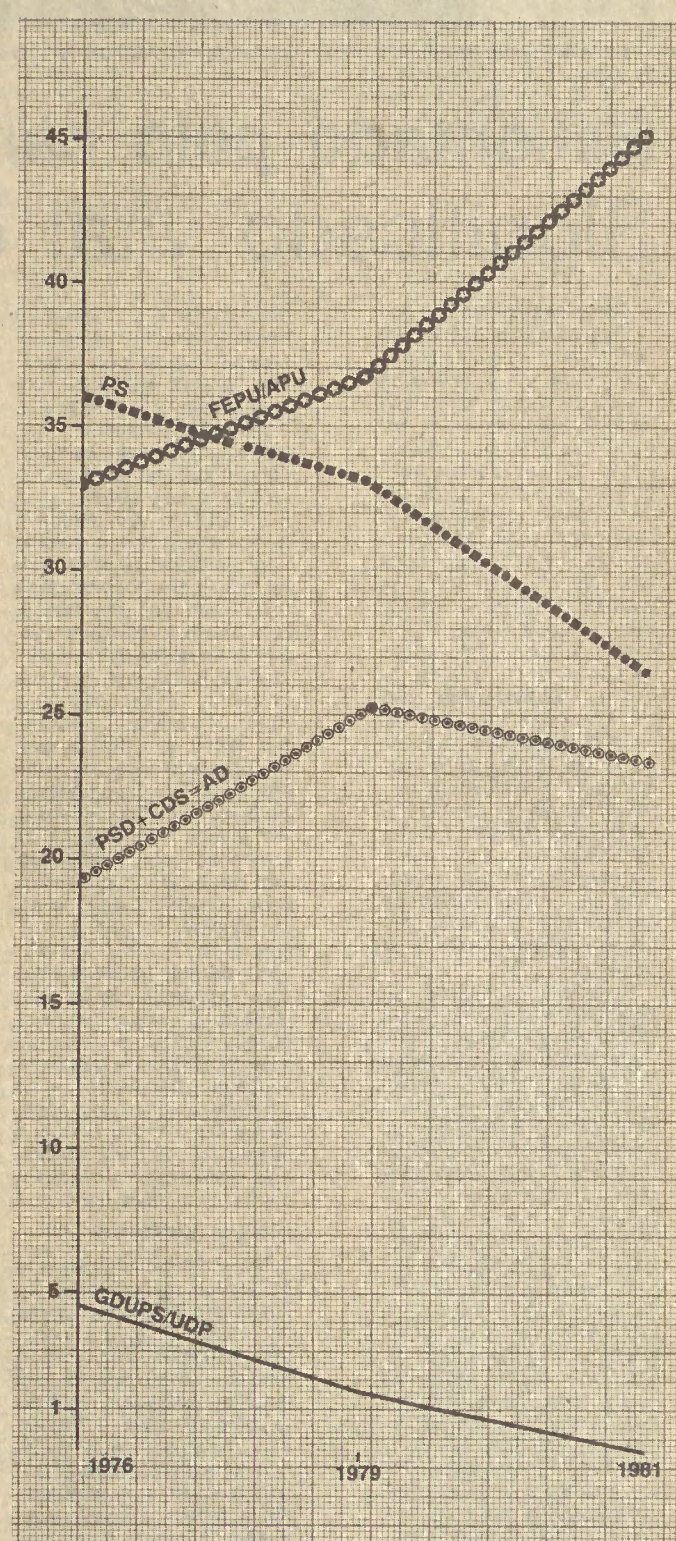
relação ao PS quer à «AD» é confortavelmente superior ao crescimento real do número de abstenções entre as duas eleições.

4. Os resultados de Loures confirmam o justo reconhecimento pela população de Loures da gestão séria, dedicada e democrática da APU na Câmara de Loures. Espelham um grande apoio popular e eleitoral ao PCP e à APU. Confirmam inteiramente a acentuada redução da base social, política e eleitoral da «AD», numa nova comprovação de que a «AD» perdeu a legitimidade para governar e de que a sua maioria parlamentar já não tem correspondência com a opinião do eleitorado. Os resultados de Loures são também uma severa condenação de toda a actuação do PS no processo da queda da Câmara APU em Loures e demonstram que as alianças do PS com a direita suscitam uma série reprovação do eleitorado.

5. A vitória da APU em Loures, obtida numa campanha particularmente difícil em que a APU se defrontou com a acção combinada e conjugada do PS e da «AD», assume o carácter mais amplo de uma vitória de todas as forças e sectores democráticos e de todos os cidadãos que lutam consequentemente contra o governo da «AD» e a sua desastrosa política, que justamente se opõem a alianças de partidos democráticos com partidos reaccionários, que se pronunciam a favor da unidade das orças democráticas como alavanca fundamental para a concretização de uma alternativa democrática à «AD» que assegure em todas as autarquias uma gestão democrática ao serviço das populações e que garanta ao país um governo democrático com uma política fiel às conquistas, ideais e esperanças do 25 de Abril.

12.10.81

A Comissão Política do CC do
Partido Comunista Português



Evolução das votações para as eleições autárquicas em Loures

	FEPU/APU		PS		PSD+CDS=AD		GDUP/UDP	
1976	32 755	32.8	35 924	36.0	19 327	19.4	4804	4.8
1979	49 567	36.7	44 784	33.1	33 882	25.1	2130	1.6
1981	56 752	45.3	33 268	26.6	29 393	23.5	812	0.6

Reforçam-se os laços entre o PCP e o PC Búlgaro

Regressou na manhã do passado domingo ao seu país a delegação do Partido Comunista Búlgaro que, conforme anunciáramos na semana passada, esteve entre nós durante quatro dias a convite do CC do PCP. Chefiada pelo camarada Alexander Lilov, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCB, esta delegação pôde apreciar, ainda que superficialmente dado a escassez de tempo, alguns aspectos

A primeira visita foi à MAGUE de Alverca, uma das grandes empresas privadas de metalomecânica pesada do nosso país. Tendo como anfitriã a Comissão de Trabalhadores —

que tinha preparado um itinerário completo da empresa — a delegação búlgara teria oportunidade de tomar contacto não apenas com uma grande unidade industrial do nosso país mas

da realidade social, económica e política do nosso país e tomar contacto com dos alguns aspectos mais marcantes surgidos com a Revolução de Abril. Como seja a Reforma Agrária e a participação activa e organizada do operariado na gestão das empresas. Entretanto teve encontros com uma delegação do CC do PCP chefiada pelo secretário-geral, camarada Alvaro Cunhal, e outros organismos do Partido.

também com alguns aspectos da organização e capacidade de iniciativa do operariado português dentro das empresas. Ali seriam igualmente levantadas inúmeras questões sobre

a realidade búlgara, numa evidente manifestação de interesse dos trabalhadores da MAGUE acerca deste país socialista que, como recordaria, sorindo, o camarada Lilov, tinha al-

gumas afinidades com o nosso, a começar pela superfície e número de habitantes.

No dia seguinte, a delegação búlgara rumaria para o Alentejo, com um primeiro encontro no Centro de Trabalho do PCP em Beja, onde os aguardavam António Gervásio da Comissão Política do CC, e outros camaradas, seguindo-se uma visita à UCP/Cooperativa Agrícola «Alvorada na Aldeia», em Aldeia Nova, Serpa. E seria nesta vila que terminaria a visita a terras

da Reforma Agrária, com um encontro na Câmara Municipal com o respectivo presidente e outros munícipes.

A 10 de Outubro e após um encontro final com a delegação do CC do PCP, os camaradas da Bulgária avistaram-se-iam no Centro de Trabalho Vitória com uma delegação da DORL constituída pelos camaradas Aboim Inglês, Hipólito e Rosa. A noite realizou-se-ia um Comício de Amizade em Queluz, no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários, ponto máximo da visita.

apresentação da Mesa, uma breve exposição sobre a Freguesia de Queluz — que pertence ao concelho de Sintra, o terceiro do distrito de Lisboa, a que se seguiu o discurso do camarada Alexander Lilov. Discurso ouvido com atenção, pontuado de entusiasmo, vibrante no seu todo.

Seguiram-se ofertas, num ambiente de fraternal euforia, com os aplausos abafando por vezes o anúncio das mesmas. A Comissão Concelhia do PCP ofereceu um magnífico jogo de xadrez em mármore feito por operários de Montelavar (difícil apenas transportá-lo, que aquilo pesava mesmo!), seguindo-se a entrega de 20 gravuras antigas de Sintra pela Organização das Autarquias e de uma medalha comemorativa das eleições pela Comissão de Freguesia da APU local.

Os Pioneiros do conchelo dirigiram em seguida uma mensagem às crianças da Bulgária, onde expressariam pesar pela perda de Ludmila Jivkova, grande iniciadora do Movimento Internacional Bandeira da Paz, e enviariam a todas as crianças búlgaras uma mensagem de paz, amizade e fraternidade. Ali

mesmo assinada com um belo ramo de cravos distribuído pelos nossos Pioneiros aos visitantes.

Em seguida surgiram saudações de diversos organismos e a entrega pelo camarada Lilov de um busto do grande dirigente búlgaro e do movimento comunista internacional, Jorge Dimitrov. Aplausos intensos e cadenciados da assistência, que se prolongariam na aprovação por unanimidade e aclamação de uma moção em três alíneas «a) — condenar energeticamente quaisquer tentativas de alterar o equilíbrio de forças na Europa à custa da Comunidade Socialista; b) — exigir que sejam anuladas as decisões de instalar mísseis «Pershing» na Europa e fabricar a bomba de neutrões; c) — condenar a criminoso agressão dos racistas sul-africanos à RP de Angola e exigir o seu imediato fim, com a completa retirada dos agressores do solo angolano».

O camarada Álvaro Cunhal encerraria o comício com um discurso que, tal como o do camarada Alexander Lilov, junto referimos. E a jornada de solidariedade internacionalista terminaria com a mesma vibração e entusiasmo com que começara.

Comunicado comum

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 7 a 11 de Outubro, uma delegação do Partido Comunista Búlgaro, dirigida por Alexander Lilov, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central. Integravam também a delegação Gueorgui Kardachev, do Comité Central e Primeiro-Secretário do Comité Distrital de Silistra, Christo Maleev, Vice-Reponsável do Departamento Internacional, e Katarina Vassileva, colaboradora do Comité Central.

A delegação do PCB teve conversações com uma delegação do PCP constituída por Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, José Bernardino, membro do CC e Graça Filipe, da Secção Internacional.

Durante a sua estadia, a delegação foi recebida na Organização Regional do Alentejo do PCP designadamente por António Gervásio, da Comissão Política do CC e José Soeiro, do CC. Em Serpa, foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal. Visitou a UCP/Cooperativa «Alvorada na Aldeia» e a empresa MAGUE. E participou no comício de amizade realizado em

Queluz, no dia 10 de Outubro, onde usaram da palavra Alexander Lilov e Alvaro Cunhal.

Durante as conversações, que decorreram em ambiente de fraternal amizade, correspondente aos laços que tradicionalmente unem os dois partidos, as delegações procederam a uma ampla troca de opiniões e de informações sobre a situação nos seus países respectivos e as tarefas dos seus partidos, bem como sobre aspectos da situação internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCP informou sobre a actividade dos comunistas portugueses, estreitamente ligados à classe operária e às massas trabalhadoras, em defesa das conquistas democráticas que fazem parte integrante do regime democrático consagrado na Constituição da República; sobre as perspectivas propostas de acção comum de todas as forças democráticas para derrotar o plano subversivo da reacção e para assegurar uma alternativa democrática ao actual governo e à sua política.

A delegação do PCP expressou alto preço dos comunistas portugueses pelas realizações da Bulgária socialista, alcançadas sob a direcção do PCB e pela política externa de paz da República Popular da Bulgária,

desejando novos êxitos no decorrer da concretização dos planos recentemente aprovados pelo XII Congresso do PC Búlgaro.

A delegação do PCB informou sobre as tarefas do Partido Comunista Búlgaro e de todo o povo búlgaro, na concretização das decisões do XII Congresso, sobre os êxitos multilaterais do país alcançados na construção da sociedade socialista desenvolvida. Os camaradas portugueses tomaram conhecimento da actividade política externa realizada pela República Popular da Bulgária em prol da paz, da segurança, da cooperação e do progresso social na Europa e no Mundo, pela transformação dos Balcãs numa zona isenta de armas nucleares, numa região de paz doradoura, de boa vizinhança e de compreensão mútua.

A delegação do PCB exprimiu a solidariedade inabalável dos comunistas e dos trabalhadores búlgaros para com a luta abnegada dos seus camaradas portugueses pela salvaguarda dos direitos e das liberdades democráticas do Povo português, das transformações progressistas levadas a cabo pela Revolução de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição. Ao debruçarem-se sobre a si-

tuação internacional, as duas delegações valorizaram os sucessos alcançados pelos trabalhadores e os povos nos vários continentes, na luta pela democracia, a independência nacional, o progresso, o socialismo e o comunismo. Sublinharam a importância das realizações e dos êxitos dos países socialistas.

As delegações do PCP e do PCB manifestaram entretanto a sua preocupação pelo agravamento da situação internacional e o aumento dos perigos de guerra, condenando a política do imperialismo norte-americano e dos círculos imperialistas mais reacçãoários e agressivos da OTAN, condenaram em particular a corrida aos armamentos, a produção, pelos EUA, da bomba de neutrões e os projectos de instalação de novos mísseis nucleares de médio alcance em território oeste-europeu, a escalada agressiva posta em prática pelo regime racista da África do Sul, com o apoio norte-americano, contra o povo de Angola e outros povos da África Austral.

As duas delegações sublinharam que a nova ofensiva do imperialismo norte-americano visa a obtenção da supremacia militar sobre a URSS e o campo socialista, travar os êxitos na construção do socialismo e do comunismo, sustentar o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes, impedir ou retardar a via da independência nacional e do progresso social escolhida por um número cada vez maior de Estados, impor a hegemonia imperialista nos assuntos mundiais.

As duas delegações puseram em relevo o significado do ascenso da luta de massas pela paz nos países capitalistas, designadamente na Europa, destacaram a importância das propostas de paz da URSS e da comunidade dos países socialistas e pronunciaram-se pela premente necessidade de negociações que contribuam para pôr termo à escalada do clima de confrontação e afastar a ameaça de uma guerra nuclear.

Para assegurar o progresso da luta emancipadora dos traba-

lhadores e dos povos e face aos perigos decorrentes da política agressiva e militarista do imperialismo, as duas delegações deram particular atenção à necessidade de reforçar a unidade do movimento comunista e operário internacional e a coesão e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da época actual: a URSS e outros países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

As delegações do PCP e do PCB expressaram solidariedade activa dos seus partidos para com a luta dos povos da Ásia, da África e da América Latina pela liberdade e a independência nacional, contra a política agressiva do imperialismo, contra o fascismo, o colonialismo e o neocolonialismo e o racismo.

Manifestando a sua preocupação face à escalada das forças contra-revolucionárias na Polónia, que, servindo-se do «Solidariedade» como principal instrumento político e contando com o apoio activo do imperialismo, atentam contra o poder popular, as duas delegações expressaram a sua solidariedade para com o POUP e ao povo polaco na sua luta pela defesa e consolidação do socialismo na sua pátria. A defesa e consolidação do socialismo na Polónia é do interesse do povo polaco, das forças progressistas de todos os países, da segurança internacional e da paz.

Dando alto preço ao desenvolvimento das relações entre os dois partidos, as duas delegações reafirmaram a vontade do Partido Comunista Português e do Partido Comunista Búlgaro de continuar a desen-

volver os seus laços de estreita amizade, cooperação e solidariedade, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Ao mesmo tempo, expressaram a determinação de continuar a agir para o reforço das relações de amizade entre o Povo português e o Povo búlgaro, entre a República Portuguesa e a República Popular da Bulgária, no interesse dos respectivos povos e países.

Lisboa, 12 de Outubro de 1981

Na MAGUE o momento da troca de presentes entre a delegação búlgara e a CT da empresa

Visita às instalações da MAGUE



Encontro das delegações do PCP e PCB, chefiadas respectivamente pelos camaradas Álvaro Cunhal e Alexander Lilov



Na MAGUE o momento da troca de presentes entre a delegação búlgara e a CT da empresa



Visita às instalações da MAGUE

Salientado pelo camarada Lilov — Significado vital da amizade entre Partidos e Povos

Caros camaradas, Para os comunistas os encontros com os seus companheiros de luta e irmãos de classe de outros países são sempre acontecimentos importantes e emocionantes. Estes acontecimentos enriquecem-nos com novas experiências, ajudam-nos a sentir com maior força e a apreciar melhor o significado vital da amizade entre os partidos comunistas e os povos, dão-nos novos impulsos no trabalho em serviço da classe operária e de todos os trabalhadores, pelo triunfo da paz, da democracia e do socialismo no mundo actual. Estes encontros não são permanentes por muito tempo na nossa memória mas também fortalecem ainda mais a consciência internacionalista, a vontade de uma solidariedade proletária na luta pelos nossos objectivos comunistas comuns.

Precisamente um tal acontecimento para a nossa delegação é a nossa visita a Portugal a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, são os nossos encontros e conversações com dirigentes e militantes do vosso Partido, com operários, camponeses e intelectuais, é o comício de hoje da amizade entre o PC Búlgaro e o PC Português.

É grande a nossa satisfação pelo facto de nos encontrarmos hoje entre os comunistas e os trabalhadores de Queluz — dignos representantes do seu heróico partido (temperado nas longas lutas) e do seu povo talentoso e valente. Permitam-me que vos transmita as saudações mais cordiais dos comunistas e trabalhadores búlgaros, do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, do seu Bureau Político e pessoalmente do seu Secretário-Geral, camarada Todor Jivkov.

Estamos particularmente satisfeitos pelo facto de nos encontrarmos entre os camaradas no ano em que se comemora o 60.º aniversário da fundação e actividade do Partido Comunista Português — a gloriosa vanguarda política da classe operária e do Povo de Portugal. Peço-vos que aceitem as saudações mais calorosas do nosso Partido, de todo o

povo búlgaro por ocasião deste aniversário notável desejando-vos de todo o coração futuros êxitos na luta pela defesa das conquistas de Abril, pela liberdade, pela democracia e pela independência nacional, pela paz e pelo progresso social.

Permitam-me também que vos exprima o grande agradecimento da nossa delegação pela hospitalidade cordial com que nos receberam desde o primeiro momento da nossa visita à vossa linda Pátria, cujo povo sacrificado, mas invencível e digno, luta por um futuro melhor. Isto é, sem dúvida, uma manifestação da amizade sólida que vincula os nossos partidos marxistas-leninistas, é uma manifestação da aspiração comum dos nossos povos de cooperarem cada vez mais amplamente, de viverem em paz e compreensão. A nossa delegação está aqui também como uma expressão da fraternidade pura e sincera entre os nossos partidos e povos, da nossa vontade de desenvolvermos ulteriormente as nossas relações, de caminhar sempre ombro a ombro na luta pela realização dos nossos ideais e ideais comunistas comuns.

Amigos sinceros

No Partido Comunista Português, na sua direcção e nos militantes portugueses nós vemos amigos sinceros que tratamos com grande respeito e confiança. Podem estar certos de que, no futuro como até agora, o Partido e o povo do grande Jorge Dimitrov estarão convosco, com a vossa luta, continuarão a confiar, intransigentemente, na justiça e no triunfo da vossa causa.

A vossa luta é difícil e dura, mas a vossa vitória é inevitável. Estamos confiantes nessa vitória, estamos seguros dela.

Os comunistas búlgaros conhecem bem a história e os anos de cativo do Partido Comunista Português. Nós admiramos a sua luta abnegada nas condições de clandestinidade e do terror fascista de quase meio século. Juntamente convosco, orgulhamo-nos pelo facto de que o PCP não só resistiu às provas duras e à repressão sangrenta daquele período,

não só lhe sobreviveu e continuou a desenvolver-se, a consolidar-se política, orgânica e ideologicamente, a vincular-se cada vez mais estreitamente aos trabalhadores mas também conseguiu tornar-se o coração e a vanguarda das greves e das manifestações, das grandes acções políticas, dirigir a luta da classe operária e das massas populares, tornar-se a força motriz principal do movimento democrático e de toda a resistência antifascista. Foi ele que deu a contribuição decisiva para serem abalados os alicerces do regime fascista e acelerada a sua queda para a criação das premissas que asseguraram o sucesso da Revolução de Abril, levada a cabo pelo Povo português conjuntamente com o movimento progressista dos militantes.

Inclinamo-nos perante a façanha dos comunistas caídos na luta, perante o sacrifício e valentia dos militantes e dirigentes clandestinos do PCP, perante a dignidade e o heroísmo manifestados pelos milhares de seus militantes e simpatizantes. O destino daqueles que tombaram na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela independência de Portugal está simbolizado, numa forma particularmente notável, no sacrifício do Secretário-Geral do Partido Bento Gonçalves, assassinado no Tarrafal em 1942, o operário, revolucionário e dirigente de grande talento político, cuja imagem condensada as elevadas virtudes da classe operária e dos comunistas, a força moral, a valentia e o optimismo do Povo português.

Nós sabemos que não menos heróica tem sido a luta do PCP após o 25 de Abril de 1974 em defesa da revolução portuguesa. Juntamente com os camaradas orgulhamo-nos da contribuição fundamental do vosso partido na luta contra as conquistas das liberdades democráticas, para o fim da guerra colonial, para a realização da Reforma Agrária.

O PCP que é um Partido consequentemente revolucionário, um Partido profundamente patriótico que tem provado a sua capacidade de servir o povo e a Pátria desencadeia, numa frente

cada vez mais ampla, a luta contra a grave ameaça às conquistas da Revolução de Abril.

Ao conhecer mais de perto a realidade portuguesa e a actividade do PCP, as aspirações democráticas do Povo português, ao vermos perante nós as vossas caras firmes e puras, nós convencemo-nos ainda mais que contrariamente às afirmações e à vontade das forças reacçãoárias, a Revolução dos cravos vermelhos está viva e continuará a viver nos corações dos comunistas e dos trabalhadores, na sua vontade de lutar, nas suas acções. Isto dá-nos a convicção de que as tentativas cada vez mais frequentes de destruição das grandes realizações desta revolução, de liquidação da democracia portuguesa e de restauração da reacção não passarão.

Ninguém pode travar a luta do povo e o seu avanço.

Eis a razão por que nós repetimos juntamente convosco as célebres palavras do vosso hino: «Avante, camarada avante!» Hoje em dia os comunistas búlgaros acompanham com atenção a vossa luta e actividades. Nós apreciamos altamente a consequência marxista-leninista, os métodos criadores e a maturidade manifestados pelo PCP na definição e realização da sua política.

O vosso Partido inspirado pela teoria revolucionária do socialismo científico, com uma rica experiência, unido e coeso, guiado por um forte Comité Central encabeçado pelo seu Secretário-Geral, filho fiel do Povo português, activista destacado e profundamente estimado do movimento operário e comunista internacional, camarada Alvaro Cunhal, encontra soluções correctas e flexíveis para as tarefas que enfrenta na luta pela democracia sem fazer cedências de princípios e sem perder de vista o objectivo fundamental — a luta pelo socialismo e pelo comunismo.

Ainda hoje podemos dizer com toda a certeza que historiador do futuro ao analisar o desenvolvimento de Portugal no século XX constatará obrigatoriamente que a história contemporânea do país não seria criada e não pode-

ria existir à margem da luta e da contribuição do PCP.

É grande e valiosa a contribuição do PCP na história e na luta contemporânea do movimento operário e comunista internacional. Nós vemos no PCP um dos seus destacados fortes e prestigiados que defende firmemente as posições do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, que conjuga habilmente a realização das suas tarefas nacionais com o cumprimento do seu dever internacionalista.

Os comunistas búlgaros estimam em alto grau a solidariedade internacionalista do PCP para com os principais forças revolucionárias da nossa actualidade — com o PCUS leninista e a grande URSS, com os partidos e países da comunidade socialista, com a classe operária e os partidos comunistas nos países capitalistas, com os movimentos de libertação nacional. Esta solidariedade é particularmente evidente com o apoio à luta dos povos de Angola, Moçambique e outras ex-colónias de Portugal. Ela consiste na contribuição do PCP para a consolidação da unidade do movimento operário e comunista internacional, para a coesão de todas as forças anti-imperialistas, democráticas e amantes da paz no mundo.

Nós regressaremos à nossa Pátria com a convicção de que os trabalhadores portugueses alimentam sentimentos de amizade para com a Bulgária socialista e de que os comunistas portugueses estão à cabeça do movimento pelo fortalecimento e desenvolvimento da amizade e cooperação búlgaro-portuguesa. Nós estamos satisfeitos pelo facto de que entre os nossos dois partidos não existirem nenhuma divergência de princípios, de que as nossas relações são sinceras, francas, edificadas na base sólida do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Durante o encontro recente entre os camaradas Todor Jivkov e Alvaro Cunhal estas relações receberam uma alta contribuição; foi ressaltada a necessidade do seu aprofundamento ulterior em prol da luta comum pela paz, pela democracia e

pelo socialismo no interesse da amizade e da cooperação entre os povos búlgaro e português, entre a RP da Bulgária e a República Portuguesa.

Nós acreditamos no futuro luminoso da amizade entre os nossos partidos, povos e países e continuaremos a trabalhar pelo seu fortalecimento ulterior.

A preocupação principal

A preocupação principal do nosso partido e do nosso povo incide actualmente no cumprimento das decisões do XII Congresso do Partido Comunista Búlgaro, realizado na Primavera do ano em curso.

O décimo segundo Congresso do PCB constitui um grande acontecimento político na vida não só do Partido, mas também de todo o país. O seu significado extraordinário define-se pelo facto de que ele discutiu e traçou as tarefas que se devem resolver nos próximos cinco anos para a edificação da sociedade socialista desenvolvida no nosso país. O sentido mais profundo das decisões e orientações do Congresso traduz-se na criação das condições necessárias para a realização bem sucedida das transformações qualitativas e dos processos fundamentais relacionados com a construção do socialismo avançado na República Popular da Bulgária.

Se quisermos exprimir através duma generalização estas mudanças e processos qualitativos, poderemos dizer que eles se reduzem à intensificação da economia socialista búlgara, ao aperfeiçoamento do sistema político da sociedade pela via do desenvolvimento da democracia socialista, ao desenvolvimento ainda maior da criação científica e cultural da RP da Bulgária, e na base de tudo isto à satisfação ainda mais completa das necessidades materiais e espirituais do nosso povo.

Nós dedicamos uma atenção especial à realização da linha de desenvolvimento intensivo da economia porque daí depende a solução de todas as tarefas que enfrentamos na etapa actual da construção socialista do nosso país.

Nos 37 anos decorridos após o triunfo da revolução socialista na Bulgária foi criado um potencial económico enorme para as dimensões do país. Permitam-me comunicar-lhes alguns factos que testemunham isso: os fundos básicos de produção da República Popular da Bulgária ultrapassaram os 77 mil milhões de levas. Nós edificamos uma metalurgia, uma metalomecânica, uma electrónica, uma química, uma energética industrial modernas, bem como outros ramos modernos da produção industrial; actualmente só em três dias criamos uma produção industrial igual a toda a produção industrial do ano de 1939, a nossa exportação aumentou em mais de 47 vezes em comparação com o período pré-revolucionário e, hoje em dia, mantemos relações comerciais com 112 países de todos os cantos do mundo; a nossa agricultura, pelas apreciações comuns de amigos e adversários, é uma das melhores da Europa; só nos últimos 25 anos os fundos básicos de produção aumentaram 8 vezes, o volume da construção 8 vezes, a produção industrial 11 vezes, etc., sendo o crescimento anual médio do rendimento nacional, ao longo deste período, 8,1 % — um ritmo que coloca a Bulgária socialista num dos primeiros lugares na Europa e no mundo.

Evidentemente, estas realizações são grandes e fundamentais pelo seu significado, mas o nosso desenvolvimento ulterior põe novas tarefas. O problema principal que nós enfrentamos actualmente não é o desenvolvimento extensivo da economia, apesar de continuarmos, e continuaremos também no futuro, a construir novas unidades de produção. O problema agora é garantirmos um desenvolvimento intensivo de todas as esferas e ramos da nossa economia, na base da introdução acelerada das realizações técnico-científicas alcançadas no alto nível de eficiência e qualidade da produção que correspondam às necessidades da participação cada vez mais eficaz do nosso país na divisão internacional do trabalho. Pre-

cisamente, em virtude disto, o Décimo Segundo Congresso elaborou a linha de intensificação da economia, continuou a palavra-de-ordem do congresso anterior «pelo alto nível da qualidade e da eficiência em todas as actividades». Precisamente a concretização na prática desta linha constitui agora o foco da actividade do Partido e do Estado em todas as esferas, de todos os colectivos de trabalhadores, de todo o povo.

Podemos informar-vos, camaradas, que a RPB se desenvolve com êxito e em linha ascendente sem crises, nem abalos, em todos os domínios da vida social. O nosso povo vive uma vida cada vez melhor e mais rica, está cheio de optimismo e segurança no dia de amanhã. Estão garantidas a assistência médica gratuita, o apoio do Estado à criança, à maternidade e à velhice, a educação média gratuita, a cultura e artes para todo o povo.

A Bulgária existe há 1300 anos e nós comemoramos solenemente este Aniversário durante todo o ano em curso. O nosso país atingiu o maior florescimento económico, sócio-político e espiritual nas décadas do seu desenvolvimento socialista. Nestas décadas, o país transformou-se e renovou-se. A RPB é, hoje em dia, um país socialista estável e com desenvolvimento dinâmico, com uma indústria moderna e uma agricultura avançada, com uma cultura em florescimento e elevado prestígio internacional, com uma política exterior activa e de paz.

Evidentemente, nós ainda não atingimos o nosso objectivo final. Temos ainda um longo caminho a percorrer. Temos dificuldades, temos deficiências e problemas para a superação dos quais o nosso Partido, os trabalhadores búlgaros trabalham e continuarão a trabalhar com o espírito que lhes é próprio de instalação em relação aos resultados alcançados e ao espírito de crítica e autocritica, de procura criadora de novas e melhores soluções. Mas aquilo que o socialismo fez na Bulgária é colossal, no sentido histórico e con-

Álvaro Cunhal Os povos estão vitamente interessados em derrotar a política agressiva do imperialismo

Oportunidade perdida

A última crise da «AD» e do Governo Balsemão abriu uma ótima oportunidade para afastar a «AD» do Governo. Eles já não se entendiam, eles estavam em conflito uns com os outros. Tinha fracassado a sua política. Encontravam pela frente a resistência da classe operária e das massas trabalhadoras portuguesas. Já se acusavam de incompetência. O Freitas acusava o Balsemão, o Balsemão o Freitas, e uns contra os outros diziam que eram incompetentes e eram. Não conseguiam realizar sequer o seu plano político. A nosso ver, criou-se nesse momento uma oportunidade e uma condição única para afastar a «AD» do Governo. E pensamos que não haveria grande dificuldade para que nesse momento fosse formado um outro governo com outra composição política e, se esse governo não pudesse ser formado na base da Assembleia da República actualmente existente, pois poderia ser formado na base de uma outra Assembleia, dissolvendo a Assembleia actual e convocando eleições gerais antecipadas no prazo de 90 dias.

Entretanto o que é que verificámos no que respeita às outras forças democráticas? Enquanto o nosso Partido, a classe operária e as massas trabalhadoras exigiam não só a demissão de Balsemão, mas que a «AD» fosse afastada do governo, vêm outras forças democráticas, vem o secretário-geral do Partido Socialista, nesse mesmo momento, a dizer (nós nem costumamos fazer assuações aos dirigentes de outros partidos democráticos, Mário Soares é o secretário-geral do Partido Socialista, mas pode dizer-se que merece bem esta assuada que aqui está a ser feita por essa sua atitude). Nesse momento em que surgiu a oportunidade de afastar a «AD» do governo em que a «AD» estava a ir a pique, estava a naufragar, foi Mário Soares que atirou a bôia de salvação à «AD», para que continuasse o Governo com os mesmos partidos reaccionários, em vez de procurar uma solução democrática para a crise então existente.

As alianças do PS com a reacção

Nós sabemos que as alianças de Mário Soares e de outros dirigentes de direita do Partido Socialista nunca são as forças democráticas. Eles estão contra todas as forças democráticas, estão contra o Partido Comunista, estão contra o MDP-CPDE, estão contra a APU como agora se está a ver no concelho de Loures, e até estão contra a UEDS e a ASDI porque estes partidos não quiseram sujeitar-se aos ditames da direcção de direita do Partido Socialista.

Não há democratas que sirvam de aliados ao dr. Mário Soares. Nem comunistas, nem MDP, nem APU, nem UEDS, nem ASDI. Então quem são os aliados do Partido Socialista?

Os aliados são o Pinto Balsemão, a «AD», as forças reaccionárias. Por isso creio não só nós comunistas afirmamos, mas os próprios militantes socialistas, os próprios eleitores do Partido Socialista, acabaram por reconhecer que esta política de aliança do PS com a direita não serve os trabalhadores, não serve a democracia e que a aliança que serve os trabalhadores, que serve a democracia, é a aliança com as forças democráticas, é a unidade de todos os democratas para se combater a reacção e não alianças para defender a reacção nos momentos cruciais das suas crises como tem feito o dr. Mário Soares.

Não se trata apenas de uma aliança conjuntural do dr. Mário Soares e de outros dirigentes de direita do Partido Socialista com as forças reaccionárias. Se nós vímos sectores fundamentais da vida política nacional, verificamos que essa aliança é um facto. Já há pouco citei o que se passa nas autarquias. Todos nós lembramos da proposta de Capucho, secretário-geral do PSD, para uma aliança entre o PS e o PSD. Para quê? Para resolver os problemas das populações? Para defender os interesses locais? Não. Apenas, como dizia, para correr os comunistas, para correr a APU das autarquias onde os comunistas e a APU têm a maioria. Nós dizemos que uma tal aliança não serve certamente os interesses do nosso povo nem do nosso país, não serve a democracia portuguesa. E perguntamos se não estarão de acordo com osso militares e milhares de socialistas e milhares e milhares de eleitores do Partido Socialista, quando nós afirmamos que, no que respeita às autarquias, a aliança necessária é a de todos os democratas, incluindo comunistas e socialistas, para corremos a «AD» de centenas de autarquias onde a «AD» tem maioria.

E o que se passa nos Sindicatos? Também posso perguntar aos militantes do Partido Socialista, aos trabalhadores socialistas, aos eleitores do Partido Socialista, se o que interessa na vida sindical é a aliança com o CDS e com o PPD para formarem uma central sindical fantoche, é a aliança com o patronato, com a CIP, com o Governo,

reto, e nós orgulhamo-nos de que o nosso país marche nas fileiras dos Estados que abrem o caminho do novo regime, no desenvolvimento social da humanidade.

Todas as conquistas da RPB se devem à política correcta do PCB e à concretização correcta desta política na prática. É um partido com 30 anos de história e de experiência, um partido marxista-leninista, profundamente patriótico e profundamente internacionalista, intimamente ligado à classe operária e às massas apoiadas em reservas pela classe operária e pelas massas. É a guia política experimental do povo búlgaro na luta pela edificação do socialismo e do comunismo na RPB.

Tudo o que a RPB alcançou está indissolivelmente ligado à nossa amizade inseparável e talentosa.

Tudo o que a RPB alcançou está indissolivelmente ligado à nossa amizade inseparável e talentosa. Tudo o que a RPB alcançou está indissolivelmente ligado à nossa amizade inseparável e talentosa. Tudo o que a RPB alcançou está indissolivelmente ligado à nossa amizade inseparável e talentosa.

Nós sabemos o que queremos alcançar nos próximos anos, como alcançá-lo e estamos profundamente convencidos de que o alcançaremos. Os objectivos traçados no décimo segundo Congresso não são apenas elevados mas reais. Precisamos de 10 a 15 anos de paz e cooperação para transformarmos a Bulgária num país altamente desenvolvido e próspero em prol do bem-estar e de cada indivíduo.

Eis de onde provém o amor profundo do PCB e da RPB, do povo búlgaro pela paz. Não só gostamos da paz e da amizade entre os povos. Também precisamos de paz, e da amizade para alcançar os nossos objectivos, para realizarmos até ao fim todas as possibilidades do sistema social socialista.

É por isso que agora estamos preocupados pela agu-

dização, por culpa do imperialismo, da situação internacional, pela ameaça séria à paz e ao desanuviamento. É por isso que é tão firme a nossa decisão de caminharmos unidos com todas as forças amantes da paz no mundo para cartarmos o passo aos objectivos das acções criminosas dos Estados Unidos e das outras forças imperialistas, militaristas, hegemónicas e reaccionárias contra a causa da paz e da segurança dos povos. É por isso que é tão grande o nosso regozijo pelo facto de que as fileiras dos lutadores por esta causa sagrada, fatalmente importante para os povos, engrossam cada vez mais.

Os pontos de vista do PCB e da RPB sobre aspectos da situação internacional contemporânea são conhecidos:

Defender, conservar e desanuviar o processo do desanuviamento; também na situação actual, complexa e tensa nós defendemos a posição de que não existe qualquer problema nas relações internacionais, cuja solução não seja possível pela via das negociações; de que agora é necessário o diálogo e não a confrontação, um diálogo pela procura de vias para evitar a guerra, pela salvaguarda da paz, pelo desenvolvimento de tendências positivas no clima político da Europa e do mundo.

Constituem uma base segura deste diálogo: o Programa pela paz nos anos 80, aprovado pelo 26.º Congresso do PCUS, as iniciativas construtivas de paz na União Soviética, as propostas dos Estados membros do Pacto de Varsóvia e as ideias construtivas, formuladas nos encontros da Crimeia entre os dirigentes dos países da comunidade socialista.

Naturalmente, sendo um país europeu, a RPB está vitalmente interessada na salvaguarda da paz e da cooperação na Europa.

Para todas as pessoas de bom senso é completamente claro que através da instalação de mísseis americanos de alcance médio na Europa ocidental, bem como através da decisão de produção da bomba de neutrões, também

contra os interesses dos trabalhadores e para comprometerem os trabalhadores numa pseudocontratação colectiva que não atenda as reivindicações dos trabalhadores, a unidade de todos os trabalhadores com a CGTP-Intersindical Nacional para a defesa dos interesses de classe e para conseguirem defender as suas justas reivindicações.

E no que respeita à revisão da Constituição? Também se pode perguntar qual é a aliança que interessa e que digam os trabalhadores socialistas, que digam os militantes socialistas se estão de acordo em que os seus dirigentes façam unidade com as forças reaccionárias para fazer a revisão inconstitucional da Constituição, e para, entre outras coisas, passarem as competências de natureza militar que têm actualmente o Presépio da República e o Conselho da Revolução, para o Freitas do Amaral, para que o Freitas do Amaral possa reconstituir uma hierarquia militar reaccionária. Nós manifestamos toda a nossa preocupação pelo facto de, no que respeita a esta parte da revisão da Constituição, haver uma grande coincidência entre o projecto da Aliança Reaccionária, da «AD» e o projecto do Partido Socialista. O Partido Socialista na Assembleia da República prepara-se para conceder uma transferência de competências militares do Presidente para Freitas do Amaral e nós perguntamos se há algum socialista, algum socialista sincero, algum democrata sincero que possa estar de acordo com uma tal modificação da Constituição que representaria um grave perigo para a democracia portuguesa, uma vez que ninguém pode confiar em que o Freitas do Amaral vá escolher democratas para Chefes do Estado-Maior. Já sabemos que, se pudesse, escolheria Soares Carneiro, escolheria generais fascistas para pôr à frente das Forças Armadas.

Por tudo isso combatemos essa aliança e por isso criticamos a atitude e as posições do secretário-geral do Partido Socialista.

Não venham proclamar que nós dizemos que o nosso inimigo é o Partido Socialista. De forma alguma. Nós dizemos que o nosso inimigo é a «AD», é a reacção, é o Governo Pinto Balsemão-Freitas do Amaral. Esses é que são os nossos inimigos e, se criticamos os dirigentes do Partido Socialista, é porque, em vez de combaterem esse Governo e a «AD» e se aliarem a nós e a outros democratas nesse combate, se aliam a esse Governo, se aliam às forças reaccionárias. É por isso que nós os combatemos.

Unidade dos democratas

Pela nossa parte, insistimos e insistiremos sempre na necessidade da unidade de todos os democratas, incluindo comunistas e socialistas, e se o dr. Mário Soares e outros dirigentes do Partido Socialista recusam a cada passo considerar com os comunistas as formas de defender os interesses dos trabalhadores, as formas de defender as conquistas da Revolução, as formas de defender a Constituição, as formas de defender o regime democrático, nós vemos, dia a dia, e daqui saudamos esses homens e essas mulheres, vemos dia a dia que novos militantes do Partido Socialista, novos eleitores do Partido Socialista, se decidem a participar na luta comum ao lado dos comunistas, do MDP e de outros democratas independentes.

As nossas reclamações continuam a ser a demissão do Governo, a formação de um governo de gestão, a dissolução da AR, eleições gerais antecipadas. E a saída que se impõe. Continuaremos esta luta. E pensamos que estes objectivos podem ser alcançados porque, apesar de haver dirigentes de forças democráticas que querem uma vez mais atirar a bôia de salvação às forças reaccionárias, a democracia portuguesa tem força bastante para derrotar a reacção.

O mundo gira a favor do socialismo

A situação portuguesa, camaradas, insere-se numa situação internacional particularmente complexa.

A reacção e certos dirigentes do Partido Socialista querem convencer o nosso povo de que o mundo está a girar a favor do imperialismo. Quiseram também convencer o nosso povo de que a política europeia estava a girar a favor da direita. Nós ouvimos isso particularmente a partir de 1975, ouvimos todas essas declarações em 76, em 77, em 78, para justificar que em Portugal não podia ter lugar uma política de esquerda porque o mundo estava a rodar ao contrário, estava a rodar a favor das forças da direita, a favor do imperialismo. A verdade é bem outra.

A verdade é que, considerando as últimas décadas, os povos e os trabalhadores alcançaram vitórias históricas. Houve países que optaram pelo socialismo e que iniciaram processos de construção do socialismo, países esses que há 10 ou 20 anos ninguém supunha sequer que alcançassem a independência e, entretanto, não só conquistaram a independência, como a partir de um estado de desenvolvimento

destinada principalmente à Europa, o nosso velho continente tornou-se a um arsenal de armas nucleares e teatro de uma guerra nuclear devastadora. Uma tal política será fatal para os povos europeus, para a civilização europeia e, por causa disto, nenhum destes povos incluindo o povo búlgaro em caso nenhum pode concordar com ela. Nós exprimimos o nosso categórico "Não!" a esta política irracional.

A política de paz da RPB está na base das suas relações com os seus vizinhos. Até agora com o futuro, o nosso país fará tudo o que estiver ao seu alcance, para a transformação dos Balcãs numa zona de boa vizinhança, compreensão e cooperação, num factor de paz europeia e mundial. Uma prova mais disto são as propostas construtivas que o primeiro dirigente do nosso Partido e Estado, Camarada Todor Jivkov, fez da tribuna do 12.º Congresso do PCB. O seu conteúdo fundamental consiste no facto de que a RPB está pronta a assinar com os países vizinhos acordos bilaterais que incluam um código das relações de boa vizinhança, recusa de pretensões territoriais, a não admissão de se utilizarem os territórios das partes contratantes para fins e acções hostis um contra o outro, a prontidão para o desenvolvimento das relações bilaterais nos diferentes domínios bem como uma cooperação com os outros países balcânicos numa base multilateral sobre questões de interesse mútuo naqueles domínios concretos em que já existe um certo acordo.

A ideia, lançada na Crimeia pelos camaradas Todor Jivkov e Leonid Brejnev, da criação de uma zona sem armas nucleares nos Balcãs, está também orientada para o fortalecimento da paz e da segurança na nossa península.

O PCB condena decididamente as intenções e as actividades da contra-revolução na RP da Polónia que se tem escondido no "Solidariedade" e pretende destruir o regime socialista na Polónia e ocupar o poder político. Nós declaramos clara-

mente: "Não, isto não passará! O POUP, o Povo polaco e o Estado Socialista polaco têm tudo o que é necessário, para defenderem o socialismo no seu país. A RP da Polónia tem amigos e aliados fiéis, os quais não a abandonarão neste momento difícil. A RP da Polónia permanecerá um elemento sólido da comunidade socialista."

Na actual situação internacional, quando os nossos inimigos de classe aumentam os seus esforços para dividir o movimento operário e comunista internacional, para isolar e opor entre si os seus destacamentos nacionais a fim de enfraquecer a força e a capacidade combativa do conjunto do nosso movimento, o PCB atribui uma importância extraordinária ao seu trabalho e luta pelo fortalecimento da unidade ideológica e política do nosso movimento na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Nós defendemos a ampla cooperação e troca de experiência entre todos os partidos irmãos, pela discussão colectiva dos novos e prementes problemas do desenvolvimento mundial, da luta da classe operária mundial pela paz e pelo socialismo.

Caros camaradas, Permitam-me finalmente com todo o carinho e toda a confiança que nós os comunistas búlgaros sentimos para com os comunistas portugueses e o PCP, desejarmos-lhes boa saúde e coragem revolucionária e dirigim-me a todos vós e a cada um pessoalmente com aquelas três palavras do vosso hino que tão acertadamente exprimem a nossa vocação comunista: "Avante, camarada, avante!"

A Bulgária socialista está convosco tanto nos dias de regozijo, como nos dias difíceis.

Que se consolide e floresça a amizade entre o Partido Comunista Búlgaro e o Partido Comunista Português, entre o Povo búlgaro e Povo português!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

VIVA A PAZ!

VIVA O COMUNISMO!

bastante atrasado viram que não podiam resolver os seus problemas nacionais, construir a sua economia, satisfazer as necessidades do seu povo com soluções capitalistas e procuram hoje a via do socialismo. Nós saudamos e com entusiasmo a decisão dos movimentos de libertação nacional de Angola e Moçambique de se transformarem em partidos revolucionários de vanguarda, o partido FRELIMO e o MPLA — Partido do Trabalho. Saudamos o facto de que estes partidos viram no marxismo-leninismo o instrumento necessário para analisarem a sua própria situação e poderem definir uma orientação correcta e saudamos a determinação desses partidos revolucionários de orientarem os seus países para o socialismo e comecem a construção difícil, a cheia de obstáculos duma sociedade sem exploradores nem explorados. O que se passou nestes países passou-se noutros países onde os povos em luta conquistaram a independência, passou-se em países, não apenas da África, passou-se na Ásia, passou-se na América Latina. São transformações históricas da mais alta importância. Ainda há poucos anos se dizia haver no mundo 13 ou 14 países socialistas. Mas quantos países socialistas existem hoje? Quantos não optaram já pelo socialismo? Chega o momento em que é difícil dizer quais são aqueles que já são socialistas e aqueles que o serão dentro em pouco. Porque, na verdade, muitos e muitos povos que se libertaram da dominação colonial e neocolonial vêem no socialismo a solução dos seus problemas.

Também nas últimas décadas muitos países que estavam submetidos a ditaduras fascistas alcançaram a sua libertação e nós não precisamos de ir longe, foi o caso da Grécia, foi o caso de Espanha e foi o caso de Portugal que depois de quase meio século de ditadura fascista também se libertou, conquistou a liberdade e levou a cabo profundas reformas da sua vida social.

Por outro lado, os países socialistas, a União Soviética, a Bulgária Socialista e outros países socialistas também conseguiram pela luta dos seus povos sob a direcção de partidos marxistas-leninistas, transformar a realidade e conseguir novas e grandes realizações (uma voz: «fale também de França»).

As eleições francesas

O camarada está a lembrar e a lembrar bem, as eleições francesas. O camarada está a dizer que na França também se avançou e de facto na França também se avançou. Eu daqui a bocadinho já digo uma palavra sobre isso. É evidente que na França se avançou... Mas então adiante já, uma vez que levantam o problema. Na França avançou-se e avançou-se por várias razões. Uma: ao contrário do que afirmavam que na Europa a tendência era para a direita, mostrou-se que em França o governo da direita foi ao ar e entrou a esquerda. Ao contrário do que afirmavam que os comunistas não eram necessários para nenhuma solução, a solução em França foi possível porque os comunistas resolveram votar naquele que ganhou as eleições presidenciais e depois tornaram possível a vitória da esquerda nas eleições legislativas. Ao contrário dos que diziam (e nós ouvimos muito isso aqui em Portugal) que os americanos e a NATO não permitiriam comunistas no governo em países da NATO, da Aliança Atlântica, em países da Europa Ocidental, na França os comunistas entraram no governo e quando os americanos quiseram fazer pressão para que eles saíssem, nós apreciámos as palavras do novo Presidente da República francesa F. Mitterand dizendo que a participação dos comunistas no governo da França era uma questão a resolver pela França e não pelos americanos. O nosso camarada talvez estivesse um bocadinho impaciente que eu chegasse a isto, mas aí tem, fica já dito.

O papel dos países socialistas

Eu estava a falar nos países socialistas. Este acontecimento em França tem sem dúvida muita importância. Mas pela sua dimensão, pela sua importância, pela sua repercussão na vida internacional não tem certamente comparação com as vitórias históricas alcançadas pela União Soviética, pelos outros países socialistas, que eu estava a reter na minha intervenção.

A União Soviética e a comunidade socialista são o maior baluarte das forças revolucionárias do mundo. Pela sua força económica, a sua influência na vida internacional, o seu potencial militar, são a garantia da paz mundial. São as forças que estão ao lado de todos os povos, de todos os trabalhadores do Mundo, na luta pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional, por reformas sociais e pelo socialismo. Este baluarte, pela sua força e sua importância, não tem paralelo na História e não tem paralelo no Mundo. Mas outros progressos se verificaram em todos os continentes, das forças revolucionárias, muitos avanços foram conseguidos nas últimas décadas.

A política belicista de Reagan

É precisamente para se opor a esse avanço da luta dos povos, da luta dos trabalhadores, que o imperialismo norte-americano procura agora novamente prejudicar o desanuviamento, provocar a corrida aos armamentos, provocar novos focos de tensão, produzir em massa armas destruidoras, instalar mísseis nucleares na Europa, desequilibrar a força militar a seu favor, de forma a poder pôr em causa a segurança e a paz e poder intervir nas várias zonas do Mundo, segundo os seus próprios interesses, para esmagar as lutas dos trabalhadores, para esmagar as lutas dos povos que alcançam a sua liberdade e procuram construir novas sociedades.

É necessário que ninguém se deixe iludir pela propaganda reaccionária. A política belicista de Reagan não aparece em resultado do reforço do imperialismo, aparece para procurar fazer frente ao enfraquecimento do imperialismo, para fazer frente ao avanço das forças revolucionárias, ao progresso destas forças em todo o Mundo. Não é portanto uma expressão da força do imperialismo, mas significa, na essência, a sua fraqueza, a sua falta de confiança, e significa que o imperialismo norte-americano está profundamente apreensivo pela marcha libertadora dos trabalhadores e dos povos em todo o Mundo. É daí que nós partimos para considerarmos a situação internacional e para desenvolvêmos a nossa luta pela paz. Por muito que a reacção proclame o contrário, camaradas e amigos, o mundo está a girar não a favor do imperialismo mas a favor dos ideais da liberdade, da democracia, do progresso social, da paz, do socialismo e do comunismo. Os povos estão vitalmente interessados em derrotar a política agressiva do imperialismo, em defender o desanuviamento, a cooperação, a segurança e a paz.

Nós consideramos que as propostas de paz da União Soviética, as propostas de paz da Bulgária Socialista, que hoje ouvimos aqui referidas pelo camarada Liova a este microfone, a política de paz da comunidade socialista de uma base sólida para a negociação necessária para resolver os problemas mais candentes da situação internacional presente e para, finalmente, retomar o curso de Helsínquia, o curso de desanuviamento, o curso da cooperação e da segurança dos povos.

A nossa luta pela paz

No que respeita ao nosso próprio país, nós condenamos, e severamente, a política de submissão ao imperialismo norte-americano do Governo «AD».

O Governo prepara-se para favorecer os desígnios belicistas do Pentágono e para fornecer facilidades no território nacional para alargar as bases existentes, para criar novas bases militares e para instalar em território português, no Continente, os novos mísseis nucleares americanos. Nós temos chamado a atenção, e uma vez mais chamamos a atenção, para o grande perigo que pode representar a instalação no nosso território de armas atómicas. Elas já existem no arquipélago dos Açores. Mas se são instaladas no Continente não é apenas uma parte do território nacional que já corre perigo, mas será toda a nossa nação, todo o nosso País. Porque, em caso de guerra nuclear, que ninguém tenha dúvidas que os alvos das armas nucleares serão as armas nucleares que estão instaladas nos outros territórios. E assim, instalando em território português continental armas nucleares americanas, o Governo «AD» faz pesar sobre todo o nosso País não apenas um qualquer risco mas o risco de perder a sua própria existência. Porque, com a técnica actual, duas ou três bombas atómicas fariam desaparecer Portugal do mapa, desapareceria Portugal. Não é apenas uma parte do país que ficaria destruída, seria Portugal que desapareceria. Isto devem pensar todos os portugueses quando ouvem falar na instalação de mísseis nucleares americanos em território português. Quando o Governo actual se declara pronto para facilitar a instalação desses mísseis, a nossa condenação é feita não em nome do interesse partidário ou do interesse de um sector da população portuguesa mas é feito em nome da própria vida, da existência da nossa Pátria.

Por vezes, não havendo a consciência verdadeira do que representa este perigo, nós, os portugueses, o nosso povo, não estamos a reagir com a força necessária contra a política do Governo actual no que respeita à instalação de mísseis nucleares no nosso território, ao apoio da política dos americanos, à utilização dos nossos portos para viarem as esquadras da NATO, às facilidades no nosso território para manobras da NATO. Também não estamos a reagir com a força e a determinação necessárias para impedirmos que os planos sinistros da «AD» na sua política externa e as concessões ao imperialismo norte-americano sejam realizadas.

É necessário reforçarmos a frente de luta pela paz não apenas em termos gerais, mas na luta concreta contra o Governo «AD» e contra os seus projectos de cooperação com o imperialismo norte-americano e com a NATO, contra a política de comprometimento de Portugal na política belicista dos círculos mais agressivos do imperialismo.

Unidade e solidariedade do movimento comunista

É evidente, camaradas e amigos, que nesta situação internacional, mais impetuosa se torna a unidade do movimento comunista internacional, de todas as forças progressistas, de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Nós defendemos a unidade das grandes forças revolucionárias do mundo: União Soviética, países socialistas, países progressistas, movimento operário dos países capitalistas, movimentos de libertação nacional. Consideramos fundamental nessa unidade a unidade do movimento comunista internacional.

O que significa unidade do movimento comunista internacional? Significa relações de amizade entre os partidos comunistas e operários, troca de informações e opiniões entre esses partidos. Significa a definição conjunta de objectivos essenciais, significa iniciativas comuns ou iniciativas convergentes e significa solidariedade recíproca entre as várias forças revolucionárias e no que respeita ao movimento comunista internacional solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários.

Nas relações internacionais, orientamo-nos, nós comunistas portugueses, pelos princípios do internacionalismo proletário. Partimos da ideia da identidade de interesses, da identidade de aspirações e da identidade de objectivos dos trabalhadores de todo o mundo seja qual for o país em que trabalham.

Nós avaliamos altamente a solidariedade que para conosco têm prestado a Bulgária Socialista e os outros países socialistas, o movimento comunista internacional, o movimento de libertação nacional. Mas somos também reciprocamente solidários para com aqueles que são solidários conosco e tal como os camaradas búlgaros são para conosco, como acabou de dizer aqui o camarada Liova, somos também solidários nas horas boas e nas horas más.

Quanto à solidariedade recíproca, sabe-se que há forças no Mundo que acham bem que a União Soviética e outros países socialistas sejam solidários para com a sua luta, mas que já não são tão prontos a ser solidários para com a União Soviética e para com os outros países socialistas. Se por acaso não recebem aquelas palavras de estímulo a que julgariam ter direito em qualquer condição, pensam que da parte dos outros não há solidariedade para com eles; mas muitas vezes julgam que têm o direito de atacar aqueles que são os seus melhores amigos.

Nós temos uma ideia diferente da solidariedade. Nós temos a ideia da solidariedade recíproca e ninguém ainda afastou o Partido Comunista Português desse caminho. A União Soviética é solidária para com o Partido Comunista Português, o Partido Comunista da União Soviética é um partido solidário para com o Partido Comunista Português. Nós somos solidários para com o Partido Comunista da União Soviética e para com a União Soviética. E quem diz a União Soviética, diz a Bulgária Socialista, diz os outros países socialistas, diz o movimento de libertação nacional, diz os partidos comunistas e operários, diz todas as forças revolucionárias que nos seus países lutam pela liberdade, pela independência nacional, o socialismo e que são activamente solidários para com o nosso Partido e para com o nosso povo.

A reacção na Polónia

Nós também somos solidários para com aqueles que atravessam horas difíceis porque horas difíceis atravessam-se, podemos dizer, em todos os sectores das forças revolucionárias, atravessam-se horas difíceis nos países capitalistas onde luta o movimento operário, atravessam-se horas difíceis em países que conquistaram a independência mas que lutam com muitas dificuldades de ordem económica, de ordem social, de ordem política, de ordem internacional. E também há dificuldades nos países socialistas.

Eu quero aqui afirmar que o Partido Comunista Português é solidário para com a Polónia Socialista, para com o Partido Operário Unificado Polaco, para com o Povo polaco, na defesa e consolidação do socialismo, num momento em que se assiste à escalada das forças contra-revolucionárias que, com o activo apoio do imperialismo e da reacção mundial, se servem dos sindicatos «Solidariedade» como principal instrumento para atacar o poder socialista na Polónia. Nós consideramos que a defesa e consolidação do socialismo da Polónia não é apenas do interesse do Povo polaco, mas é também do interesse dos trabalhadores e dos povos, de todos os países, do interesse da segurança internacional e da paz.

Relação PCP-PCB

No que respeita às relações entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro são exemplo do grau elevado de cooperação que pode existir entre dois partidos que se orientam pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Nas relações entre os nossos dois partidos há fraternidade, há franqueza e lealdade, há amizade, há solidariedade recíproca.

Da parte do Partido Comunista Búlgaro e do povo da Bulgária o nosso Partido e o nosso povo sempre receberam provas de solidariedade activa. Nos tempos da ditadura fascista, do Partido Comunista Búlgaro devemos um apoio activo à nossa luta contra o fascismo e por numerosas formas apoiaram a luta clandestina do nosso Partido, a luta do nosso Povo. E depois do 25 de Abril igualmente da Bulgária Socialista, do Partido Comunista Búlgaro vimos sempre um apoio activo ao nosso Povo, ao nosso Partido, às forças democráticas portuguesas na luta pelas transformações democráticas que se realizaram com a Revolução. O Partido Comunista Búlgaro tem condições muito particulares para compreender a nossa situação, para a ter compreendido no tempo do fascismo, para a compreender depois do 25 de Abril e portanto para compreender os nossos problemas, para compreender as nossas tarefas, para compreender os nossos objectivos, para compreender a nossa política. É um Partido com uma história gloriosa. Luta clandestina, luta legal, insurreições, luta parlamentar, a luta de guerrilhas, a luta contra o ocupante, a luta de libertação, a revolução democrática, a revolução socialista, fazem parte do património deste partido glorioso que teve dirigentes tão destacados como G. Dimitroff. É um partido que está em condições de compreender as situações mais complexas e do qual vimos a possibilidade de compreender toda a complexidade da situação portuguesa.

Por vezes, em partidos irmãos, isto é sabido, surgiram interrogações sobre o nosso processo, surgiram dúvidas sobre a Revolução Portuguesa, surgiram interrogações se as conquistas do nosso Povo e as transformações revolucionárias realizadas correspondiam ou não aos nossos próprios interesses, ao estado da nossa Revolução, ou se não seriam medidas precipitadas que poderiam pôr em perigo a Revolução democrática em Portugal. Mas na grande maioria dos partidos irmãos, e entre eles o Partido Comunista Búlgaro, vimos sempre inteira compreensão, o inteiro apoio à luta revolucionária do nosso Povo e às suas grandes transformações, à Reforma Agrária portuguesa, às nacionalizações, à liquidação dos monopólios, à liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários. Foi um Partido que inteiramente compreendeu a Revolução portuguesa em todos os seus estádios e que hoje como sempre continua ao lado do nosso Povo na defesa do Portugal de Abril.

Nós estamos certos de que a visita desta delegação do Partido Comunista Búlgaro a Portugal será uma nova contribuição para o reforço ainda maior nas relações dos nossos dois partidos que é a expressão mais elevada das relações de amizade dos nossos dois povos. Será também uma contribuição para que se desenvolvam relações de amizade e cooperação entre a República Portuguesa e a Bulgária Socialista. Nós não nos opomos, ao contrário defendemos, o desenvolvimento das relações entre Portugal e os outros Estados. Mesmo nas condições presentes é o Governo que sabotava as relações com os países socialistas e somos nós comunistas que defendemos o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação de Portugal com os países socialistas entre os quais a Bulgária Socialista.

Nós pedimos aos nossos camaradas búlgaros, embora não seja necessário pedir que, de volta ao seu país, informem o seu Partido e o seu Povo que a Revolução de Abril continua viva em Portugal e que os comunistas e os trabalhadores portugueses estão determinados a defendê-la, quaisquer que sejam os obstáculos que tenham pela frente.

Pela nossa parte, desejamos grandes êxitos ao Partido Comunista Búlgaro no cumprimento das decisões do XII Congresso: no desenvolvimento intensivo da economia, na satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo búlgaro, no desenvolvimento da democracia socialista, na criação científica e cultural, em suma, na edificação da sociedade socialista desenvolvida em que estão empenhados.

O camarada Liova reafirmou aqui a amizade e a solidariedade do Partido Comunista Búlgaro e do Povo búlgaro para com o Partido Comunista Português, para com o Povo português. Queremos também reafirmar, aqui diante do nosso Povo, que o Partido Comunista Búlgaro, o Povo búlgaro podem também contar com a solidariedade fraternal dos comunistas portugueses.

Nota: o discurso do camarada Álvaro Cunhal foi pronunciado de improvisito.

Juventude

Ano lectivo 81/82 Uma montanha de problemas!

Números e factos cozinhados nos gabinetes e conferências de Imprensa para os divulgar é política que já provou ser insuficiente para esconder realidades bem visíveis. O titular da pasta da Educação, Vítor Crespo, já teve tempo para aprender essa lição, mas insiste...

Vem isto a propósito da abertura do ano lectivo 1981/82, facto que — à semelhança de anos anteriores — está a evidenciar os efeitos duma política descoordenada e incoerente, desligada das situações concretas que se vivem no Ensino, sector que tem, sem dúvida, grandes problemas de variada ordem, muitos dos quais herdados do regime fascista.

O passado não pode, no entanto, explicar tudo. As actuais forças de direita dominam há já muito o aparelho governamental. A «AD», enquanto tal, ocupa o executivo pela terceira vez consecutiva. O Ministério da Educação (onde só o nome é que vai mudando: agora chama-se MEU, Ministério da Educação e das Universidades) manteve o mesmo titular nestes três governos da coligação «AD». Vítor Crespo tem a obrigação de, pelo menos, reconhecer os problemas efectivos do (seu) sector. Acreditamos que assim seja. O pior é que o dirigente do PPD/PSD vem revelando sucessivas atitudes em nada favoráveis à resolução dos problemas com que se debate o sistema educativo do País.

Meias-verdades

Agora, no início de mais um ano lectivo, as consequências dessa posição de inoperância vêm uma vez mais a primeiro plano. E é na altura em que a opinião pública, e em especial os encarregados de educação, alunos e seus familiares, se apercebem das graves deficiências das escolas — há já algum tempo denunciadas pelos professores e suas organizações representativas, caso do Sindicato da Grande Lisboa (SPL) — que o Ministério da Educação e Universidades convoca uma conferência de Imprensa para divulgar aos jornalistas algumas meias-verdades e tentar «provar» com estranhos argumentos que, afinal, aquilo que se vê (por exemplo: escolas transformadas em «armazéns»...) não existe!

Em síntese, Vítor Crespo insiste em cinco ordens de ideias:

1. O ano lectivo (Ensino Primário, Preparatório e Secundário) ia mesmo abrir nas datas oficialmente marcadas e sem problemas de maior: no dia 1 o Primário; e no dia 6 o Preparatório e Secundário. O Ensino Superior ficaria para mais tarde.

Através da Comunicação Social, o País ficou a saber pelo Ministério que apenas em 72 das cerca de 720 escolas preparatórias e secundárias existiam problemas que iriam originar o adiamento da abertura do ano lectivo. Neste caso, são as regiões de Lisboa (concelho de Loures em particular), Porto e Braga, apontava o MEU, que têm as maiores dificuldades. Na primeira ou segunda quinzena de Outubro tudo estaria resolvido. Deixando al-

guma «ponta» para eventuais argumentos futuros, Vítor Crespo adiantava que os exames que se realizam em Outubro e a concretização de pequenas obras talvez motivassem outros atrasos, agora não especificados...

Ora, a realidade veio a negar as afirmações do ministro da Educação. O número de escolas que não abriram nas referidas datas foi muito maior. O próprio Ministério viu-se obrigado a emitir, dias depois, uma nota em que as percentagens aí apontadas desmentiam categoricamente as declarações demasiado optimistas de Vítor Crespo aos órgãos de Comunicação Social escassos dias antes. Dizia a nota ministerial que só no ensino secundário, no dia 7, cerca de 25 por cento das unidades escolares não tinham iniciado as aulas.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa revelaria, entretanto, os resultados de um mini-inquérito realizado junto de 28 estabelecimentos de ensino da respectiva área: seis poderiam abrir as suas portas entre os dias 6 e 12; dez só entre os dias 12 e 20; as restantes (doze) só depois do dia 20 estão em condições de iniciar o novo ano lectivo.

Ensino primário: uma situação impressionante

2. Vítor Crespo referiu-se, entretanto, à situação no Ensino Primário como algo de perfeita normalidade. As aulas iam mesmo abrir no dia 1 e ponto final. Estava tudo em condições. Reconhecia apenas alguns problemas, nomeadamente falta de instalações. O ministro caía, uma vez mais, na política da meia-verdade.

De facto, a abertura do ano lectivo no Ensino Primário foi possível porque os 40 mil professores (há centenas que ainda não foram colocados) desse grau de ensino estão dispostos a enfrentar com abnegação e elevado sentido profissional e social um sem número de problemas e sacrifícios nas escolas em que trabalham. De acordo com números oficiais divulgados no ano passado, faltam em Portugal mais de 14 mil salas de aula para o Primário. Que fez o ministro da Educação? Recorreu à «solução» mais fácil: a política da escola transformada em lata de conservas...

Concretamente, o Ministério apontou para a constituição de turmas de 36 alunos para salas com 36 metros quadrados e para um funcionamento tripo: aulas das 8 às 19 e 30, divididas por três turnos. Mesmo o leitor mais afastado destas questões do Ensino poderá imaginar como funcionam, assim, aquelas escolas velhas das zonas degradadas ou as que foram improvisadas com material pré-fabricado, escolas em que os quadros de professores são reduzidos, em que faltam salas, equipamentos, espaços de convívio, pessoal auxiliar e outros funcionários, etc.

Para cúmulo, o Ministério aconselha os professores que em certos momentos dos horários não tenham salas vagas no sentido de planearem o seu trabalho no exte-

rior... Parece que os responsáveis do Ministério não conhecem as escolas primárias do País. E «esquecem-se» que há dias com chuva e frio...

Há ou não há dinheiro para as tais 400 novas escolas?

3. Vítor Crespo, ao reconhecer que há vários estabelecimentos do Preparatório e Secundário que vão funcionar em regime de superlotação, com aulas ao sábado de manhã e de tarde, salientou uma vez mais a existência de um plano que prevê a construção de novas 400 escolas nos próximos cinco anos, envolvendo uma verba de largos milhares de contos. Mas, como vai o Governo proporcionar a construção daquelas escolas? Vítor Crespo, ao referir que «o MEU não é o construtor do Estado», atira as responsabilidades para cima dos Ministérios do Urbanismo (Direcção-Geral das Construções Escolares), Finanças e Transportes. Estes departamentos não revelam, entretanto, possibilidades de aderir aos projectos anunciados pelo titular do MEU. O próprio ministro adianta que caso não se concretizassem as tais 400 escolas isso ficaria a dever-se a problemas de ordem financeira. Resumindo: vão ou não construir-se aquelas unidades escolares? A verdadeira resposta está ainda por dar!

Para se poder acabar, entretanto, as obras de algumas escolas, a Direcção-Geral das Construções Escolares recebeu à última da hora um reforço de 1500 milhões de escudos, verba retirada a outras Direcções-Gerais.

Recorde-se que ainda recentemente algumas empresas construtoras protestaram pelo facto do Governo não estar a corresponder às dívidas contraídas com essas empresas, a quem foram confiadas diversas obras (trabalho de construção e de conclusão de estabelecimentos escolares).

Também a Junta Autónoma de Estradas (responsável pelos acessos das escolas) recebeu uma verba de reforço na ordem dos 5000 milhões de escudos, base de um empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos.

Será com esta política de remendos que o Governo vai avançar com a construção das tais quatro centenas de escolas?

Olhar os professores com olhos de ver

4. Em relação à colocação dos professores, o Ministério declarou existir cerca de três mil vagas no conjunto nacional, que seriam ocupadas com a realização da 3.ª fase (o «mini-concurso»). Vítor Crespo falou da relutância de alguns professores em trabalhar na província e da falta de docentes capacitados para leccionarem as disciplinas de Matemática, Francês, Educação Musical, Educação Física e Geografia.

Mas será que a colocação de professores só levanta aquelas questões?



O Ministério sabe perfeitamente que também neste caso há muitos problemas.

As escolas não foram dadas com antecedência as directrizes e os apoios necessários para a correcta planificação do novo ano lectivo, incluindo a colocação de professores, a definição das matérias, etc.

A profissionalização em exercício não avança devido a várias deficiências, nomeadamente financeiras e técnicas.

O Ministério não tem em atenção a necessidade de valorizar a carreira docente e o trabalho do professor na sociedade portuguesa. Não existem quaisquer esquemas de preparação pedagógica nas Faculdades, donde todos os anos saem novos quadros para o Ensino.

Os professores profissionalizados não efectivos, mas principalmente os provisórios ou eventuais vivem na insegurança profissional. Não lhes são reconhecidos os direitos de quem trabalha para o Estado. Num ano lectivo, tanto podem leccionar um horário de 22 como um de 6 horas (o que tem inevitavelmente reflexos no salário). Tanto podem trabalhar quase todo o ano lectivo, como apenas dois ou três meses (caso da substituição de professoras grávidas).

Ainda por cima, as secretarias das escolas e o Ministério não se preocupam em divulgar as escassas regalias que estes docentes possuem — caso do direito, embora limitado, à assistência médica.

A política da ameaça

5. O Ministério deixa, entretanto, grandes dúvidas quanto a problemas como o Estatuto do Docente, Lei de Bases do Ensino, funcionamento do 12.º ano (outro assunto que daria muito que falar) e a gestão das escolas, ao mesmo tempo que ameaçou os Conselhos Directivos das unidades escolares em que o ano lectivo não se iniciasse na data marcada oficialmente (despacho 33/81, de 26 de Junho) com processos disciplinares.

Recentemente, membros de Conselhos Directivos, Conselhos Pedagógicos e delegados sindicais reunidos em Lisboa responsabilizaram «inteiramente o MEU pelo atraso com que vão ter início as actividades lectivas em muitas escolas» e repudiaram «o conteúdo do despacho conjunto n.º 33/81, não podendo, de modo algum, aceitar que o MEU, enfeitando as responsabilidades que lhe cabem, ameace com processos disciplinares aqueles que tudo fazem para que as escolas funcionem o melhor possível, em vez de apoiar o seu trabalho e lhes atribuir subsídios justos pelas funções que desempenham».

As consequências

É evidente que não ficou aqui dito tudo o que se pode dizer acerca da abertura do ano lectivo. Outros assuntos de grande importância (caso do 12.º ano, dos livros escolares, etc) deveriam ter sido igualmente abordados.

Mas a panorâmica que aqui tentámos esboçar é já suficiente para compreender o que realmente se vai passar nas escolas do País neste ano lectivo de 1981/82.

Em síntese, poderíamos dizer que se está a preparar, mais ou menos, uma imagem semelhante à do ano passado. Em certos aspectos, talvez ainda mais grave.

Os professores não terão estruturas e meios para trabalhar. As escolas, superlotadas, vão recorrer à improvisação. O aproveitamento escolar vai ser diminuto. Muitos alunos desistirão de estudar, lançando-se em busca de um emprego que não vai ser fácil arranjar. As famílias viverão com ansiedade os problemas escolares das suas crianças e jovens.

A democracia, o desenvolvimento cultural e social, o País de Abril não sairão prestigiados.

Os responsáveis, esses, continuam nos seus postos. Até quando?



Os problemas do Ensino em Portugal exigem uma política democrática e responsável. Não basta dizer que nos próximos cinco anos se vão construir 400 novas escolas. Há que actuar a tempo para evitar situações como as que a opinião pública vai assistindo nos últimos anos. Principais prejudicados: os alunos. Mas não são só estes que perdem: os familiares, os professores, o País também sofre no seu conjunto as consequências duma prática governativa incoerente e desligada das realidades e dos problemas actuais



Poder local

Novas eleições em Santo Ildefonso

Caíu no passado dia 7, durante uma reunião da Assembleia de Freguesia, a junta de Santo Ildefonso.

Já aqui nos referimos à situação de corrupção e ilegalidade vivida nesta junta, provocada pela incompetência e o desprezo pelos problemas da população por parte da gestão AD.

Tal como a APU previa, a AD não teve condições para formar novo executivo, já que de toda a sua lista apenas três elementos mantinham o mandato.

Face à recusa da APU e do PS em fornecer qualquer elemento para este órgão, não restou à AD outro caminho que não fosse o de pedir eleições intercalares, que deverão realizar-se num prazo de 70 dias após a nomeação da Comissão Administrativa.

A realização de novas eleições foi desde o início a solução preconizada pela APU e ainda há pouco divulgada em conferência de imprensa, promovida pela sua Comissão Coordenadora do distrito do Porto, a que também fizemos referência.

Depois da Sé e Miragaia, mais uma freguesia do Porto a realizar novas eleições.

Póvoa: «Soltar Amarras»

Saiu recentemente o n.º 3 do «Soltar Amarras», folha informativa da APU da Póvoa do Varzim.

«Soltar Amarras» sai todos os meses e é cada vez melhor recebido pelo povo da Póvoa. O seu conteúdo, denúncia clara dos atropelos aos interesses da colectividade e apresentação de alternativas democráticas para os problemas que a Câmara (CDS) não resolve, explicam a receptividade da população à folha informativa da APU. Este n.º 3 aponta uma outra razão para a entusiástica aceitação: «a desinformação sistemática que agride os Poveiros».

Este último número, entre outras questões, fala da ligação do presidente e vereadores da Câmara à construção civil, do desregramento urbanístico de que a Póvoa é vítima e dos interesses que se jogam por trás disso.

Sem dúvida, «Soltar Amarras», veio colmatar uma grande falta de informação na Póvoa e revela-se um eficaz meio de informação dos problemas locais. Uma iniciativa que, noutros locais, pode ser tomada como exemplo.

SOLTAR AMARRAS

FOLHA INFORMATIVA DA ALIANÇA POVO UNIDO — PÓVOA DE VARZIM

Em Novembro I Conferência Sindical da Juventude Trabalhadora

O debate dos problemas que se colocam à juventude trabalhadora, a definição das suas reivindicações específicas e das acções a desenvolver para a sua satisfação e, ainda, contribuir para o reforço da sua organização e participação a todos os níveis da estrutura do movimento sindical — estes são os objectivos principais da I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora, iniciativa da CGTP-Intersindical Nacional, que decorrerá a 21 e 22 do próximo mês de Novembro, no pavilhão da Tapadinha, em Lisboa, com a participação (calcula a Central) de cerca de 600 delegados eleitos nas empresas por todo o País.

Em nota divulgada recentemente pelo Secretariado Nacional da CGTP-IN refere-se que «a Conferência surge no seguimento de vários encontros regionais de jovens e de dois encontros

nacionais de trabalhadores-estudantes já realizados e expressa a preocupação do movimento sindical português perante a grave situação que a população juvenil portuguesa atravessa».

A Conferência, cujo trabalho preparatório se iniciou através da discussão dos documentos-base e da eleição de delegados, tem como pontos centrais «os problemas actuais da juventude na sociedade e no trabalho» e «a organização da juventude no movimento sindical». O primeiro ponto está dividido em duas alíneas com os seguintes tópicos: a juventude na sociedade — a crise do sistema capitalista; a juventude na sociedade portuguesa; ocupação dos tempos livres; a juventude no trabalho — emprego, primeiro emprego, desemprego; formação profissional e aprendizagem; contratos a prazo; a prevenção e a saúde, a higiene e

segurança no trabalho; trabalhadores-estudantes.

O segundo ponto engloba dois temas: a participação da juventude no movimento sindical; a organização da juventude na empresa, no sindicato, na federação, na união distrital e na confederação.

Nos trabalhos de preparação da Conferência, que, estamos certos, será uma etapa muito importante na vida dos jovens trabalhadores portugueses, o Secretariado Nacional da CGTP-IN está a receber a colaboração de uma Comissão Nacional Or-

ganizadora (CNO) de que fazem parte: as Unões de Sindicatos de Aveiro, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal e as Federações dos Sindicatos do Comércio e Serviços; Metalurgia, Metalomecânica e Minas; dos Trabalhadores Têxteis, de Lanifícios e Vestuário; e dos Trabalhadores Agrícolas do Sul.

De acordo com números oficiais, no segundo semestre de 1980 os menores de 25 anos representavam 44,7 por cento da população total e 29,5 por cento do total de população activa civil.



Universitários comunistas condenam decreto do MEU

Reuniu no passado dia 5 a Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP, que analisou a actual situação na Academia do Porto. O recente decreto do MEU (Ministério da Educação e Universidades) sobre prescrições foi alvo de preocupação dos estudantes comunistas.

Sobre este decreto, a DOESP da JCP fez sair um comunicado intitulado: «Prescrições —

Qual é a tua MEU», que começa por denunciar o facto do decreto ter saído em tempo de férias.

O decreto, considerado «altamente lesivo dos interesses estudantis», limita o número de anos lectivos em que cada aluno se pode inscrever ao número de anos do curso mais 50% (ou 100% para estudantes trabalhadores).

perior só se poderão inscrever no número de anos que lhes falta para acabar o curso mais 50% (e 100% para os estudantes trabalhadores).

No caso de o aluno prescrever, será impedido de frequentar o ensino superior durante três anos subsequentes.

Nesta reunião os jovens comunistas analisaram a situação política nacional e internacional

e as tarefas que se colocam aos estudantes comunistas na luta contra o novo Governo «AD».

Também a luta contra a política militarista e agressiva do imperialismo foi tema da reunião, que condenou a decisão dos EUA de fabricar a bomba de neutrões e rejeitou qualquer decisão do Governo «AD» de permitir a instalação ou trânsito de armas nucleares em Portugal.

Encontro da JCP na Covilhã

No próximo dia 31 realiza-se um importante Encontro Concelho da JCP na Covilhã, iniciativa que assinalará um esforço da organização no sentido do desenvolvimento das suas actividades e da sua acção em prol dos direitos da massa juvenil no laborioso concelho da Serra da Estrela.

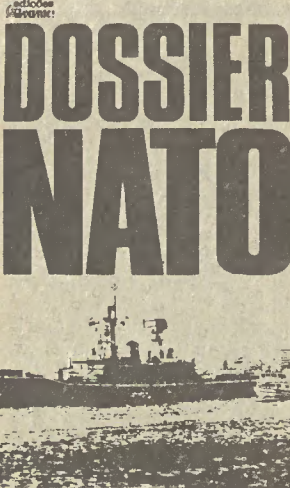
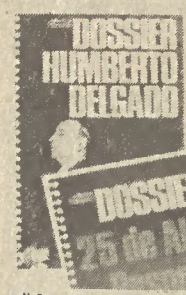
Como assinala um documento da JCP especialmente preparado para o Encontro, «neste concelho a juventude tem um papel activo em todos os ramos da economia: seja nas Minas da Panasqueira, nos lanifícios, na agricultura, na construção civil ou no comércio. Podemos também dizer sem exagero que em qualquer das 28 freguesias do concelho a juventude é a verdadeira força motora do progresso dessas terras».

Pode ler-se mais adiante: «Nas 196 fábricas do concelho, 30 por cento dos trabalhadores são jovens e dentro destes cerca de 20 por cento trabalham com contratos a prazo».

A participação dos jovens no movimento sindical, a dinamização do movimento associativo nas escolas, os tempos livres e o papel dos jovens no trabalho das colectividades e outras associações populares, o alargamento da organização da JCP, os fundos e a divulgação do «Juventude», jornal da JCP, serão alguns dos temas em análise no encontro da Covilhã.

NA LINHA
DOS DOSSIERS
HUMBERTO DELGADO
E 25 DE ABRIL
RESPOSTA ITT

A VENDA
em todas
as livrarias



AGORA
UM DOSSIER NATO
PARA DESVENDAR
E ELUCIDAR O QUE FOI
E O QUE É A NATO,
SUAS PRESSÕES
E INGERÊNCIAS
EM PORTUGAL

SEMANA Internacional

7 Quarta-feira

O governo angolano denuncia preparativos das forças racistas sul-africanas para um novo ataque de grande envergadura contra a província do Cunene e a sua capital, sublinhando ainda que os racistas nunca abandonaram o território ocupado no Sul da RPA, prosseguindo os ataques e violações do espaço aéreo ■ A Comissão das Relações Externas da Câmara de Representantes norte-americana rejeita por 28 votos contra oito a proposta de venda de aviões-radar «Awac» à Arábia Saudita ■ O parlamento egípcio nomeia o general Hosni Mubarak para suceder ao presidente Anwar Sadat, morto ontem por militares durante uma parada militar; entretanto o estado de emergência decretado por um ano em todo o país, leva à ocupação militar e policial das principais cidades egípcias.

8 Quinta-feira



Grupos armados confrontam-se durante todo o dia com forças para-quevistas na cidade egípcia de Asyut; aqueles grupos, que as autoridades dizem ser «integralistas islâmicos», chegaram a ocupar o quartel-general das forças de segurança e um posto da polícia local e só após violentos combates, que causaram um elevado número de mortos e feridos, é que as forças para-quevistas conseguiram desalojar os amotinados; registaram-se também confrontos armados com as autoridades num bairro dos arredores do Cairo ■ A quarta partida do campeonato mundial de xadrez é suspensa ao 41.º lance; o campeão mundial, o soviético Anatoly Karpov, comanda a série com 2-0 sobre o apátrida Victor Korchnoi ■ O jornal norte-americano «New York Times» revela que em 1890 o presidente James Carter elaborou um conjunto de planos, juntamente com Sadat, os dirigentes da Arábia Saudita e o antigo presidente francês, Giscard d'Estaing, para a execução de uma acção que derrubaria o dirigente líbio Muammar Gaddafi; os planos seriam abandonados após a derrota eleitoral de Giscard d'Estaing ■ Geoffrey Rippon, considerado como possível sucessor de Margaret Thatcher na chefia do partido conservador britânico e influente ex-membro do governo, junta-se às vozes que no partido têm criticado a chefe do actual governo.

9 Sexta-feira

Majed Abu Sharar, porta-voz da OLP, é morto num atentado bombista em Roma, onde se encontrava a participar num seminário internacional de solidariedade com escritores, jornalistas e intelectuais palestinos ■ A Assembleia Nacional Francesa decide nacionalizar as empresas siderúrgicas Usinor e Sadril ■ Aksel Johan, secretário administrativo da SWAPO, afirmou em Havana que enquanto os EUA e outros países ocidentais impedem a aplicação do plano da ONU para a Namíbia, os racistas aterrorizam a população deste território ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, chega a Praga para uma visita oficial à Checoslováquia a convite do presidente Gustav Husak.

10 Sábado

Mais de 250 000 pessoas participam numa manifestação em Bona, na RFA, em prol da paz e protestando contra a instalação de mísseis norte-americanos na Europa, na maior manifestação do pós-guerra realizada na RFA; apoiaram a concentração várias organizações cívicas e partidos que iam dos dois partidos da coligação governamental, o Social-Democrata e o Liberal, ao Partido Comunista da Alemanha (DKP) ■ O presidente Anwar Sadat, do Egipto, morto na passada terça-feira durante uma parada militar pelos próprios soldados que desfilavam, é sepultado sob uma pirâmide de cimento nos arredores do Cairo, no meio de medidas de segurança de proporções raramente vistas; foi evidente o contraste entre estas medidas e a forma como decorreu o funeral de Gamal Abdel Nasser, há 11 anos, com milhões de egípcios acotovelando-se pelas ruas do Cairo à passagem do fétreo daquele que é o símbolo da recuperação da dignidade egípcia.

11 Domingo



Comentando a manifestação de ontem em Bona a favor da paz, o jornal soviético «Pravda» considera que o movimento a favor da paz cresce na RFA, assumindo proporções sem paralelo ■ O governo holandês adia para o próximo dia 19 uma declaração sobre o seu programa político, que devia ser lida amanhã no parlamento por um porta-voz oficial, devido ao facto de os 15 ministros que integram a coligação governamental ainda não haverem chegado a acordo sobre o modo de financiar planos para combater o desemprego e melhorar a situação habitacional ■ O presidente da Frente Nacional de Libertação do Egipto (que aglutina várias forças de oposição ao regime imposto por Sadat), general Saad Eddin Shazly, lança um apelo para que a população do Egipto boicote o referendo de confirmação de Mubarak para presidente do país; os referendos foram utilizados por Sadat para dar uma aparência de legitimidade às suas decisões ditatoriais; Shazly declararia ainda que a oposição democrática tem como objectivo uma revolução nacional que instaure a democracia no Egipto.

12 Segunda-feira



Quando Karpov já vence por 3-0 Korchnoi, é adiada ao 45.º lance a 5.ª partida do mundial de xadrez a decorrer em Merano, Itália ■ Os ex-presidentes norte-americanos, James Carter e Gerald Ford, declaram numa entrevista conjunta dada no regresso da sua deslocação ao Egipto para participarem no funeral da Sadat, que a concretização da paz no Médio Oriente passa pelo reconhecimento da Organização de Libertação da Palestina (OLP) ■ Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Renault francesa decidem decretar uma greve geral para a fábrica de Boulogne-Billancourt, no subúrbio de Paris, na sequência da suspensão aplicada a 4000 trabalhadores grevistas.

13 Terça-feira

O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, é operado ao coração tendo-lhe sido implantado um «pacemaker» para prevenir a quebra do ritmo cardíaco ■ Realiza-se sob rigorosa vigilância policial e militar o referendo de confirmação de Hosni Mubarak como sucessor de Anwar Sadat na presidência do Egipto ■ Inicia-se em ambiente de tensão, em Blackpool, a convenção anual do Partido Conservador britânico ■ O jornal soviético «Pravda» acusa a organização polaca «Solidariedade» de funcionar de acordo com os planos dos inimigos da comunidade socialista.

Efeméride da Semana — A 7 de Outubro de 1849 morre em Baltimore, com apenas 40 anos de idade, o grande poeta e ficcionista norte-americano Edgar Allan Poe.

Internacional

Quem governa no Cairo?

A cena passada pela televisão não deixa lugar a dúvidas. Sob o olhar atento de Haig, secretário de Estado norte-americano, Hosni Mubarak, vice-presidente do Egipto, escolhido pessoalmente por Sadat, garantiu aos EUA, antes mesmo do referendo-farsa que viria a confirmar o seu nome na presidência do Egipto, que tudo continuaria na mesma, que a fidelidade do regime aos interesses do imperialismo norte-americano permaneceria inquebrantável.

Uma cena-símbolo. Que não deixará grande lugar a dúvidas quanto às intenções da nova direcção egípcia, mas que desde logo testemunha que o regime está abalado, e que o imperialismo teme exactamente esse abalo. Quanta pressa em garantir a continuidade do passado, que o assassinato de Sadat e os factos que lhe estão ligados provam ser de isolamento e de rejeição interna e externa!

Tudo como dantes?

O assassinato de Sadat foi apresentado como obra isolada de um grupo de «fanáticos religiosos». O que aliás se compreende, pois importa antes dos mais dar legitimidade aos esforços de continuação da sua política, mais concretamente da política da Casa Branca para o Médio Oriente.

Só que os factos contradizem tais afirmações. O assassinato de Sadat foi reivindicado por oficiais ligados à Frente Nacional

de Libertação do Egipto, encabeçada pelo general Saad Shazly. A autoconsciência do governo do seu próprio isolamento ditou medidas como a instauração, por um ano, do estado de emergência, com ocupação militar do Cairo e das mais importantes cidades do país — medida bem estranha se o seu alvo não passa de um pequeno grupo de «fanáticos». Na sequência da morte do ditador egípcio registaram-se confrontos entre as massas populares e as forças repressivas, de que Asyut, no Alto Egipto, 380km a sul do Cairo, é o exemplo mais conhecido. Aí se registaram várias dezenas de mortos. Mais pequenos grupos de «fanáticos»? E no Cairo? Nos bairros operários dos subúrbios? Junto da mesquita de Nasser?

Acresce que esses «pequenos grupos» põem mesmo em movimento a máquina de guerra norte-americana. Washington decidiu colocar em estado de alerta as suas tropas e unidades

navais em toda a região.

Muitas garantias mútuas foram trocadas nestes dias no Cairo, entre o governo egípcio, os EUA e Israel, de que tudo continuaria na mesma. Em que é que uma acção «isolada» pode alterar o curso da História, não contando com apoio de massas? Garantias que no fundo só confirmam o isolamento da política de Sadat, que é o isolamento da política do imperialismo. Na verdade todos os factos demonstram — e as preocupações de Washington confirmam-no — que por muitos esforços que a reacção interna e externa possam desenvolver, a morte de Sadat é um dado importante. A morte de Sadat diz-nos claramente que as coisas no Egipto não podem continuar como dantes.

O isolamento de uma política

Nos funerais de Sadat estiveram presentes três chefes de Estado árabes: do Sudão, da Somália e do Omã. Dos EUA vieram três ex-presidentes: Carter, Ford e Nixon, um ex-secretário de Estado, Kissinger, e o actual secretário de Estado, Haig. Presente, igualmente, Begin.

São factos conhecidos, mas



A repressão — base política de Sadat e do regime que ainda lhe sobrevive

«A paz de Reagan é a nossa morte»

● Crescente movimento de massas contra a política da NATO

Realizou-se em Bona, capital da RFA, a maior manifestação do pós-guerra, com a participação de mais de 250 mil pessoas. Objectivo da manifestação: contra a instalação dos mísseis nucleares norte-americanos em território oeste-alemão e pela defesa da paz. «A paz de Reagan é a nossa morte» — um dos cartazes exibidos nesta grandiosa manifestação, e que sintetiza a base de um movimento crescente que abarca amplas massas em toda a Europa.

O Outono deste ano é de facto marcado por um profundo movimento popular na Europa contra a corrida aos armamentos, contra as armas nucleares, e em particular contra a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Anteriormente à manifestação de dia 10 em Bona, realizaram-se manifestações em Itália a 24 de Setembro. De 14 a 25 de Outubro, realizam-se manifestações contra a corrida aos armamentos na Inglaterra, França e Bélgica e nos Países Baixos em 21 de Novembro. Um plano geral em que se inserem múltiplos movimentos antibelicistas. Dia 11, na Sicília, 10 000 pessoas saíram para as ruas da cidade siciliana de Comiso, contra a decisão do governo italiano de permitir o estacionamento de 110 mísseis nucleares na Sicília. No próprio dia em que centenas de milhares de manifestantes desfilavam nas ruas de Bona, a chama da paz chegava à gare de Rennes, em Paris, numa iniciativa promovida pela Juventude comunista e que deverá desenvolver-se, num movimento unitário, de 28 de Setembro a 25 de Outubro.

Também em Portugal se desenvolve o movimento pela paz e contra as armas nucleares. O movimento nacional de opinião «Não às armas nucleares em Portugal», realizou nos últimos dias várias sessões de esclarecimento, em Vila Real de Trás-os-Montes, Chaves e Régua. De 16 a 31 deste mês decorre na Sociedade Nacional de Belas Artes a «II Quinzena da Cultura e da Paz», integrada nas comemorações da Semana de Desarmamento das Nações Unidas. Por outro lado o Conselho Português para a Paz e Cooperação, no âmbito da sua acção internacional, participará nos trabalhos preparatórios da Conferência Mundial — Diálogo para o Desarmamento e Desanuvio, que se reunirá em Viena de 27 a 30 de Novembro.

Por caminhos opostos

A Assembleia Geral da ONU aprovou uma declaração sobre a prevenção da catástrofe nuclear em que proclama, nomeadamente, que «os Estados e os estadistas que recorrerem primeiro à utilização de armas nucleares cometerão o crime mais grave contra a Humanidade» e ainda: «são incompatíveis com as leis morais da Humanidade e com os altos ideais das Nações Unidas quaisquer doutrinas que admitam a iniciativa do emprego

de armas nucleares e quaisquer acções que empurrem o mundo para uma catástrofe».

Significativamente, cento e setenta e dois deputados da Europa e dos Estados Unidos indicaram segunda-feira em Munique uma reunião para debater a futura estratégia da NATO. Um dos mais importantes temas em debate é a crescente oposição dos povos da Europa à instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos no continente europeu e à estratégia da Aliança Atlântica no Médio Oriente.

É bem claro que a NATO e os povos da Europa, as forças da Paz em todo o mundo, andam por caminhos divergentes.

RFA — um movimento sem precedentes

O movimento contra a corrida aos armamentos, contra as armas nucleares, assumiu na RFA uma envergadura, um carácter de massas, uma dimensão unitária, que o distingue no importante movimento geral de opinião pública na Europa pela paz.

A recente manifestação de Bona demonstrou isso mesmo, incorporando os mais diversos sectores da população e correntes políticas — comunistas, ecologistas e também sociais-democratas e liberais. Pode-se falar em certos casos de fracturas internas em partidos que, como o social-democrata, mantêm uma política oficial de alinhamento, em linhas gerais, com a política belicista de Reagan. Erhard Eppler, um dos dirigentes do Partido Social Democrata,

não será demais redizê-los por que particularmente representativos do total isolamento da política de Sadat, da política de Washington no Médio Oriente e do domínio real de Washington sobre o Cairo.

Também as reacções do mundo árabe são conhecidas — apoio ao tal «pequeno grupo de fanáticos» e regozijo generalizado.

A direita veneradora e atenta

Na sua preocupação de oferecer o território nacional aos interesses do imperialismo, a direita portuguesa não perde tempo, nem é falha do sentido de oportunidade. Alguns dias apenas após a morte de Sadat, Ângelo Correia, vice-presidente do PSD, lembrava, no congresso regional do PSD da Madeira, que a posição estratégica da ilha foi reforçada nestes últimos dois anos, afirmando: «A morte do presidente Sadat, a ofensiva da Frente Polisário, a instabilidade no Mediterrâneo, o problema do abastecimento do petróleo, a estratégia da URSS e a questão do abastecimento de matérias-primas e combustível à própria Europa são os factores principais desse reforço».

Um entre muitos exemplos: em 7 de Outubro, uma grande manifestação em Beirute, capital libanesa, convocada pela OLP e pela Frente Nacional Egípcia, onde foi orador, entre outros, o camarada Michel Kameh, do Partido Comunista Egípcio, clandestino.

No outro extremo — o temor de igual sorte? — o ditador do Sudão decreta 40 dias (I) de luto nacional. Alinhando uma outra vez com as forças mais reacţionárias a nível internacional, o governo português foi um dos poucos que decretou luto nacional.

A acção desencadeada no Cairo, foi apelidada de terrorista.

Esta é a preocupação primeira dos que pretendem ocultar o carácter de facto terrorista do regime de Sadat, e o carácter popular da oposição à sua política. Por isso a tese do grupo isolado de «fanáticos». Numa conferência de imprensa na capital líbia, o general Shazly, dirigente da oposição egípcia, afirmou a esse respeito: «Condenamos os actos de violência nos regimes

democráticos, em que as pessoas podem exprimir livremente as suas opiniões. Mas, em regimes autocráticos, as coisas são diferentes: autocracia é que é a violência». E o chefe do governo libanês declarou: «Foi Camp David que o matou. É uma lição da História. Os acordos de Camp David, de sinistra memória, engendraram uma série de crises e de querelas no seio do

mundo árabe, permitindo à arrogância israelita instalar-se plenamente através das agressões contra o Líbano, que fizeram tantas vítimas e destruições».

EUA: mão-baixa sobre o Médio Oriente

Em Abril-Maio deste ano realizou-se um encontro de representantes dos partidos comunistas e operários dos países árabes. Na declaração adoptada nesta reunião, em que se salienta a ofensiva do imperialismo «contra o socialismo mundial, as forças de libertação nacional e social, nomeadamente contra o movimento de libertação nacional árabe», afirma-se: «Esta ofensiva na nossa região tem por objectivo o restabelecimento da dominação americana, esmagar a revolução palestina, as conquistas políticas, económicas e sociais do movimento de libertação nacional, criar uma rede de bases militares e de alianças e submetê-las aos interesses estratégicos dos Estados Uni-

dos, pôr em cheque as forças revolucionárias, pôr em causa a amizade árabe-soviética, terminar com o bloqueio ao regime de Sadat, isolado, e reabilitá-lo, unir as forças da reacção árabe sob a forma de blocos, ao serviço do imperialismo».

Perdido o «seu homem», o precioso apoio com que contavam no Egipto, e que lhes permitia fazer passar por política do Cairo, o que sempre tem sido nem mais nem menos que a política de Washington, a Casa Branca teve que trazer mais à luz do dia estas suas pretensões de domínio. E aproveitou mesmo a oportunidade para o acenar de imediato.

Algumas horas apenas após o atentado do Cairo, os EUA colocaram em estado de «preparação reforçada» as suas tropas e unidades navais de toda a região mediterrânica. O que inclui os «corpos de intervenção rápida» norte-americanos estacionados em diversos países da região e a 6.ª esquadra dos EUA, que engloba o porta-aviões nuclear «Nimitz» e outros 25 navios, em manobras no sector, com a participação de 4000 homens.

Simultaneamente, e em nome do reforço dos «laços de amizade e cooperação entre o Egipto e os EUA», foi decidida a aceleração do envio de armas para o Egipto, o que inclui, segundo o jornal egípcio «May», órgão do partido de Sadat, 439 tanques «M-60», 48 caças «F-16» e um número não especificado de mísseis terra-ar. Iguais previstos maiores fornecimentos de armas ao Sudão.

Se os factos são inequívocos, as palavras não o são menos.

Na TV do Cairo, o secretário de Estado norte-americano, Haig, afirmou: «Nós, americanos, vamos ter de continuar um papel de liderança nesta área». Isto depois de ter declarado que Washington «veria com grande preocupação quaisquer tentativas de forças externas para manipular os trágicos acontecimentos dos últimos 24 horas no Egipto». O que será então manipulação?



em crise, e menos ainda reviver, drasticamente agravados, os horrores de uma outra guerra.

Consciência sintonizada e agudizada com a acção do Partido Comunista Alemão, cujo último Congresso foi realizado sob a palavra de ordem — «Tudo pela Paz!», e que aponta como a mais importante tarefa a deterioração das suas condições de vida, nem um país

oeste-alemão. Como afirma o camarada Herman Gautier, vice-presidente do Partido Comunista Alemão, «o nosso povo tem direito a um futuro pacífico. E há que defender esse direito».

A evolução do movimento da paz na RFA testemunha a justiça desta orientação e o crescente reconhecimento da luta pela paz como o problema central da nossa época.

Povo grego vai às urnas para eleger parlamento

No próximo domingo, dia 18, vai ser eleito o novo parlamento grego. Uma eleição de que os resultados são ainda imprevisíveis — ou a confirmação da Nova Democracia, partido de direita, no poder, ou uma vitória da esquerda, composta pelo Partido Socialista Pan-Helénico (PASOK) e pelo Partido Comunista Grego.

A evolução da realidade política na Grécia aponta para um progressivo reforço das forças da esquerda. Em 1974, nas primeiras eleições realizadas após a queda do regime ditatorial militar, em Julho desse ano, o partido de direita «Nova Democracia», contou com uma evidente vitória eleitoral — mais de 54% dos votos. O Partido Socialista Pan-Helénico não foi então além do segundo lugar, registando 13,6% dos votos, e o Partido Comunista pouco mais de 9%. Uma votação que traduzia as grandes dificuldades vividas pelas forças de esquerda durante a ditadura.

Em Outubro de 1978, as

eleições municipais realizadas na Grécia deram uma clara vitória à esquerda. Os candidatos da Frente Popular — formada pela maioria dos partidos da oposição, tendo como núcleo central o Partido Comunista Grego e o Partido Socialista Pan-Helénico — venceram a segunda volta em Atenas e no Pireu, os dois maiores centros populacionais do país, onde vive um terço da população da Grécia.

No parlamento dissolvido para abrir caminho às eleições de dia 18, o Partido Nova Democracia dispunha de 177 lugares, o Partido Socialista Pan-Helénico de 94 e o Partido Comunista

Grego, que se afirmou como terceira força política, contava com 11 deputados.

Neste momento são questões centrais da vida do país — e grandes temas da campanha eleitoral, que virão a ter repercussões nos resultados eleitorais — a entrada da Grécia para a CEE e a reintegração nas estruturas da NATO. Em ambas estas questões o povo grego tem manifestado o seu repúdio em relação a uma política governamental que representa a crise a nível económico e uma perigosa dependência a nível político-militar. Os resultados nas urnas, no próximo domingo, dirão do reflexo de toda esta complexa realidade numa votação que pode vir a alterar o panorama político do país, com inegáveis repercussões para a Europa e o Médio Oriente.

Poder local

Conferência do PCP sobre Poder Local

Fase final de um debate como nunca se fizera nem tão cedo se fará

- Domingo, 18, em Almada
- Mais de 3 mil delegados e convidados continuam o debate e aprovam conclusões

Dentro de três dias decorre em Almada a Conferência Nacional da PCP sobre Poder Local. O pavilhão da Escola D. António da Costa recebe no próximo domingo logo pela manhã mais de 3 mil pessoas entre delegados e convidados que participam nesta iniciativa de âmbito nacional. É a altura de fazer um curto balanço sobre o trabalho realizado e divulgar a fase actual dos trabalhos preparatórios da Conferência que, convém lembrá-lo desde já, não é apenas uma iniciativa para eleitos das autarquias, mas uma realização do Partido, cuja preparação proporcionou um debate nacional, dividido por 12 secções e com um carácter totalmente aberto contribuindo, por esse facto também, para aprofundar e enriquecer as discussões sobre os variadíssimos problemas do Poder Local num debate como nunca se fizera nem tão cedo de fará.

As cerca de 500 intervenções previstas (recorde-se, a propósito, que os convidados podem intervir por sua vez no debate final), incidem nos temas seguintes, correspondendo a cada um deles uma secção:

1.ª — política de unidade, informação às populações e participação popular; 2.ª — descentralização e relação com o poder central; 3.ª — funcionamento dos órgãos do poder local; 4.ª — administração e gestão autárquica; 5.ª — habitação, administração urbanística e política de solos; 6.ª — infra-estruturas, recursos hídricos e autárquicos; 7.ª — ecologia e poder local; 8.ª — educação, cultura, desporto, juventude e tempos livres; 9.ª — saúde e segurança social; 10.ª — autarquias e desenvolvimento económico; 11.ª — freguesia; 12.ª — património cultural.

Para estas doze secções, e sobre os respectivos temas, as Organizações do

Partido de todo o País já tinham enviado até ao princípio desta semana 380 textos. Mais 64 eram esperados até ao início da Conferência Nacional.

Esses textos, produto da discussão aberta que o Partido proporcionou a quem nela quis intervir, estavam assim distribuídos pelas doze secções na última terça-feira: 1.ª (48); 2.ª (11); 3.ª (47); 4.ª (30); 5.ª (22); 6.ª (27); 7.ª (16); 8.ª (52); 9.ª (32); 10.ª (30); 11.ª (50); 12.ª (14).

As 64 intervenções esperadas distribuíam-se do mesmo modo e no mesmo dia: 2.ª (6); 4.ª (1); 5.ª (5); 6.ª (18); 7.ª (16); 8.ª (5); 9.ª (1); 10.ª (10); 11.ª (2).

Cerca de 500 intervenções

Num primeiro relance sobre estes números a primeira sensação que ocorre é que é muito para um dia só.

Mas a divisão em secções certamente que facilitará os trabalhos. A Conferência só dura efectivamente um domingo, mas há meses que se prepara cuidadosamente. É certo que houve uma interrupção. A Conferência foi inicialmente adiada por motivos de ordem técnica explicados na altura. Por isso havia trabalho feito. Natural era que fosse aproveitado, discutido novamente, alterado quando as propostas apareceram e se discutiram nas Organizações do Partido.

Aparecem assim cerca de 500 intervenções, como se disse, para 1200 delegados e mais os convidados que entenderem intervir no próximo domingo em Almada.

Escusado será insistir na impossibilidade material de ler na tribuna todas as intervenções. Prevê-se assim, como já referimos no «Avante!», da semana passada que textos, lidos ou não, venham a ser editados em volume.

Chamamos a atenção para este aspecto, porque nos parece dos mais significativos quanto ao interesse que despertaram os trabalhos preparatórios da Conferência Nacional, a sua abertura, a sua incidência sobre problemas concretos, sobre as dificuldades, os problemas reais das populações.

De sublinhar é também a relação significativa entre o número de intervenções já prontas e o total dos delegados. Essa relação denota, por seu turno, o interesse alargado para fora do Partido, para os convidados durante o debate destinado a preparar a Conferência, designadamente nos plenários a nível distrital de que, ainda que parcialmente, fomos dando notícia em «Avantes!» anteriores.

A fase actual

A fase actual da preparação da Conferência Nacional, a menos de um semana da sua realização, continua a caracterizar-se pela participação que excede todas as expectativas e é reflexo directo do carácter aberto que presidiu a todos os trabalhos preparatórios.

A Conferência do próximo domingo irá confirmar esse carácter de franca abertura, não para apoiar teses já prontas, mas para aprofundar e tornar operacionais no quotidiano das populações as soluções possíveis e lutar por elas, lutar para modificar as condições existentes,

para as melhorar, procurando defesas comuns, alargadas para interesses também comuns a populações inteiras onde as carências se podem detectar, até, através de uma vista de olhos sobre os temas da própria Conferência e o número de intervenções que sobre esses temas (secções) já foi produzido.

Pode-se dizer que nunca houve debate igual sobre assuntos de tanta importância como são os que dizem directamente respeito ao dia-a-dia de populações que vão desde as freguesias rurais carecidas de tudo até às grandes zonas populacionais, da habitação à saúde, da política de unidade às relações com o poder central, da informação à defesa do património cultural, da descentralização à participação popular.

A atenção dedicada aos trabalhos preparatórios desta iniciativa, que se pode considerar sem paralelo em qualquer força política portuguesa, deve ainda ser sublinhada na parte que respeita aos 50 textos-base previamente distribuídos e que ajudaram efectivamente à discussão de vários temas — reflexo que se nota nas diferenças numéricas entre alguns textos já prontos sobre determinados temas comparados com outros, inclusivamente nas 64 intervenções que se espera venham ainda a ser terminadas a tempo de poderem, de um modo ou de outro, figurar na Conferência Nacional.

Dizemos de um modo ou de outro porque, correndo o risco da repetição, cumpre sublinhar que está prevista a edição de textos em volume, dada a impossibilidade de tornar operativa e mesmo

realizável uma Conferência com a obrigatoriedade de ler num só dia de trabalhos 500 intervenções.

A riqueza, a oportunidade, a experiência, o valor enfim desses textos e o seu núme-

ro elevado não podem prejudicar a realização da Conferência e os seus objectivos.

O empenho em participar é, pelo contrário, a prova fiel da necessidade concreta de resolver os problemas, de

chamar para eles a atenção do maior número, de lutar afinal pela sua resolução colectiva, reforçando a unidade na acção por objectivos precisos, específicos, reais.

Para chegar à Conferência

conferência do PCP sobre poder local

almada pavilhão da escola d. antónio da costa



É preciso correr com a «AD» da Freguesia de Belém!

Realiza-se hoje, às 21 horas, no ginásio da Escola Marquês de Pombal, a sessão de apresentação da candidatura APU às próximas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Belém. Estarão presentes o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do nosso jornal e Lindim Ramos do MDP/CDE. Seguir-se-á um espectáculo onde actuarão Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo e o Grupo Música Popular Portuguesa do «Centro Cultural de Almada».

Esta Junta de Freguesia da capital, dominada pela 'AD', celebrou-se em praticamente todo o país através do caso da «Feira de Belém», iniquidade aliançária que lançou no desespero dezenas de pequenos comerciantes que investiram todas as suas economias num projecto (aberrante à partida) de uma espécie de «Luna Parque» erigido na zona histórica fronteiriça ao mosteiro dos Jerónimos-Belém. A evolução do caso é conhecida: as obras acabariam por ser embargadas enquanto os pequenos feirantes que ali haviam investido as suas economias se viram de um momento para o outro sem nada e sem ninguém que

assumisse as responsabilidades. O camartelo e os «bulldozers» apagariam a «Feira» deixando o terreno esventrado e umas dezenas de famílias no desespero. A 'AD' entretanto demitir-se-ia em bloco num processo todo ele irregular, alijando responsabilidades, imobilizando a autarquia e prejudicando seriamente todos os moradores da zona. Entretanto agravavam-se os problemas, em particular os existentes nas zonas degradadas... É assim que surgem as eleições para a Assembleia de Freguesia de Belém no próximo dia 25 de Outubro, — com a APU exigindo uma nova Junta ao serviço da

população, contra a corrupção e o compadrio, pela defesa dos interesses da população. O comício de hoje na Escola Marquês de Pombal é a apresentação de uma candidatura firmemente empenhada em terminar com as inqualificáveis incúrias e prepotências de uma gestão — a da 'AD' — que não apenas nada fez como agravou seriamente os já sérios problemas da freguesia através de uma gestão ruinosa, megalómana e corrupta. Correr com a 'AD' é um dever de todos os democratas, que se encontra bem explicitado neste próximo acto eleitoral!

Iniciativas da campanha APU
São várias as iniciativas promovidas pela APU nesta campanha eleitoral. Já amanhã, dia 16, realizar-se-á, no Mercado do Povo um jantar-convívio (aberto a todos, é claro, mesmo os que não queiram jantar!) que terá um espectáculo onde actuarão, entre outros, Teresa Paula

Brito e Filipe Gomes dos Santos.
Sábado, dia 17, o Grupo de Intervenção Cultural (GIC) representará na colectividade «O Solido» a peça «Morte em Terras de Montemor». Entretanto, às 10 horas, o vereador da APU Silva Graça iniciará uma visita ao Bairro do Irmão Pobre, seguindo-se uma Tarde Infantil às 15 horas com palhaços e às 21 horas uma noite de fados com Maia Cigano. Domingo, dia 18 de Outubro, terá lugar

um espectáculo-convívio particularmente dedicado à juventude, actuando Carlos Paulo e o conjunto «Água Dura», seguindo-se baile e ainda uma sessão de teatro com o sector da Saúde da DORL. Podemos também anunciar para a próxima quarta-feira, dia 21, uma sessão de Canto Livre na Academia Musical onde já estão asseguradas as presenças de Francisco Seia, Manuel Branco e Samuel.



O nascer de mais uma zona degradada



Isto é o que ainda resta da «Feira de Belém»... comentários para quê?



Bairro do Irmão Pobre... não é ironia, chama-se mesmo assim e é em Belém; entretanto queimaram-se milhares de contos na «Feira»



Entretanto na Freguesia continua a faltar muita coisa e, em certas zonas, quase tudo; na foto um «lavandouro» público



Os «Jogos Sem Fronteiras» que Abecasis engendrou com a Junta «AD» deixou a bela zona da Torre de Belém neste estado... buracos, detritos, pregos enfiados onde brincam crianças